

“Já não há pachorra”

Desde o início da actual legislatura que o PCP se definiu, com toda a clareza e frontalidade, como a oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política. Fora e dentro da Assembleia da República. E não o definimos apenas. Têmo-lo sido!



■ Octávio Teixeira Pág. 18

Notas sobre a VII Legislatura

A apreciação de alguns factos desta VII Legislatura pode ajudar a uma melhor intervenção nas próximas eleições.

■ João Amaral Pág. 19

Defesa Nacional e Forças Armadas Os desígnios constitucionais

■ Rui Fernandes Pág. 20

Morrer a construir não é humano

A situação existente nas obras públicas portuguesas aumenta a probabilidade de acidentes de trabalho.

Pág. 24

ÚLTIMAS

Nota da Comissão Política

Reforçar o PCP e a CDU para uma viragem à esquerda

Pág. 32

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 11 de Fevereiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1315 • Director: José Casanova

Jornada nacional da CGTP contra o pacote laboral

Págs. 5 e 6

DECISÃO DE LUTAR



Ensino recorrente

DEFENDER SEGUNDA OPORTUNIDADE PARA TODOS

Entrevista com António Anes

Centrais





Carlos Carvalhas em visita à zona histórica de Lisboa

RESUMO

3
Quarta-feira

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários instaura processos a diversas sociedades gestoras de fundos de investimento por alegada infracção do código da Bolsa ■ A Imprensa noticia que o SIS, a Polícia Judiciária e a Procuradoria-Geral da República estão a investigar as relações entre a Universidade Moderna e a Maçonaria ■ Xanana Gusmão defende a criação de uma Comissão de Estabilidade em Timor-Leste ■ Na Guiné-Bissau, horas depois de Nino Vieira e Ansumane Mané assinarem o cessar-fogo, recomeçam os tiroteios entre as duas partes em conflito.

4
Quinta-feira

O Governo aprova a redução do trabalho noturno em quatro horas, o que significa que os trabalhadores podem ficar a trabalhar até à meia-noite sem receber qualquer compensação ■ O Presidente francês, Jacques Chirac, inicia uma visita oficial a Portugal ■ A Indonésia propõe um modelo de autonomia alargada para Timor-Leste ■ Sob as ordens da Ecomog, 300 militares do Níger e do Benin entram na Guiné-Bissau, no dia em que Jacques Chirac desmente o envolvimento militar francês no conflito ■ O Presidente da República Democrática do Congo, Laurent Kabila, mostra-se disposto a discutir a situação do país e a assinar um cessar-fogo imediato.

5
Sexta-feira

Carlos Carvalhas visita a zona histórica de Lisboa, acompanhado por uma delegação da DORL ■ A CGTP-IN acusa o Governo de não ter cumprido as promessas de melhorar o Sistema Nacional de Saúde ■ Os maquinistas da CP terminam a greve de 10 dias por melhores condições de formação, salários mais elevados e o vínculo dos maquinistas a uma empresa única ■ O Governo de Belgrado afirma-se disposto a reconhecer a autonomia do Kosovo ■ Nos EUA, o Senado vota contra a convocação de Monica Lewinsky para depor ■ Completam-se 200 anos sobre o nascimento do escritor e dramaturgo Almeida Garrett.

6
Sábado

Realiza-se o Encontro Distrital de Setúbal da JCP, com a participação de Carlos Carvalhas ■ Tem início o XI Congresso do PS ■ A Indonésia anuncia o recrutamento de mil civis para a formação de uma milícia de forma a manter a ordem em Timor-Leste ■ Começam as conversações sobre o futuro do Kosovo, no castelo francês de Rambouillet, sob o patrocínio do Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia ■ O Presidente brasi-

leiro Fernando Henrique Cardoso cancela os contactos com os governadores estaduais sobre a renegociação das dívidas dos estados ■ Registam-se novos combates entre a Etiópia e a Eritreia.

7
Domingo

Reunido em Nova Iorque com Jaime Gama, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, afirma-se disposto a consultar os timorenses, mas apenas admite a escolha entre a autonomia como estatuto definitivo ou a retirada imediata do território ■ Cerca de 700 presidentes de Câmara e vereadores bascos formalizam a constituição da Assembleia de Municípios, com o objectivo de impulsionar a criação nacional do País Basco ■ O Rei Hussein da Jordânia morre na sequência de um cancro dos gânglios linfáticos, sendo substituído pelo seu filho Abdallah II ■ Na 35.ª Conferência de Política e Segurança, em Munique, a Rússia reafirma a sua oposição à entrada dos países da Europa de Leste na Nato.

8
Segunda-feira

A Comissão Política do PCP divulga as suas conclusões sobre a situação política actual ■ O ministro da Agricultura anuncia que o Governo vai gastar 13 milhões de contos este ano na erradicação da BSE ■ A Indonésia admite a possibilidade de realizar uma consulta aos timorenses conduzida pela ONU ■ Em Paris, centenas de agricultores franceses protestam contra as novas taxas sobre o uso de pesticidas ■ Os EUA mostram-se decididos a enviar tropas para o Kosovo, caso não se chegue a um acordo de paz viável ■ As forças armadas etíopes lançam novos ataques na zona fronteiriça com a Eritreia.

9
Terça-feira

O Tribunal da Relação de Lisboa aceita recurso para o Tribunal Constitucional do processo contra Leonor Beza, considerando no entanto a iniciativa imprópria «quanto ao momento e à alta instância escolhida» ■ A conferência de líderes parlamentares manifesta consenso na necessidade de reformular o regimento da AR de forma a evitar situações como a que impediu o Presidente da República de participar no funeral do rei Hussein, por não ter obtido, em tempo, autorização para se deslocar ao estrangeiro ■ O novo rei da Jordânia, Abdallah II, abre o palácio, em cerimónia de três dias, para receber pêsames por morte do pai ■ A ONU inicia estudo de «métodos de consulta» aos timorenses com vista a referendo sobre autonomia ■ O chefe dos serviços secretos iranianos apresenta a demissão na sequência de uma série de assassinatos de opositores do regime.

68 anos: avante!

N dia 15, o «Avante!» faz 68 anos. Assinalamos, pois, essa importante data, sem imodéstias nem falsas modéstias, ou seja, com a certeza de que cumprimos um acto da mais elementar justiça e com a firme convicção de que estamos a referenciar um caso singular na história da imprensa portuguesa. De facto, comemoramos o aniversário do nosso jornal sublinhando o que a verdade e o rigor mandam sublinhar: a coragem, a determinação, a abnegação, a criatividade de gerações sucessivas de homens e mulheres que, em cada momento desses 68 anos, fizeram do «Avante!» o que era necessário que fosse o Órgão Central do Partido Comunista Português, partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

A história do «Avante!» percorre a história do nosso país e do nosso povo e insere-se nela como elemento activo nestas quase sete décadas de existência. Instrumento destacado na resistência e no combate à opressão, voz maior e sempre presente na denúncia das violências e crimes fascistas, construtor de Abril e tribuna dos seus ideais, trincheira de luta pelas conquistas alcançadas pelos trabalhadores e pelo povo, organizador e mobilizador das massas para a defesa dessas conquistas e para a construção de um Portugal melhor – o «Avante!», nestes 68 anos de vida, esteve sempre onde devia estar: ao lado dos explorados e oprimidos, da liberdade e da democracia, da luta por uma sociedade nova, justa, fraterna, solidária, sem exploradores nem explorados.

Sem saudosismos nem ambições de louros ou medalhas, mas porque estes tempos que vivemos de torpes revisões e falsificações da História o exigem, vale a pena avivar memórias e lembrar, ainda que em breve alusão, a vida do «Avante!» nos anos sombrios do regime fascista, hoje beneficiário de um organizado processo de branqueamento que começa na adopção da designação de «antigo regime» e culmina na adulteração do papel dos vários protagonistas, inclusive transformando, não poucas vezes, as vítimas em algozes e vice-versa. Nesses tempos de facto de mordidas e algemas, de repressão e violência, o «Avante!» foi sempre, e ininterruptamente, voz dos que não tinham voz, a opinião livre que o fascismo nunca conseguiu silenciar, o exemplo de coragem que reforçava coragens, a palavra de esperança que alimentava esperanças, o instrumento de luta que estimulava e incitava à luta. Por isso constitui, tal como o PCP e enquanto seu jornal, um dado impossível de ignorar, um ponto de passagem obrigatória e inevitável para quem quer que seja que, seriamente, meta mãos à obra de escrever a história do fascismo e da resistência antifascista em Portugal. Seja qual for o ângulo de abordagem por que se opte, o PCP e o seu «Avante!», pelo papel que desempenharam na luta contra a ditadura fascista, constituem uma referência só contornável por quem escolher o caminho, aliás hoje muito em voga, da mistificação e da falsificação histórica.

Porque estes tempos que vivemos de torpes revisões e falsificações da História o exigem, vale a pena avivar memórias

Tomemos um exemplo concreto: recentemente foi publicada em Portugal a tradução de um livro intitulado «Salazarismo e Fascismo», da autoria de um historiador francês, de seu nome Yves Léonard. Prefaciado pelo Dr. Mário Soares – que tece os mais rasgados elogios ao autor e à obra – o livro apresenta-se-nos com «apenas uma ambição: a de ser uma síntese tão distanciada e imparcial quanto possível». Nada haveria a dizer da nobre «ambição» se não acontecesse ter o autor conseguido a inaudita proeza de levar o seu «distanciamento» e a sua «imparcialidade» ao ponto de, nas duzentas páginas de texto sobre o tema – «Salazarismo e Fascismo», recorde-se – não referir uma só vez o PCP – nem o «Avante!», obviamente. Por artes só dele conhecidas, o elogiado autor consegue falar das prisões de Caxias, Aljube, Peniche, Tarrafal, Angra do Heroísmo – e ignorar quem as ocupava e nelas sofria as consequências do salazarismo; consegue falar repetidas vezes do «anticomunismo do regime salazarista» e de estruturas e instituições várias criadas com o objectivo específico de «combater o comunismo» – e deixar o leitor na total ignorância sobre o alvo concreto desse «anticomunismo» e desse «combate»; consegue recorrer a uma vasta bibliografia sobre a matéria – e não consultar um único documento produzido pelos protagonistas reais da resistência antifascista (à excepção,

naturalmente, do «Portugal Amordaçado» amiúde citado na obra); consegue, enfim, falar da imprensa antifascista (reduzindo-a a duas ou três publicações da área dos «católicos progressistas») – e não fazer uma única referência, uma única alusão ao «Avante!». E é desta seara de joio que o prefaciador, depois de realçar a importância de se «apresentar a verdade dos factos», diz sem hesitações: «é isso que este livro faz e muito bem».

Mas voltemos ao 68.º aniversário do «Avante!», ao seu percurso firme, coerente, transparente, da sua condição de Órgão Central do Partido Comunista Português. Importa assinalar que, por efeito dessa condição, o «Avante!» está indissolavelmente ligado a toda a restante actividade partidária na medida em que, se por um lado, ele reflecte semanalmente o essencial dessa actividade, por outro lado, é – ele próprio – um interveniente directo, um activista a tempo inteiro na acção, na luta, na intervenção partidária, um elo relevante naquela que é a fonte de força essencial do Partido: a sua ligação às massas. Por tudo isso, o «Avante!» tem como seus primeiros leitores os militantes, amigos e simpatizantes do Partido e coloca como objectivo permanente o aumento da sua difusão e leitura na sociedade em geral, procurando fazer chegar o mais longe possível a voz e a opinião do PCP. Neste tempo em que a comunicação social dominante – cada vez mais transformada em porta-voz dos interesses do grande capital que é seu proprietário e, portanto, cada vez mais unanimista na glorificação de facto da política de direita – procura silenciar os problemas e as lutas dos trabalhadores, a difusão e leitura do «Avante!» – único jornal de difusão nacional que assume coerentemente a visão da Esquerda na abordagem da realidade nacional e internacional e das lutas e reivindicações dos trabalhadores – é indispensável para o conhecimento do país real e assume uma importância crescente.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soares Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soares Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex: 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47053.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cupa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O maior espectáculo do mundo

«A maioria absoluta tem duas vantagens e um risco»: assim iniciou Guterres o superior exercício de inteligência que, em torno da matéria, produziu no forrobodó do Coliseu. Com tal início estava tudo dito mas o líder bem-amado não se deu por satisfeito e prosseguiu ensinando que «as duas vantagens» eram «a estabilidade e a maior eficácia governativa» e que o «risco» era «o abuso do poder». Depois, eliminando o «risco» com um brilhante passe de mágica (jurou que o PS nunca abusaria do poder e deu como aval dessa jura a prática de diálogo e democraticidade de que a comédia do Coliseu era exuberante prova) concluiu, luminar e acutilante, que a maioria absoluta não só não oferecia qualquer risco como era um manancial de vantagens. E enquanto, em bíblica postura, distribuía prodigamente as papas e bolos da sua caridade, ia cuidando da imagem - naquele jeito, tão dele, de ajeitar a madeixa que não precisa de ser ajeitada. E bebia sucessivos golos de água, na esperança de acalmar a sede de poder absoluto enquanto o dito não chega.

«É com enorme orgulho e satisfação que anuncio que Mário Soares aceitou encabeçar

a lista do PS ao Parlamento Europeu» - proclamou Guterres, ao som da Marcha «Pompa e Circunstância» de Elgar e dando provas de uma notável capacidade de embargo de voz. Uma geral de entusiasmo inundou o Coliseu. Milhares de pares de olhos procuravam o candidato anunciado. Em vão, porém: Soares não estava no Coliseu. A sua representação era em casa, onde ficou «justamente para evitar dar à minha candidatura a natureza partidária». Mas a transparência democrático-apartidária não se quedou por aqui. Como Guterres jurou e o candidato apartidário confirmou, Soares «não tem nenhuma exigência nem ambição para ter qualquer cargo ou qualquer lugar», «Servir Portugal e a Europa» é o seu exclusivo, nobre, altruísta e patriótico objectivo. E com tal jura e tal confirmação, Guterres e o candidato do PS desmentiam frontalmente o Dr. Mário Soares que dias antes «exigia» que o anúncio da sua candidatura só fosse feito depois de garantida a sua «ambição» de ser presidente do PE acrescentando, mesmo, que se o quisessem para ser apenas deputado «não tinha tempo para isso». Sem outras ambições que não sejam as que tem, Soares culminou, então, a sua representação com o colossal embuste de

se apresentar como candidato suprapartidário.

«Falar é preciso», gritou, de pé, durante semanas, o aguerrido Manuel Alegre. Depois, no espectáculo do Coliseu, após um vibrante solo de esquerda, calou-se e sentou-se. A «moção» estava aprovada, «Falar é preciso» desempenhara bem o papel que lhe estava atribuído: o de, enquanto «moção de esquerda», procurar caçar votos na área da Esquerda para dar força à política de direita.

Cumprindo a tarefa de «acrescentar esquerda à esquerda», lá estava, também - satisfeito, sentado e calado - o ramalhete de ex-comunistas. Agora sim, hão-de ter pensado, agora dispomos de todo o espaço de debate profundo e democrático que nos faltava nos congressos do PCP. E quando da alteração dos estatutos do PS, o entusiasmo do ramalhete ex-rubro há-de ter atingido o rubro. É que não é todos os dias que se assiste a tão singular exibição de pragmática democraticidade como foi aquela de os estatutos serem alterados sem necessidade de votação.

■ José Casanova

Abertura da caça...

Terá de considerar-se natural que qualquer partido, à aproximação de eleições, promova análises políticas, apresente propostas e faça promessas políticas, mesmo quando estas mereçam a acusação, por parte de forças adversas ou de sectores da sociedade, de serem enganadoras ou demagógicas. E deste ponto de vista, a transformação do congresso de um partido num bem programado acto de propaganda eleitoral - como aconteceu com o congresso do PS no passado fim-de-semana - pode ser merecedora de juízos críticos, mas é sem dúvida uma opção partidária inquestionavelmente legítima.

Mas será igualmente legítimo que o Governo, no exercício das suas funções - cumprindo melhor ou pior o programa que apresentou na Assembleia da República para o período normal da legislatura - se assuma como activo promitente para a legislatura seguinte e se disponha a negociar e a celebrar acordos com esse exclusivo horizonte temporal? É evidente que não.

Vem isto a propósito do documento que o secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa entregou recentemente às organizações sindicais da Administração Pública, a propor a negociação de uma «plataforma de actuação a concretizar num horizonte de quatro a cinco anos» sobre os problemas do sector, cujas reuniões de trabalho se deveriam «iniciar no mês de Julho» e «terminar impreterivelmente no final de Outubro» (sic!).

Pergunta imediata: para que serviriam as eleições legislativas se todos os sectores governativos repetissem a esperteza (pouco democrática) deste secretário de Estado?

Acresce que este sr. secretário de Estado, certamente por duvidar que a inteligência esteja distribuída por todos os seus concidadãos, aparece a justificar a sua iniciativa de final de mandato com a afirmação de que pretende «ultrapassar entorses e estrangulamentos que o actual sistema (de carreiras na Administração Pública) comporta».

Precisou então de três anos e meio para reconhecer esta tão grave evidência? E após uma tão longa incubação, a perspectiva de concretização que apresenta é a quatro ou cinco (sic) anos, isto é, mesmo para além do final da próxima legislatura? Um verdadeiro artista!

Caçadores destes que com uma cajadada pretendem apanhar dois coelhos - alijar responsabilidades pelo que não fizeram e «reciclar» problemas não resolvidos sob a forma de promessas - vão aparecer muitos nos próximos meses.

Como a caça ao voto abriu visivelmente mais cedo este ano, isto significa que não se deve demorar a alertar os eleitores mais distraídos.

■ Edgar Correia

CANÁ

O massacre

Nem sempre aquilo que ouvimos e vemos nos dá a dimensão do que vemos. Na recente viagem ao Líbano, para participar no 8.º Congresso do Partido Comunista Libanês, pude confirmar que uma coisa é ler e até ver imagens do massacre perpetrado pelo exército israelita no sul do Líbano, em Caná, e outra é ver com os próprios olhos o local, as circunstâncias, o envolvimento e viver todo esse ambiente e sentir como a ordem mundial é chocante, injusta e brutal.

Contrariando o direito internacional e violando a resolução 425 do Conselho de Segurança que exige a retirada das tropas israelitas que ocupam o sul do Líbano desde 1978, Israel serve-se dessa ocupação para ameaçar e intimidar as populações libanesas, de maioria muçulmana chiita. São, por isso, milhares os refugiados em toda a área. Em Abril de 1996, tropas de Israel entraram em Caná e anunciaram que iriam bombardear a zona por alegadamente dar protecção à resistência armada contra os ocupantes.

Crianças e velhos procuraram refúgio num posto da ONU e ali permaneceram até dia 18 de Abril. Tratava-se de um barracão de madeira encostado ao posto da ONU, no qual comiam e repousavam os refugiados.

Cerca das 14 horas do dia 18.05.96, helicópteros e tanques israelitas durante seis minutos fizeram desaparecer o abrigo e assassinaram cento e dez pessoas com idades compreendidas entre os nove e os setenta e cinco anos. As vítimas preparavam-se para comer quando as fizeram em pedaços.

Sei que houve quem relatasse o acontecimento, mas a verdade é que este frio e brutal massacre não tocou no «dorido» coração dos poderosos do mundo. E não cabe dúvidas que Israel viola resoluções do Conselho de Segurança, espezinha o direito internacional, massacra populações. Mas é um aliado dos EUA e dos países europeus. E os crimes cometidos pelos amigos são para serem silenciados, para não se fazer caso.

Em Caná, nos confins do sul do Líbano, as populações libanesas são espezinhadas pelas tropas israelitas. A «nova» ordem está preocupada com a Jugoslávia e com o Iraque. No sul do Líbano, no Médio Oriente essa ordem é assegurada pelo poderoso exército israelita, fora das fronteiras de Israel. O silêncio cúmplice serve para premiar os executantes da aplicação da «nova» ordem. Porém, por mais massacres que levem a cabo, os povos não se vão render, como não se rendem, pelo que vimos no sul do Líbano.

No sul do Líbano pudemos ver a determinação dos comunistas e de outras forças em prosseguir a resistência armada aos ocupantes e a luta por um Líbano árabe, não confessional e democrático.

Na milenar história do Líbano escrevem-se hoje páginas de sofrimento e dor, mas são essas que vão conduzir ao Líbano dos libaneses, ao Líbano democrático e pleno de progresso social.

■ Domingos Lopes



Foto: Jorge Caria

SEMANA

Julgamento em França



AD corre atrás

Correndo atrás do PS, que no seu Congresso do Coliseu fez saltar da cartola a estafada figura de Mário Soares para encabeçar a lista dos socialistas ao Parlamento Europeu, a embrionária AD apressou-se a «responder», com Marcelo Rebelo de Sousa a dar um golpe de rins, ignorando as pretensões de Paulo Portas e ultrapassando as decisões a tomar pelo congresso do seu próprio partido marcadas para este mês. Na segunda-feira passada, «obrigou» Portas, que se anunciara a si

próprio como principal «adversário» de Soares, caso este se candidatasse, a assinar um acordo político e a aceitar o terceiro lugar na lista conjunta PSD/PP. Para primeiro lugar foi escolhida a polémica figura de Leonor Bezeza, a antiga ministra de Cavaco Silva que irá em breve a julgamento no processo que lhe movem hemofílicos infectados com o vírus da Sida. Hemofílicos que não lhe perdoam e agora já manifestaram o seu repúdio por esta candidatura.

Em França, entretanto, não foi apenas um ex-membro do governo, mas sim um antigo primeiro-ministro a ser enviado a tribunal. Na passada terça-feira, Laurent Fabius, antigo chefe do governo

socialista, acompanhado de dois membros do seu gabinete de então, sentaram-se no banco dos réus, num julgamento em que são acusados de «inação política num caso de sangue contaminado por

vírus da Sida». Segundo a Lusa, os acusados incorrem em penas de prisão entre três a cinco anos. Ao lado de Laurent Fabius, de 52 anos, hoje presidente da Assembleia Nacional francesa, «estarão Geor-

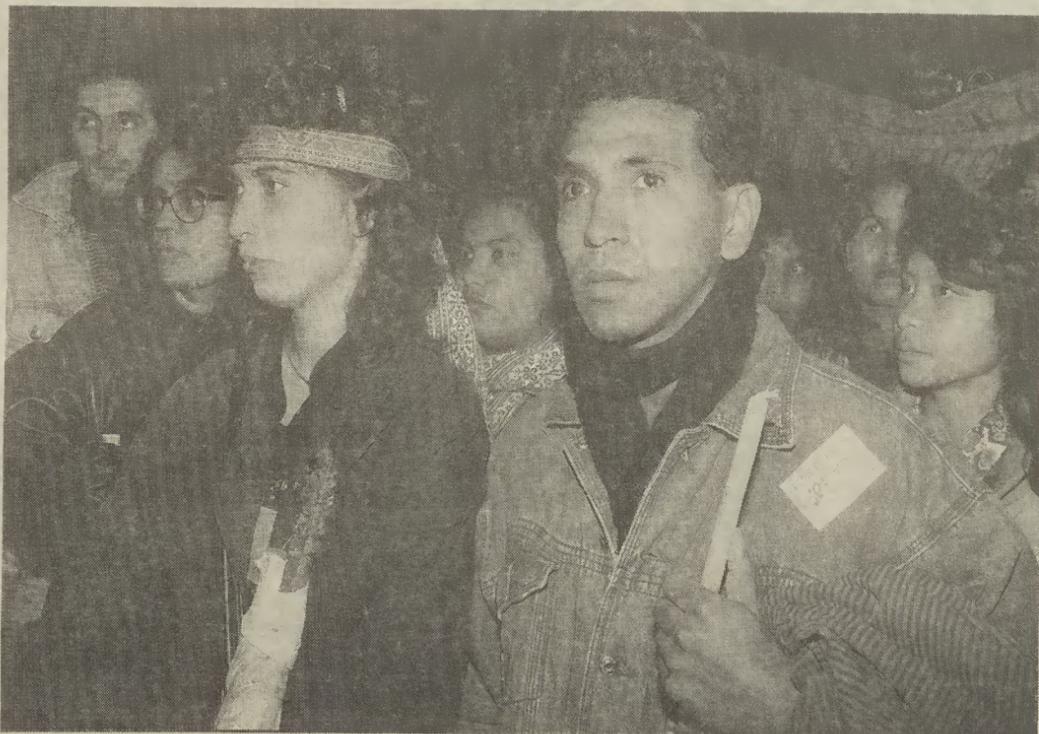
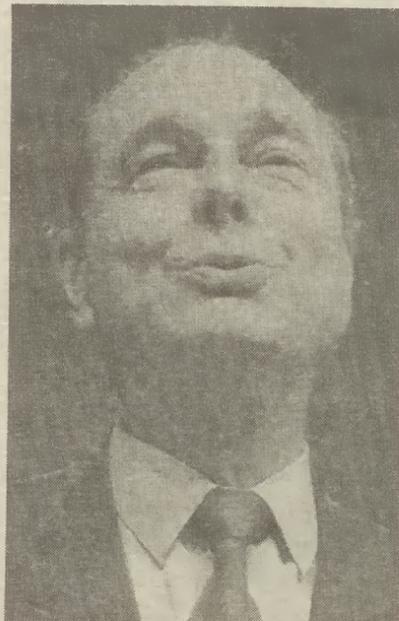
gina Dufoix, de 55 anos, ex-ministra dos Assuntos Sociais, e Edmond Hervé, de 56 anos, ex-secretário de Estado da Saúde». O processo decorrerá por um período mínimo de três semanas e decorre em instân-

cia especial, «encarregada de julgar ministros por faltas cometidas durante o exercício das suas funções». No âmbito deste caso já foram julgados quatro funcionários que foram condenados.

Chirac em Portugal

Jacques Chirac desembarcou-se razoavelmente durante a sua estada em Portugal, num momento em que a França era acusada por uma das partes em conflito na Guiné-Bissau de prestar ajuda militar às forças de Nino Vieira bombardeando as instalações da Junta Militar. O Presidente francês discursou na Assembleia da República, enquanto cá fora decorria uma manifestação de guineenses que queimaram uma bandeira francesa. Respondendo ao discurso de circunstância de Almeida Santos, Chirac afirmou-se, em improviso introduzido na sua intervenção

escrita, empenhado em juntar esforços aos de Portugal para «resolver o conflito» da Guiné-Bissau. O resto do discurso foi também de circunstância, salientando as afinidades culturais e civilizacionais da França e de Portugal e do empenhamento de ambos os países na construção europeia e na concretização da moeda única. Neste campo, no entanto, Chirac distanciou-se de alguns políticos portugueses, recusando a ideia federalista e defendendo, em «contrapartida» a uns «Estados Unidos da Europa», uma «Europa unida dos Estados».



Timor - pouco de novo

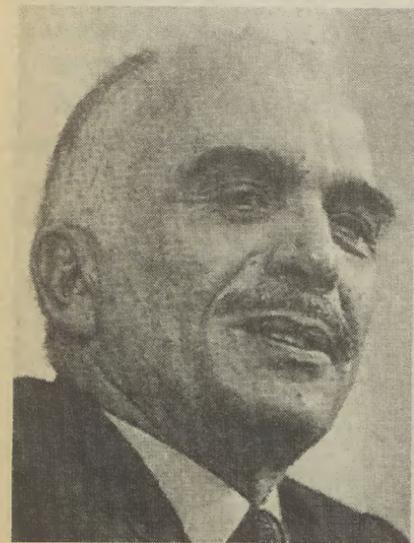
A ronda negocial que terminou em Nova Iorque na passada segunda-feira, reunindo o ministro português dos Negócios Estrangeiros e o

seu homólogo indonésio sob os auspícios da ONU, não deixou entrever avanços significativos. Jaime Gama e Ali Alatas decidem voltar a

encontrar-se dentro de um mês para prosseguirem conversações. Entretanto, em Jacarta, estava prevista para ontem a transferência de

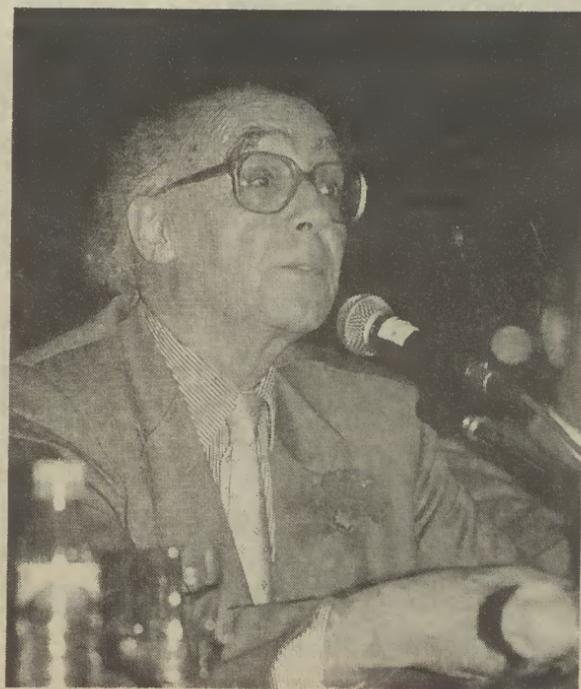
Xanana Gusmão para uma casa, onde ficará em regime de prisão domiciliária e poderá ter uso de aparelhos telefónicos apenas para receber

comunicações, sendo as visitas condicionadas a autorização. Na mesma altura, o presidente indonésio anunciava o fim da censura no país.



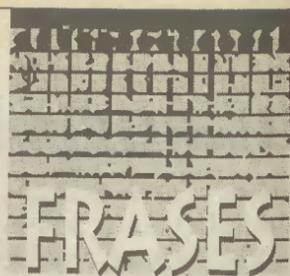
A morte de Hussein

Realizou-se finalmente o funeral do rei Hussein da Jordânia, após ter sido dado como clinicamente morto dias antes e de, um pouco por todo o mundo, se virem multiplicando as declarações sobre o seu falecimento. Raramente uma personalidade reuniu tão largo consenso, verificando-se declarações de consternação por parte das vozes hipócritas do presidente dos EUA e do chefe do governo israelita, ao mesmo tempo que Arafat se referia também ao rei hachemita, colocado no trono pelo imperialismo inglês há quase meio século, como um partidário da paz no Médio Oriente. Numerosos dirigentes de vários países participaram nas cerimónias fúnebres realizadas em Amã.



Saramago aos milhões

O «Público» dá em primeira mão a notícia da semana - em 20 anos, já foram vendidos, só em Portugal, um milhão e 365 mil livros das obras de José Saramago. Foi José Sucena, da Editorial Caminho, quem revelou estes números, adiantando que, só no período compreendido entre a data do anúncio da atribuição do Nobel ao escritor comunista e Janeiro deste ano foram vendidos pela editora 246 mil exemplares de livros deste autor. O seu romance mais conhecido, «Memorial do Convento», já vai na 28.ª edição, atingindo os 311 mil exemplares vendidos. Juntando estes números aos das edições estrangeiras, a obra de Saramago chegará em breve aos dois milhões de exemplares.



“Em 13 de Junho não se realizará qualquer eleição para presidente do Parlamento Europeu, mas sim para eleger 25 deputados portugueses àquele órgão e pelo sistema proporcional.”

(Comentário da Comissão Política do PCP sobre a candidatura de Mário Soares ao Parlamento Europeu - 08.02.99)

“Se a tua moção tivesse sido o teu discurso de hoje, eu e os camaradas que me acompanharam ter-nos-íamos dispensado de apresentar a moção. Não que a tua moção seja má. Mas o teu discurso foi muito melhor.”

(Manuel Alegre, no Congresso do PS - dos jornais, 08.02.99)

“O papel das “consciências morais” pode também ser útil para colorir folcloricamente os unanimismos políticos. E o pior que podia acontecer (a Manuel Alegre) era o seu gesto de inconformismo ficar reduzido a mais uma fantasia poética, um combate de retaguarda destinado a fornecer um “suplemento” de alma episódico aos que estão fadados para o cínico realismo da governação.”

(Vicente Jorge Silva - «Diário de Notícias», 05.02.99)

“Não basta apregoar valores. É preciso sujar as mãos.”

(Ferro Rodrigues, no Congresso do PS - dos jornais, 08.02.99)

“Ele (Guterres) é que nos conduziu à terra da promessa das novas vitórias.”

(Almeida Santos, idem)

“(O PS) é uma grande família de que me orgulho de ser este modesto patriarca.”

(idem)

“Não me parece que o PS seja um partido onde cabem todos.”

(António Vitorino - «Diário de Notícias», 06.02.99)

“O aumento da Comissão Nacional (do PS) para 261 elementos, por forma a que as quotas de representação feminina sejam cumpridas, é bem o sintoma de que os “boys” não abdicam dos “jobs” e que, dentro do PS, continua a haver “no place for the girls”.”

(Pedro Abrunhosa - «Público», 08.02.99)

“É curioso que um político que fez do Ministério da Cultura uma organização pesada como um elefante branco, centrada no efêmero poder do seu arrogante, mediático e tentacular ministro, veja dinossauros por todo o lado menos na cadeira em que está sentado.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 07.02.99)

TRABALHADORES



Contra o pacote laboral, por mais qualidade de vida

Jornada nacional da CGTP reafirma decisão de lutar

As manifestações da semana passada, no Porto, em Lisboa e em Setúbal, trouxeram para as ruas os motivos de descontentamento, protesto e reivindicação que estiveram na origem das lutas travadas em empresas e sectores neste início de ano.

Outras acções tiveram lugar nos distritos de Portalegre, Santarém, Aveiro, Évora, Beja e Faro. Em todas foi afirmada a disposição de continuar a mobilizar os trabalhadores para uma forte intervenção na contratação colectiva e nas demais frentes de combate.

A ofensiva legislativa do Governo foi fortemente condenada, mantendo o movimento sindical a decisão de levar a cabo greves e manifestações na altura em que for agendada a discussão na AR da proposta de lei sobre generalização do trabalho a tempo parcial e respectivos incentivos ao patronato.

No pacote laboral incluem-se ainda outras graves propostas, saídas da Concertação Estratégica, com o empenhamento do Governo, o acordo da UGT, o aplauso da CIP e da CCP e o repúdio da CGTP. Entre outras matérias, o executivo de António Guterres e Ferro Rodrigues pretende também alterar o regime de férias (fazendo depender da assiduidade o gozo de mais de 10 dias de férias anuais), o conceito de retribuição (deixando de fora a parte variável), o *lay-off* (aumentando a comparticipação da Segurança Social em favor das empresas), o trabalho nocturno (diminuindo o período em que é obrigatória uma remuneração acrescida), a elaboração de leis laborais (concedendo o direito de participação às associações patronais).

Exigir o possível

No manifesto que divulgou para apelar à participação na jornada nacional, a CGTP-IN defende que «os trabalhadores portugueses têm direito a viver melhor». Por um lado, «têm direito a ser compensados pelos enormes sacrifícios que lhes foram impostos em

nome da adesão do nosso país ao euro e a usufruir do crescimento económico do País, garantido pelo seu trabalho» e «têm tam-

bém direito a ver reconhecidos e praticados os seus direitos nos locais de trabalho e na sociedade».

O crescimento dos salários é fundamental para haver «mais qualidade de vida e de trabalho», lembrando a CGTP que «existe uma situação económica favorável», com previsões, para 1999, de um aumento do produto interno de 4 por cento e um aumento da produtividade de 3 por cento. A central reclama que este crescimento se reflita nos salários, por forma a aproximá-los da média salarial dos países da União Europeia.

O documento, que sintetizou os objectivos da jornada e serviu de base para as moções e intervenções sindicais, acusa o Governo de «obsequiar o patronato com pareceres» que contribuem para que as 40 horas semanais ainda não sejam respeitadas em todas as empresas. A Intersindical Nacional propõe-se dar um «novo impulso à luta pelas 35 horas», porque «ter qualidade de vida significa também reduzir os horários de trabalho», ao mesmo tempo que tal redução é «um dos factores mais decisivos na criação de emprego».

A jornada condenou ainda a ofensiva privatizadora, exigindo a defesa e melhoria dos serviços públicos.



Públicos critérios escolhas privadas

Ensinam nas escolas e nas redacções que um homem morder num cão é mais notícia do que qualquer canina dentada em humanas canelas. Entre os jornalistas, com as melhores razões próprias da profissão, e também com outros menos bons motivos, também são cultivados valores como a objectividade, a isenção, a independência.

Até foi criado o conceito de «jornais de referência»...

Há também quem continue a defender que, tal como na sociedade, na política ou na economia, também na comunicação de massas as grandes linhas são dominadas pelos maiores interesses. Anda esta discussão morna. De vez em quando é «aquecida» com alguns justos protestos

vindos do lado esquerdo da política ou dos lados mais desfavorecidos da sociedade. Mas a notícia dos protestos resulta dos critérios dominantes nos meios de informação, filtro que, nestes casos, funciona como autodefesa.

Salva-nos a concorrência.

Na sexta-feira, por exemplo, era de esperar que os jornais falassem da jornada nacional da CGTP, das manifestações da véspera...

«Milhares de trabalhadores saíram ontem à rua em Lisboa, manifestando-se contra o Governo» - assim começava a notícia do «Público», no topo de... uma coluna de «breves», lá

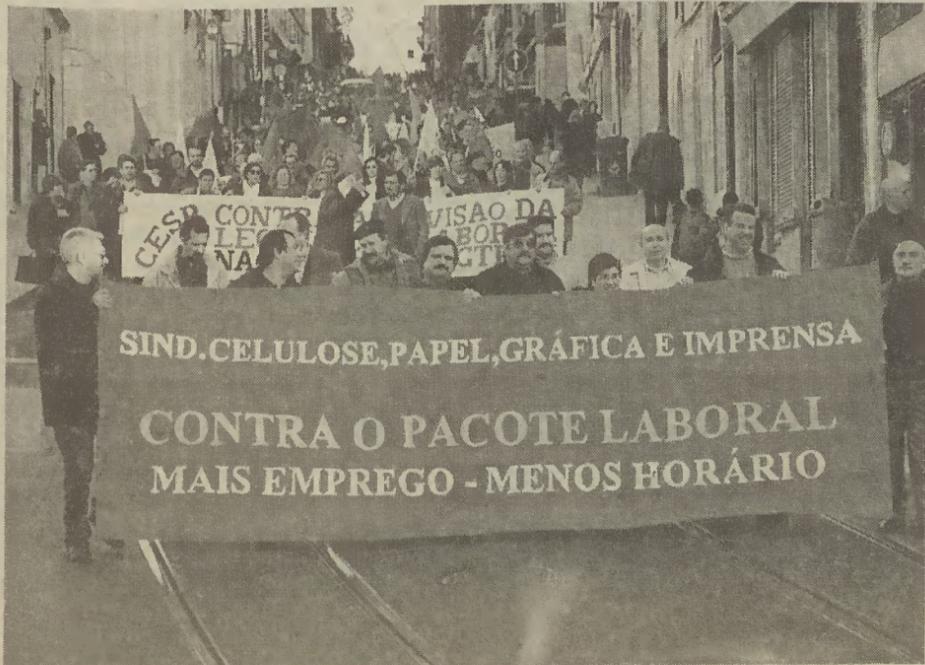
para a página 36! Não tinha fotografia, não falava das outras acções que integraram a jornada, dava conta das posições da CGTP sobre contratação, salários, horários e acerca da grave ofensiva legislativa desencadeada pelo Governo. Mas tudo isso foi arrumado em pouco mais de meia coluna, numa página par. Na primeira página não houve, claro, qualquer referência à jornada. Com grande destaque, foi publicada uma inflamada foto de outra manifestação, que também teve lugar dia 4 em São Bento, «onde cerca de duas centenas de cidadãos da Guiné-Bissau queimaram uma bandeira francesa».

É evidente que prevaleceu um critério nesta escolha do «Público». É claro que os fiéis leitores do matutino da Quinta do Lambert terão que recorrer a outros meios para ficarem com uma visão mais completa da dimensão que teve um protesto de milhares de vozes.

Salva-os a concorrência?

Não é o caso do «Diário de Notícias». Seja lá por que motivos for, a verdade é que o «DN» de sexta-feira não dedicou uma única linha à acção da CGTP! Talvez o «critério» tenha sido... deixar o tema para o «Jornal de Notícias», pertença do mesmo grupo económico, que achou por bem dedicar à jornada a longínqua mas vasta página 20 da sua edição lisboeta.

Felizmente, há mais concorrência, como a que fazemos nestas páginas. Mas não estamos livres de que, em artigos ou em conversas, venham aí alguns leitores-escritores do «Público», do «DN» e de outras «referências» dizer que os trabalhadores estão desanimados, os sindicatos em crise e já nem sequer há manifestações de rua!...



TRABALHADORES



As manifestações da jornada nacional

Empresas e sectores em luta tiveram forte participação nesta acção (fotos do desfile em Lisboa)

Porto

No Governo Civil do Porto foram entregues 15 mil assinaturas, recolhidas entre os trabalhadores do distrito, em apoio a um documento de protesto contra o pacote laboral do Governo PS. Antes da partida do desfile, que no Porto teve lugar dia 3, várias intervenções de dirigentes da União dos Sindicatos do distrito denunciaram a situação social e laboral, exigiram «mais qualidade de vida» e denunciaram o facto de os trabalhadores serem constantemente os sacrificados, tanto em tempo de vagas gordas, como nos momentos de vacas magras. João Torres, coordenador da USP/CGTP, sublinhou a exigência de empregos com estabilidade, com direitos e com salários dignos, contra o sentido em que apontam as propostas legislativas contidas no pacote.

Setúbal

Cerca de dois mil trabalhadores, segundo a Lusa, desfilaram quinta-feira em Setúbal, expressando o receio de novos despedimentos nas empresas multinacionais instaladas no distrito. Citado pela agência noticiosa, Manuel Pisco, da comissão executiva da União de Sindicatos de Setúbal, responsabilizou o Governo pela falta de soluções para o desemprego estrutural do distrito, afirmando que mais de metade dos 40 mil desempregados estão nesta situação há mais de um ano.

O coordenador da USS/CGTP, Rui Paixão, denunciou mais algumas centenas de despedimentos que estão a ser preparados por algumas multinacionais. Referiu o caso da Borealis, em Sines, que «apesar de ter registado oito milhões e 200 mil contos de lucros em 1997, se prepara para despedir 150 trabalhadores». «O Governo PS limitou-se a constituir um grupo de trabalho para explicar aos trabalhadores visados como deverão fazer para criar micro-empresas», acusou Rui Paixão.

Uma delegação foi recebida pelo governador civil de Setúbal, para onde a manifestação se deslocou, partindo da Praça do Quebedo.

Lisboa

A manifestação de trabalhadores do distrito de Lisboa, na quinta-feira, partiu do Rossio em direcção à residência oficial do primeiro-ministro, ao som de palavras de ordem como «O pacote laboral não faz falta em Portugal», «Segurança Social é direito uni-



versal», «Mais salários, menos horários» ou «É preciso, é urgente uma política diferente».

Nas dezenas de faixas transportadas pelos manifestantes lia-se frases alusivas ao tema do protesto ou à situação de grupos de trabalhadores que ali se encontravam, como os da Fábrica de Chocolates Regina, os dos Cabos d'Ávila, do Metro, da Carris, da administração local ou dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas.

Em S. Bento, na concentração final, foi aprovada uma moção em que se «confirma o aviso ao Governo de que, a manter a intenção de alterar a legislação laboral, quando do agendamento na Assembleia

da República, serão levadas a cabo greves e manifestações».

A revisão da legislação laboral foi também o tema principal da intervenção do coordenador da CGTP, no final da manifestação. Carvalho da Silva criticou especialmente o decreto-lei relativo à redução do período de trabalho nocturno, naquele dia aprovado em Conselho de Ministros. Referiu-se ainda ao novo regime de férias, lembrando que a tendência europeia é para alargar o número de dias, ao contrário do que se está a tentar fazer em Portugal, e garantiu que não são os trabalhadores que menos ganham que mais recorrem a falsas baixas.

Aveiro

A União de Sindicatos de Aveiro chamou a atenção para o problema do desemprego no distrito, que não diminui, e para outras questões laborais que contrariam o «optimismo oficial». Em conferência de imprensa, dada quinta-feira, Joaquim Almeida apontou empresas com processos de recuperação que se arrastam, o que pode lançar no desemprego centenas de trabalhadores (Oliva, Fosforeira de Espinho, Almagro e António Pereira Vidal).

O dirigente da USA/CGTP disse ainda que há empresas que simulam dificuldades para substituírem trabalhadores efectivos por empregos precários e multinacionais onde paira a ameaça de despedimentos. «Não há da nossa parte uma intenção alarmista, mas o encerramento de empresas multinacionais é uma ameaça a não subestimar», disse Joaquim Almeida. A Lusa refere ainda que o sindicalista aveirense considerou como um dado preocupante a estabilização dos indicadores do desemprego no distrito, já que em 1995 havia no distrito cerca de 16 mil desempregados e em 1998 fechou o ano com 16478 desempregados.

Alentejo

Integrada na jornada da CGTP, a União dos Sindicatos de Portalegre levou a cabo, segunda-feira, uma marcha até ao Governo Civil, com partidas do Largo do Jardim Operário (trabalhadores da Robinson, em greve pelo pagamento de salários) e da Rua do Carmo (dirigentes e activistas reunidos em plenário distrital).

Também na segunda-feira, em Évora, o plenário de dirigentes e delegados sindicais deslocou-se ao Governo Civil, deu uma conferência de imprensa e distribuiu informação à população, na Praça do Giraldo, no Hospital Distrital, na sede da ARS e no Centro Regional de Segurança Social.

Na quinta-feira, dia 4, por iniciativa do Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, procedeu-se à eleição da comissão intersindical da Obra de Alqueva e foram feitas reuniões com trabalhadores.

Faro

O crescimento da economia portuguesa previsto para 1999 deve reflectir-se nos salários, como forma de iniciar este ano a sua aproximação à média salarial dos países da União Europeia, defendeu também no dia 4 a União dos Sindicatos do Algarve.

Em plenário efectuado em Faro, os delegados e dirigentes sindicais do distrito aprovaram por unanimidade uma moção em que recordam que os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos da União Europeia.

Administração Local juntou-se ao desfile

O plenário nacional de dirigentes e delegados sindicais dos trabalhadores das autarquias locais, que reuniu quinta-feira na Casa do Alentejo, decidiu deslocar-se para o Rossio, para integrar a manifestação que dali desfilou até São Bento.

Antes, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa aprovaram uma resolução com fortes críticas ao Governo, destacando «o acentuado contraste» entre as promessas e declarações de intenção, por um lado, e «o verdadeiro rosto das intenções e da política prosseguida», desvendados no final de 1998 e início de 1999.

Os representantes dos sindicatos concordaram em «aprofundar o processo de esclarecimento e audição junto dos trabalhadores, conducente à decisão de outras formas de luta, bem assim como da sua intensificação».

Para já, o STAL e o STML vão promover, durante o mês de Fevereiro, uma jornada de «esclarecimento e denúncia» junto da população. Para 12 de Março ficou marcada uma iniciativa relativa ao suplemento de insalubridade, penosidade e risco; a data assinala o aniversário de uma conferência pública dos dois sindicatos, sobre o mesmo tema, que levou o Governo a apressar a publicação de um decreto-lei «a que, infelizmente, não deu a devida continuidade legal (aplicação à Administração Local no prazo de 150 dias)».

Na resolução é condenada a forma como foi feita a revisão das carreiras, considerando-se «fundamental e urgente» criar um novo sistema retributivo

e um sistema de carreiras justo e adequado às novas realidades das autarquias.

Exige-se ainda a reabertura de um período de negociação suplementar, pedido pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, com o objectivo de obter um aumento salarial de 4,1 por cento e a garantia de um aumento mínimo de quatro contos por trabalhador. O Governo já respondeu a este pedido, agendando uma reunião com a Frente Comum para anteontem.



Os participantes no plenário nacional integraram a manifestação até à residência do primeiro-ministro

Amadora

Os trabalhadores do sector operário da CM da Amadora decidiram anteontem paralisar no dia 1 de Março, em solidariedade com o pessoal do Departamento de Higiene e Salubridade, que tem uma greve marcada para os primeiros 5 dias do próximo mês, em protesto contra a intenção de privatização da recolha de lixo e limpeza de ruas no concelho, declarada recentemente pelo vereador Carlos Silva.

A direcção regional do STAL, que divulgou a moção aprovada por unanimidade e aclamação pelos 230 trabalhadores presentes no plenário, informou que está prevista para esta tarde uma reunião com o presidente da Câmara, de quem o sindicato espera o abandono do objectivo da privatização e a abertura de uma discussão conjunta sobre medidas para melhorar os serviços.

As propostas do sindicato, que tem denunciado a degradação dos serviços de limpeza de ruas e recolha de lixo, vão ser objecto de uma acção de esclarecimento junto da população. Para 22 de Fevereiro, o sindicato anunciou a realização de um debate público, no auditório da CMA, com actuais e anteriores autarcas do concelho, técnicos e sindicalistas e outras câmaras, nomeadamente Lisboa e Cascais.

TRABALHADORES

Humanizado, eficaz e acessível

Sindicatos defendem o Serviço Nacional de Saúde

As estruturas da CGTP avançaram para o contacto directo com os utentes dos hospitais e centros de saúde, exigindo que o Governo dê cumprimento às promessas e responda eficazmente a problemas como as filas de espera, os custos dos medicamentos e a cedência a interesses privados.

Sexta-feira teve lugar uma acção de sensibilização junto ao Hospital de Santa Maria, em Lisboa, onde Maria do Carmo Tavares admitiu que «há alguns aspectos que o Governo tem avançado que são positivos, mas, lamentavelmente, não têm passado do papel». A responsável pelas questões da saúde na Comissão Executiva da CGTP, citada pela Lusa, aludia assim ao caso dos sistemas locais de Saúde, criados pela ministra e que aguardam regulamentação do Conselho de Ministros.

A CGTP alega que o Serviço Nacional de Saúde tem servido para angariar doentes para o sector

privado, notando que se transferiram já 59 por cento das radiografias, 67 por cento dos electrocardiogramas e 75 por cento das análises e ecografias. Muitos destes exames auxiliares de diagnóstico poderiam ter sido feitos nas unidades estatais, «se houvesse coordenação dos serviços, em vez de estarem de costas uns para os outros», afirmou Maria do Carmo Tavares, analista de profissão.

«O Governo não pode dizer que está ao lado dos utentes e, ao mesmo tempo, ceder aos que querem destruir o SNS para mais facilmente imporem a privatização e a liberalização do sistema, com prejuízo da população», afir-

ma, por seu turno, a União dos Sindicatos de Aveiro, numa nota em que dá conta da distribuição, também no dia 5, de um documento sindical nos hospitais e centros de saúde de Aveiro, Ovar, Espinho, Águeda, Feira e S. João da Madeira.

A União dos Sindicatos do Porto, ao anunciar que vai hoje reunir com a Administração Regional de Saúde do Norte, para tratar do problema das listas de espera no distrito, realça que o SNS «tem condições para assumir as suas responsabilidades, nomeadamente, tem os melhores profissionais, os melhores equipamentos e uma estrutura de âmbito nacional, descentralizada em todo o território». Para a USP, «a crescente desumanização e falta de eficácia do SNS está directamente ligada às políticas prosseguidas por sucessivos governos».

O lema «um Serviço Nacional de Saúde humanizado e eficaz,

com igualdade de acesso para todos» sintetiza o grande objectivo desta acção da CGTP, que, para além da distribuição de informação, inclui ainda a recolha de apoios para um abaixo-assinado. A central suscita questões como o acesso aos serviços de saúde, listas de espera, alargamento de horários de funcionamento dos centros de saúde, articulação dos diversos níveis de serviço e a rentabilização da capacidade instalada nos hospitais, a redução do preço dos medicamentos e o desenvolvimento do mercado de genéricos, a criação de farmácias hospitalares com condições para fornecer os medicamentos mais baratos aos utentes dos hospitais, a ocupação da capacidade instalada (salas de operações e todos os equipamentos para RX e ecografias, nomeadamente) e ainda a aplicação da Lei das Convenções, visando a separação de interesses privados e públicos no SNS.

Siemens

Desde ontem e até amanhã, os trabalhadores da fábrica de relés da Siemens, em Évora, estão a fazer duas horas diárias de greve, em defesa do emprego, de justas reclassificações profissionais e das 40 horas semanais.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas informou na semana passada que esta série de paralisações tem a ver com «a situação nublada e instável que a empresa está a viver e que faz os trabalhadores recearem pela manutenção dos postos de trabalho e pela própria continuidade da fábrica, cuja administração não está a renovar os contratos a termo e anunciou já que é sua intenção prescindir dos actuais cerca de 250 trabalhadores contratados a termo, das cerca de 1200 pessoas (na sua maioria, mulheres) que ali trabalham.

IPSSs

A negociação de um contrato colectivo de trabalho para as Instituições Particulares de Solidariedade Social é a exigência das organizações sindicais mais representativas do pessoal deste sector, que emprega cerca de 50 mil pessoas. Para procurar dar início ao processo negocial, os sindicatos deslocam-se hoje à sede da União das IPSSs. A Fenprof, em nome dos sindicatos que rejeitaram o acordo subscrito pelas estruturas da UGT, admite que a recusa de negociações levará à convocação de concentrações e outras formas de luta e à exigência de intervenção do Ministério do Trabalho para salvaguardar os direitos dos trabalhadores.

Cometna

A decisão de fazer greves de duas horas diárias hoje, segunda e quarta-feira, tomada pelos trabalhadores da Cometna/Famões em plenário realizado no dia 5, foi saudada pelo sector de empresas do concelho de Loures do PCP e pela célula do Partido na empresa. Numa nota emitida anteontem, os comunistas saudam os trabalhadores em luta por aumentos salariais justos, pelo fim das discriminações salariais e por melhores condições de trabalho.

Lisnave

Uma jornada de luta, com assembleia geral de manhã e greve no período da tarde e no turno, poderá ter lugar hoje na Lisnave e Gestnave, segundo decisão aprovada por unanimidade no dia 4. A resolução da assembleia geral de trabalhadores, realizada na Margueira e na Mitrena, responsabiliza o Governo e as administrações «pelo descontentamento e pelo clima de instabilidade existente, que resulta da falta de seriedade de comportamentos», e repudia qualquer atitude paralela que ponha em causa as decisões tomadas pelo órgão máximo dos trabalhadores na negociação do caderno reivindicativo de 1999.

Mourão

A nova fábrica da Portucel «é uma vitória dos trabalhadores», afirmou a União dos Sindicatos do Distrito de Évora, antecipando um comentário à visita do primeiro-ministro ao concelho de Moura, para lançar a primeira pedra da unidade industrial que substituirá as instalações que Alqueva vai deixar submersas. A estrutura distrital da CGTP lembra que o ministro João Cravinho declarou solenemente que a abertura de uma nova fábrica estava excluída, que os presidentes das câmaras de Mourão e Reguengos tiveram indecisões e evasivas e que a administração da Portucel Recicla tentou desactivar a fábrica para receber chorudas indemnizações; de seguida, sublinha que «só a vontade e a força dos trabalhadores, dos sindicatos, da CGTP-IN e da CT da Portucel obrigou o Governo a mudar de ideias, os autarcas a serem mais reivindicativos e a administração da empresa a dar o dito por não dito».

Oliva

A viabilização da empresa e a consequente manutenção dos 400 postos de trabalho, decididas na passada sexta-feira em assembleia de credores da Oliva, representa «uma vitória do sindicato e dos trabalhadores que, com a sua luta, ao longo de quatro anos, contribuíram de forma decisiva para a solução agora encontrada». Congratulando-se pela decisão e salvaguardando uma posterior análise às suas consequências, o sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda difundiu, a partir de S. João da Madeira, uma nota em que saúda os trabalhadores da Oliva e manifesta disponibilidade para com eles continuar a luta pelo emprego com direitos e por um futuro melhor.

Reformados

Realizou-se em Lisboa, no passado sábado, o segundo Encontro Distrital da Inter-Reformados. Além de eleger uma nova direcção desta estrutura da CGTP, o encontro analisou a situação dos reformados, pensionistas e idosos do distrito.

Seguros

Com um aumento médio de três por cento, foram encerradas dia 2 as negociações da tabela salarial dos seguros, lamentando o sindicato do Norte que os patrões «regateiem reconhecimento» aos trabalhadores, a quem é exigida permanente entrega e que são muitas vezes ofendidos nos seus legítimos direitos.

Mais uma baixa na Segurança Social

«O Governo está a dar continuidade a uma política de delapidação dos fundos da Segurança Social, o que para a CGTP é inaceitável», afirma-se numa nota de imprensa emitida depois de ter sido anunciada a decisão de baixar, uma vez mais, a taxa social para as empresas que permitam o acesso dos trabalhadores à formação profissional. Esta medida, revelada na semana passada, soma-se às propostas de lei sobre matérias laborais enviadas ao parlamento e cuja aprovação teria «consequências gravosas no financiamento da Segurança Social», como nos diplomas sobre trabalho a tempo parcial e suspensão dos contratos de trabalho (*lay-off*).

Para a Intersindical Nacional, «é imoral que as contribuições resultantes dos salários dos trabalhadores estejam a ser permanentemente usadas pelo Governo para financiar as entidades patronais». Mantendo uma posição favorável a que se estimule a criação de emprego para jovens e para desempregados de longa duração, tal como a que se estimule a formação profissional, a CGTP rejeita que tal seja feito à custa dos dinheiros da Segurança Social.

É considerada «uma profunda injustiça social» a prática de serem apenas os trabalhadores a financiar medidas como as reformas antecipadas ou a reestruturação de empresas e sectores. «Estas opções políticas devem ser financiadas através do Orçamento do Estado, pois, embora seja os trabalhadores os que mais contribuem para a receita fiscal, a incidência tributária é mais alargada», defende-se na nota divulgada pelo Departamento de Informação da Inter.

No documento considera-se ainda «escandaloso» que, em resultado de políticas de apoio ao patronato, deixasse de haver, na prática uma taxa social única, existindo «dezenas». O problema tor-

nou-se mais grave ainda, depois de o Governo ter obtido na AR, quando da discussão do OE para este ano, a aprovação de uma norma que lhe deixa mãos livres para baixar toda e qualquer taxa, o que leva a CGTP a prever que, «com esta política, caminhamos a passos largos para uma taxa "personalizada"».



Os trabalhadores pagam, mas os patrões é que beneficiam

Trabalho nocturno

A CGTP acusou o Governo de ceder às pressões do patronato no sentido de reduzir o período de trabalho nocturno de onze para sete horas.

Um decreto-lei aprovado na semana passada em Conselho de Ministros permite - segundo a Lusa, citando o porta-voz do Governo, Vitalino Canas - a redução do período de trabalho nocturno para sete horas, nas quais deve incluir-se obrigatoriamente o período entre as zero horas e as cinco da madrugada.

A regulamentação actual considera como nocturno o trabalho prestado no período que decorre entre as oito horas da noite e as sete horas da manhã. Esta regra tem origem nas normas internacionais do trabalho mais antigas, centradas na protecção das mulheres e dos menores, com um regime de protecção consistente na proibição genérica do trabalho nocturno em estabelecimentos industriais por parte destas categorias de trabalhadores, diz o comunicado oficial, acrescentando que as normas internacionais mais recentes «eliminam discriminações e esta-

belecem determinadas protecções relativamente aos trabalhadores que efectuem trabalho nocturno, aplicáveis por igual a homens e a mulheres».

Joaquim Dionísio considerou que a nova legislação resulta da pressão da CIP e tem consequências na redução dos salários. «Isto é harmonizar por baixo, pela negativa», afirmou o dirigente da CGTP, sublinhando que a directiva comunitária em causa estabelece os mínimos para evitar que países como o Reino Unido e a Irlanda (com menos protecção do trabalhador a este nível) fiquem muito desfasados dos restantes parceiros europeus.

«Portugal não precisava de transpor esta directiva», afirmou, acentuando que a nova legislação viola o espírito do artigo que, no Tratado da União Europeia, estabelece o princípio da harmonização no progresso.

Todavia, disse Joaquim Dionísio, a nova legislação não tem efeito imediato sobre a generalidade dos trabalhadores, uma vez que a maior parte destes se encontra protegida por convenções colectivas.



ODIVELAS PCP dinamiza actividade

A recém-eleita Comissão Concelhia de Odivelas começou já a dinamizar a actividade no concelho, contactando entidades locais e população, designadamente o comando da PSP/Pontinha sobre problemas de segurança dos cidadãos.

Na sexta-feira passada, promoveu também uma recepção onde estiveram presentes diversas entidades locais, representantes de Associações de Bombeiros, do Ensino, de Colectividades, dos Bairros de Génese Ilegal e de empresários, entre outras.

Na ocasião, Francisco Pereira, membro do Comité Central e da Comissão Instaladora do Município, salientando o empenho dos comunistas na construção do novo concelho de Odivelas, combateu qualquer tentativa de aproveitamento eleitoralista da Comissão.

FAMÕES Organização realiza Assembleia

Os comunistas de Famões realizaram, no domingo passado, a 1.ª Assembleia de Organização desta jovem freguesia com apenas nove anos mas onde a marca da gestão CDU é visível no seu desenvolvimento.

No decurso dos trabalhos foram analisadas questões como os Bairros de Génese Ilegal, a Saúde, os Transportes e Acessibilidades e o reforço da organização.

A Assembleia aprovou ainda o Plano de Trabalho para 1999 e elegeu a Comissão de Freguesia, constituída por seis camaradas.

GUIMARÃES «Receitas» para a Saúde

O Grupo de Trabalho na Saúde junto da Concelhia de Guimarães do PCP divulgou, na passada sexta-feira, «quatro receitas» para acabar com as listas de espera nos hospitais.

Elas passam, designadamente, pelo recenseamento rigoroso dos utentes em lista de espera e avaliação da capacidade dos serviços de Saúde, pela separação da medicina pública da privada, pela redução de gastos com medicamentos e pelo aproveitamento integral da capacidade do Serviço Nacional de Saúde.

A aplicação destas «receitas» exige, entre outras medidas, a proibição do exercício de medicina privada no interior dos estabelecimentos públicos, a implantação de um formulário nacional de medicamentos e o desenvolvimento do mercado de genéricos.

N.ª SR.ª DE MACHEDE «Courelistas» têm vitória

Em N.ª Sr.ª de Machede, as mais de 80 famílias que há décadas, algumas há mais de um século, trabalham e produzem nas áreas agrícolas conhecidas por «courelas», depois de uma luta que se arrasta desde 1976, foram recentemente intimidadas por pretensos herdeiros para assinarem contratos de arrendamento e declarações prescindindo dos seus direitos ancestrais sobre a terra.

Entretanto, os «courelistas» vêm finalmente os primeiros resultados da sua luta - desde a primeira hora apoiada pelo PCP -, com a proposta de contratos de arrendamento a estas famílias feita pela Direcção Regional da Agricultura do MAP. Impõe-se agora «não baixar os braços», alerta, porém, a Comissão Concelhia de Évora do PCP, defendendo a continuação da luta por preços justos de arrendamento, «não perdendo de vista o objectivo de ver reconhecida a plena posse, de facto e de direito, sobre a terra» que sempre por eles tem sido trabalhada.

SANTIAGO DO CACÉM Atrasos no Hospital

Por seu lado, a Comissão Concelhia de Santiago do Cacém, reunida para analisar questões da situação política e social, condenou o atraso na construção do Hospital Distrital e respectiva Maternidade, desmascarando «o atabalhoado e demagógico» comunicado do Partido Socialista que, depois do Ministério da Saúde ter reconhecido esse atraso, vem, «numa tentativa de aproveitamento eleitoralista», confirmar a data do lançamento do concurso e início da obra. No que respeita à luta dos trabalhadores, o PCP, depois de se solidarizar com a luta dos trabalhadores da Petrogal e a greve que recentemente realizaram, manifestou o seu apoio à luta dos trabalhadores da Borealis em defesa dos seus postos de trabalho e condenou o plano da administração de despedir 150 trabalhadores quando, em 1997, a empresa apresentou lucros no valor de 8,2 milhões de contos.

Litoral Alentejano Desemprego ronda trabalhadores

«Em ano de eleições todas as promessas são para cumprir mas, logo a seguir, são postas na gaveta», disse em conferência de imprensa, realizada no dia 1 de Fevereiro, em Grândola, o responsável do PCP pela organização do litoral alentejano, referindo-se aos últimos anúncios do Primeiro-Ministro para o Alentejo.

José Catalino salientou que «a visita de ministros e secretários de Estado aos concelhos vai ser nos próximos meses uma constante, com o já tradicional cortejo de inaugurações e promessas», ao mesmo tempo que «haverá neste período muito dinheiro para ser distribuído - na maioria das vezes sem qualquer critério -, de forma a favorecer o clientelismo político do PS».

Aquele dirigente, socorrendo-se de exemplos de empresas nos concelhos de Grândola e Sines, afirmou que «a verdade é bem

diferente» no litoral alentejano e na região, onde a situação estrutural de há décadas se mantém e o perigo do desemprego ronda muitos trabalhadores».

«O Governo do Partido Socialista tem vindo a criar falsas expectativas a muitas centenas de pessoas, com a realização de cursos de formação profissional que, após a sua conclusão, não têm no mercado de trabalho qualquer alternativa», salientou José Catalino que percorreu ainda as dificuldades e problemas que vivem os pescadores em Sines, as eternas

carências no campo da saúde e a falta de resposta para as populações afectadas pelos temporais.

No encontro com os jornalistas participou também Joaquim Matias, deputado de Setúbal, que abordou o Orçamento do Estado para 1999 e particularmente as principais propostas apresentadas pelo PCP para integrar o PIDDAC relacionadas com o distrito de Setúbal.

Joaquim Matias referiu que só o PCP, apesar das propostas apresentadas e aprovadas, foi o único partido que votou contra o Orçamento, enquanto «o PSD e o CDS/PP, por mais que tentassem mostrar o seu fervor pseudo-oposicionista ao governo, não esconderam o seu acordo com as orientações políticas centais do Orçamento».

Percorrendo as alterações que o PCP conseguiu introduzir naquele documento, visando «maior justiça social, dignificação e valoriza-

ção dos que trabalham e melhoria da qualidade de vida», Joaquim Matias apresentou as propostas que o PCP fez para o distrito de Setúbal para incluir no PIDDAC, acusando o PS e o PP de não terem feito chegar qualquer obra à discussão na Assembleia da República para o distrito de Setúbal.

Para Joaquim Matias, «o governo prefere não fazer a discriminação das obras, agregando as verbas por ministérios, sem especificar, constituindo assim verdadeiros «sacos azuis» que podem ser utilizados pelos membros do Governo de forma indiscriminada».

Nesta iniciativa participou também o dirigente José Maia, responsável pela ligação aos deputados do distrito, Fernando Travassos, presidente da Câmara Municipal de Grândola e da Associação de Municípios do Litoral Alentejano, e dirigentes do PCP da região.

Algarve Investimento público ignora região

«Quatro anos após a vitória eleitoral do PS», o Algarve permanece dependente da actividade turística e da venda de serviços, tendência que «as opções que começam a delinear-se face ao III Quadro Comunitário de Apoio» prometem acentuar.

O Plenário da Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP, que reuniu na sexta-feira passada, afirma ainda que a economia regional e nacional «continua ser ver definido um quadro de especificidades que garantam a sua competitividade» e sem «uma nova obra de vulto no plano das infra-estruturas».

A auto-estrada está prometida para o ano 2002, a conclusão da Via do Infante até Lagos marca passo, a Barragem de Odelouca e os melhoramentos no IC 27 continuam por fazer. Por outro lado, o porto comercial de Faro continua a aguardar obras de modernização e não foi construída nenhuma infra-estrutura portuária de apoio à pesca artesanal, prossegue o PCP, considerando que, mais uma vez, o Algarve foi preterido na aplicação de investimentos públicos nacionais e comunitários.

No plano do emprego, os índices de desemprego continuam elevadíssimos na época baixa, penalizando sobretudo mulheres

e jovens e as desigualdades sociais acentuam-se, fruto de uma política que penaliza quem trabalha por conta de outrem e protege a concentração da riqueza e do por económico.

Porém, «o descontentamento, a decepção e a insegurança» gera-

dos por esta política levaram também ao aparecimento de «uma força social relevante» que o PCP pretende mobilizar para uma opção de luta e de voto no sentido do reforço da CDU.

Assim, o Plenário da DORAL, tendo em vista os próximos actos

eleitorais, decidiu a realização de um vasto conjunto de reuniões, apontando «uma linha de abertura e de rejuvenescimento» e uma «presença de relevo» de mulheres e jovens para as candidaturas a apresentar pelo PCP no quadro da CDU.

Assembleia de Alcochete PE «está mouco»

Na Assembleia de Organização Concelhia de Alcochete do PCP, que se realizou no fim-de-semana passado, Miguel Boieiro, Presidente da Câmara Municipal, acusou o Parlamento de «estar mouco» sobre a questão das salinas do Samouco.



A Assembleia de Alcochete criticou o facto de a CM não ter sido convidada, quando da visita de uma delegação do PE à região

De facto, a Câmara Municipal de Alcochete - de maioria CDU - aguarda, desde 1 de Outubro, as explicações do Parlamento Europeu sobre o facto de não ter sido convidada para a reunião que então se realizou nas instalações da Reserva Natural do Estuário do Tejo, ao contrário do que se passou com a vizinha Câmara do Montijo, de maioria PS, quando da visita de uma delegação da Comissão do Ambiente do PE ao concelho.

À falta de resposta, os eurodeputados comunistas tomaram a iniciativa de inquirir sobre as razões da ausência de justificação, ainda que parte dela pareça ser dada no relatório do chefe da delegação do Parlamento Europeu, Doeke Eisma, quando diz que, para além dos seis deputados, todos estrangeiros, que o acompanharam, apareceram, segundo o texto, «outros dois «extraquota»», o deputado Pimenta e o deputado Apolinário.

Apesar, pois, do objectivo da visita ser discutir a problemática do ambiente na região e em particular das salinas do Samouco, situadas no concelho, não só a Câmara que mais tinha a ver com o assunto em causa foi marginalizada, como, na «extraquota» dos deputados, não houve lugar para um comunista.

Para além desta questão, a Assembleia de Organização de Alcochete discutiu outros aspectos da política local e, entre a aprovação de diversas medidas de direcção e organização, elegeu a nova Comissão Concelhia, da qual fazem parte 25% de mulheres e de jovens.

CAMARADAS FALECIDOS

Antero Augusto Ferreira Branco

Com 65 anos de idade, faleceu no passado dia 27 de Janeiro, o camarada Antero Augusto Ferreira Branco. Foi dirigente do Sindicato dos Gráficos. Membro do Partido desde 1974, pertenceu à célula da Bertrand e era actualmente membro da Comissão Concelhia da Amadora e do seu Executivo, onde, ao longo de anos, foi responsável por várias tarefas que assegurou dedicadamente.

António Graça Chatoe

Faleceu recentemente, com 49 anos de idade, o camarada António Graça Chatoe, reformado da

Carris. O camarada estava organizado no sector de Transportes da DORL.

Aurélio Piedade Farinhas

Faleceu no dia 23 de Janeiro, com 77 anos de idade, o camarada Aurélio Piedade Farinhas, residente em Trajouce. Pequeno industrial reformado, era membro do Partido desde 1974. Estava organizado na freguesia de S. Domingos de Rana.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Alentejo Plano de Emprego é ineficaz

O Plano Regional de Emprego para o Alentejo (PREA) recentemente anunciado pelo Primeiro-Ministro «não é mais do que a repetição de um conjunto de grandes princípios» que o Governo tem vindo a «manipular demagógicamente», desde a sua chegada ao poder, em Outubro de 1995, e «não resolve os graves problemas de desemprego, desertificação e envelhecimento que caracteriza a região».

Para o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP, que faz a denúncia, o fracasso da política do Governo é confirmada pelo próprio PREA, ao reconhecer que a conjuntura económica do Alentejo tem vindo a apresentar «uma tendência de evolução desfavorável face às restantes regiões do Continente» e que a taxa de desemprego no Alentejo continua a ser a mais elevada do País.

Face a esta «dura realidade», os comunistas perguntam onde estão os efeitos dos 544 milhões de contos anunciados há três anos para o Alentejo e os resultados das centenas de milhões de contos que o Governo canalizou para os grandes proprietários.

É que, a exemplo dos projectos anteriores, o PREA «continua a ignorar a necessidade de alterar a estrutura fundiária e de garantir o acesso à terra aos desempregados, apesar de reconhecer que 25,8% dos desempregados eram, em Agosto de 1998, trabalhadores agrícolas qualificados».

«Guetos» em Vila Franca

Com os votos contra dos quatro eleitos da CDU, a coligação PS/PSD aprovou, no dia 27 de Janeiro passado, em reunião extraordinária, uma alteração política que penaliza profundamente os moradores dos bairros clandestinos, agora designados como *Áreas Urbanas de Génese Ilegal*, e a reconversão desses bairros.

Nos documentos de apresentação da nova medida, ressalta, entretanto, a crítica à anterior gestão CDU, designadamente por ter «hipotecado o futuro e o desenvolvimento do concelho», ao comprometer-se a investir mais de dois milhões de contos em infra-estruturas e aquisição de lotes nesses bairros.

A Comissão Concelhia de Vila Franca do PCP, alertando para as «repercussões na qualidade de vida dos restantes municípios e na imagem de desenvolvimento do concelho», acusa entretanto o PS e o PSD de se esquecerem de referir que mais de 1,6 milhões de contos foram pagos pelos moradores. Ao

quanto aos 20 milhões de contos anunciados pelo Primeiro-Ministro, eles não são mais do que «a multiplicação dos cerca de 4 milhões de contos anuais do IIEFP para a região pelos cinco anos previstos para o PREA».

Segundo o PCP, não há também garantia de que os 4.000 postos de trabalho anunciados no Plano venham a ser criados. Mas «admitindo» que o fossem - «e mesmo não considerando os jovens que irão entrar no mercado de trabalho nos próximos cinco anos» -, eles não correspondem sequer a 24% dos desempregados de longa duração que o PREA admite existir na região e representam pouco mais de 10% do total dos desempregados.

Entretanto, a única medida concreta prevista no PREA - a iniciativa-piloto de promoção local do emprego - está à partida «ferida de morte», pois não dispõe de meios financeiros suficientes, marginaliza os sindicatos, as autarquias e outros parceiros sociais da Comissão de Análise dos Projectos e «não assegura a cobertura da região nem obriga a parcerias locais».

Ao mesmo tempo, a consagração de uma Comissão de Análise dos Projectos formada por gente exclusivamente nomeada pelo governo põe em causa «a natureza isenta e transparente» das suas decisões, enquanto a não garantia de financiamento a 100% de todos os projectos «abre portas a situações de favoritismo» inaceitáveis.

mesmo tempo, os comunistas referem o facto de estes partidos terem, assim, mostrado que se tivessem sido maioria em anteriores mandatos, as famílias residentes nestas áreas não teriam agora abastecimento de água, esgotos, electricidade, arruamentos e recolha de lixo, vivendo certamente «em autênticos guetos».

O que os vereadores do PS e do PSD pretendem, prossegue o PCP, «é, no mínimo, retirar a Câmara Municipal da condução dos processos de reconversão desses bairros, passando-a para os respectivos moradores» e enredando-os «numa multiplicidade de dificuldades e burocracias de implicações negativas para eles».

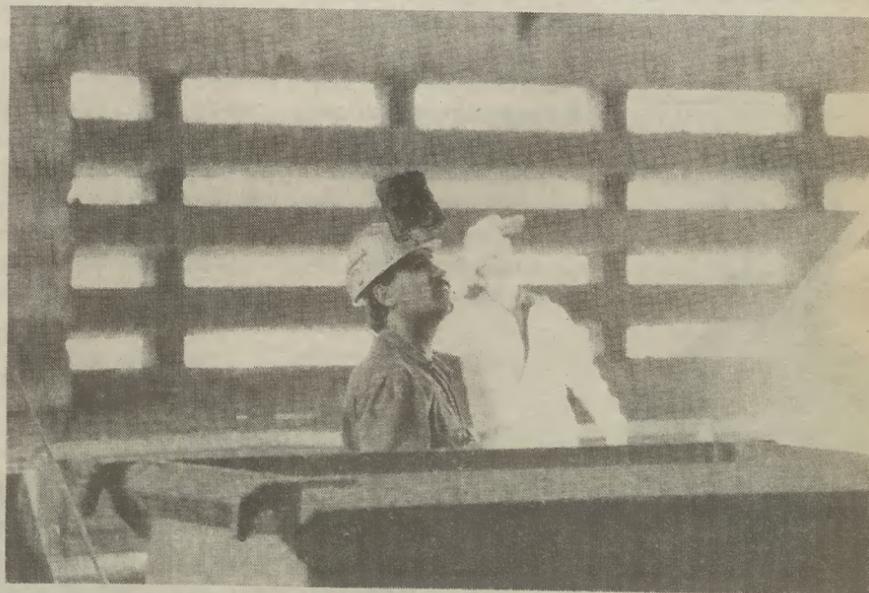
Por fim, apelidando a nova medida de «ofensa gravíssima» aos moradores destes bairros - que não podem ser considerados «cidadãos/municípios de segunda ou de terceira» -, o PCP alerta-os para os problemas que a mesma lhes pode acarretar.

5.ª Assembleia da Organização de Setúbal está em marcha

A pouco mais de uma semana da realização da 5.ª Assembleia da Organização da Organização Regional de Setúbal do Partido, que terá lugar no dia 20 de Fevereiro, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal, as organizações e militantes da ORS estão empenhados na realização das várias reuniões e assembleias plenárias preparatórias, para discussão do anteprojecto de Relatório e eleição de delegados. Assim explicaram ao «Avante!» José Capucho, José Paleta, Joaquim Tavares e Valdemar Santos, membros desta Direcção Regional.

Com a presença de cerca de 800 delegados e de muitos convidados, e contando com a participação de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido, a 5.ª AORS será assim, naturalmente, um momento de balanço do trabalho realizado pelo Partido, na região, desde Fevereiro de 1995 (data da 4.ª AORS) e de precisão de alguns dados já ultrapassados que constam do documento em análise.

José Paleta, membro do Comité Central e do Secretariado da DORS, sublinha que, só em 1998, «o trabalho da organização saldou-se pela realização de 38 Assembleias de organização, 150 plenários de militantes, 18 iniciativas públicas, 324 novos recrutamentos, o aumento da venda do Avante! e do Militante, a criação de 22 novos organismos (5 dos quais para o trabalho das empresas) e a reactivação de 30 (12 dos quais igualmente nos locais de trabalho, que não funcionavam ou funcionavam muito irregularmente). No período mais recente da preparação da 5.ª Assembleia, ou seja, desde Janeiro deste ano, este movimento acentuou-se, nomeadamente ao nível da realização das Assembleias de Organização que estatutariamente elegem os seus organismos de direcção. Ora o balanço de tudo isto terá, necessariamente, reflexos no êxito da própria 5.ª AORS», adiantou José Paleta.



Intensa actividade precede a realização da 5ª Assembleia da ORS, que terá lugar no Pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, Seixal

O anteprojecto de Relatório, subordinado ao mesmo lema da 5.ª AORS - «Com o PCP, intervir, lutar, transformar!» - desdobra-se em quatro capítulos: o primeiro, sobre as características e mutações do distrito de Setúbal; o segundo, sobre Propostas da ORS para uma política alternativa e de desenvolvimento; o terceiro, sobre o Partido - «Um Partido necessário, insubstituível - do futuro»; o quarto, sobre as principais prioridades e tarefas para os próximos quatro anos.

«Na discussão em curso, não desligamos a influência e prestígio do Partido junto dos trabalhadores e das populações

vidade aos militantes, o assumir da organização não como um fim mas como um meio para intervir na sociedade», diz José Capucho, igualmente membro do Comité Central e do Secretariado da DORS.

«A ligação do Partido à vida, aos problemas, anseios e aspirações dos trabalhadores e das populações, permite-nos um amplo e profundo conhecimento da realidade que pretendemos transformar.» Mas, acrescenta este dirigente, «a nossa força está na mesma relação do reconhecimento de insuficiências e atrasos, que o anteprojecto de Relatório não escamoteia».

Um imenso trabalho colectivo

Na fase de apuramento de propostas de alteração a este documento, distribuído profusamente entre os militantes, somam-se já mais de duas centenas de propostas de alteração, quer de militantes individualmente considera-

dos, quer de organismos do Partido. «São propostas enriquecedoras do anteprojecto, é, porém, significativo que não apareçam propostas de alteração de fundo», diz Valdemar Santos. «Tal quer dizer que o próprio documento - cuja elaboração contou já com o contributo de muitos camaradas - é o reflexo escrito de um imenso trabalho partidário, assente na unidade de pensamento e acção do grande colectivo partidário que somos.»

As reuniões e assembleias plenárias preparatórias, que deverão atingir mais de uma centena, congregaram já centenas de militantes. Sem nunca desligar a discussão dos aspectos concretos da actual situação política e da acção do Partido, no decurso desta discussão aprofundaram-se ainda temas diversos, que vão da situação político-partidária, da situação social e da situação económica, ao papel da classe operária, dos trabalhadores e das suas organizações de classe, assim como de outras estruturas unitárias, ao papel dos comunistas na Assembleia da República e no Poder Local democrático e à caracterização das organizações, do trabalho de direcção e dos quadros.

«Damos particular ênfase às principais prioridades e tarefas para os próximos anos», comenta Joaquim Tavares, do Executivo da DORS. «A organização e intervenção do Partido junto dos trabalhadores; a juventude; o aprofundamento do desenvolvimento integrado, numa região já com elevados índices de qualidade de vida - graças sobretudo ao Poder Local; a participação dos cidadãos como valor inseparável da democracia e as batalhas eleitorais são grandes linhas de acção que a 5.ª AORS impulsio-

Organizações preparam Assembleia

Com a presença de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, o Sector Sindical da Organização Regional de Setúbal do PCP realizou, no dia 23 de Janeiro, a 3ª Assembleia de Organização para balanço e avaliação do trabalho dos seus militantes e eleição do novo Secretariado.

A Assembleia discutiu e aprovou uma Resolução Política que define e aponta orientações de trabalho para o futuro, designadamente a necessidade de continuar a esclarecer e mobilizar os trabalhadores na luta contra o Pacote Laboral, pelo direito ao emprego e por melhores salários e pela segurança no trabalho.

Durante os trabalhos, a Assembleia manifestou, ainda, a sua confiança em que os trabalhadores do distrito, nas próximas eleições, apoiem e reforcem eleitoralmente o PCP e a CDU.

Por sua vez, a Organização de Freguesia de Sarilhos Pequenos reuniu, no sábado passado, a sua 3ª Assembleia, tendo aprovado o plano de trabalho para 1999 e eleito a nova Comissão de Freguesia constituída por 10 camaradas.

Durante a Assembleia, que contou com a participação de Valdemar Santos, membro do Comité Central e da DORS, foi feita a análise à situação política e às tarefas que os comunistas vão ter pela frente nos próximos tempos, nomeadamente as batalhas eleitorais.

Como prioridades de trabalho, para além das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, os comunistas de Sarilhos Pequenos definiram o reforço da organização e intervenção do Partido, a luta e a acção popular e o acompanhamento do trabalho autárquico.

Também no âmbito da preparação da 5ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal, a organização da freguesia do **Gaio-Rosário** reuniu, no sábado passado, para discutir e votar o ante-projecto de Resolução Política e eleger os seus delegados à Assembleia.

Durante o plenário, foi proposta e votada por unanimidade uma moção de saudação aos trabalhadores da Petrolgal pelo êxito da sua greve de 28 e 29 de Janeiro.

Fúria privatizadora ataca Correios

A onda privatizadora que varre os mais variados sectores da nossa economia continua a não dar sinais de abrandar. A mais recente peça desta «fúria liberalizadora», como lhe chamou o deputado comunista Joaquim Matias, diz respeito aos serviços postais, matéria sobre a qual o Governo submeteu à Assembleia da República uma proposta de lei na qual define as bases gerais a que deve obedecer a sua gestão e exploração.

Em debate faz hoje oito dias, o diploma suscitou reacções muito críticas do Grupo Parlamentar do PCP, para quem resulta claro estar de novo patente a vontade governamental de satis-

fazer os apetites «dos grupos económicos na exploração da parte rentável dos serviços postais portugueses».

Verberado por Joaquim Matias neste diploma que transpõe no seu entender mecanicamente e de forma genérica para a legislação interna uma directiva comunitária sem definir a respectiva regulamentação foi, desde logo, o facto de o Governo ter «ignorado completamente o Serviço Público de Correios».

Ao garantir apenas um serviço mínimo até 2003 com qualidade e custos controlados, mas sem que os parâmetros estejam definidos, deixando simultaneamente todos os outros serviços à concorrência, o Governo não está a acautelar o papel e importância deste serviço de primeira necessidade para os portugueses, quer numa perspectiva individual, quer no plano do desenvolvimento regional associado às actividades económicas, sociais e culturais.

Dá que Joaquim Matias não tenha hesitado em repudiar as soluções preconizadas na proposta de lei por entender que estas não servem «as condições concretas do nosso serviço postal», do mesmo modo que não garantem a «qualidade e preço que se exige a um serviço público» com a intrínseca natureza

social e especificidade que este tem, indissociáveis dos direitos de cidadania em matéria de correspondência.

Motivo de crítica para a bancada comunista é também, por outro lado, o facto de aos CTT - Correios de Portugal, a quem competirá a prestação do referido serviço mínimo, não ser reconhecida a sua qualidade de serviço público, nem garantido o financiamento de actividades que, tal como já sucede hoje, se venham a revelar deficitárias.

Em causa está, por último, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores dos CTT (designadamente em termos da manutenção dos postos de trabalho e do seu fundo de pensões), os quais, com a aplicação do novo diploma, podem estar comprometidos.



O Governo prepara-se para satisfazer os apetites dos grupos económicos interessados na exploração da parte rentável dos serviços postais



Ler Garrett

Foi com uma sessão solene que a Assembleia da República assinalou faz hoje oito dias o bicentenário do nascimento de Almeida Garrett. Evocado na figura de um dos criadores do nosso Romantismo foi sobretudo a dimensão literária da sua obra e a sua intervenção como político. No multifacetado poliedro em que se desdobrou como homem interviente nas questões do seu tempo, recordadas foram ainda outras qualidades por si assumidas, de soldado a cronista, de diplomata a juiz. Dessa inquietude e vontade de intervir presentes no autor de «Viagens na Minha Terra», que levam a que a sua palavra «se transmute em acção», falou a deputada comunista Luísa Mesquita para sublinhar como, nele, «texto e revolução conjugam-se na procura de um mundo novo que o soldado liberal ajuda a construir e o escritor relata». «É este o jovem, que, com menos de 20 anos, reflecte, com uma genialidade universalista sobre a cultura, a arte e se envolve sem preconceitos na actividade política no meio do povo, numa época de feroz instabilidade e a quem só a compreensão da realidade incomoda», lembrou a deputada do PCP, para quem «ler Garrett é ainda hoje um trajecto de experiências sempre novas, de constante questionação de todas as cadeias que coarctam a liberdade do ser humano».

Regime disciplinar da GNR gera cenas inacreditáveis

«Absolutamente desadequado a uma força de segurança», pelo seu carácter «repressivo, obsoleto e de feição acentuadamente militarista», assim classificou o deputado comunista João Amaral o regime disciplinar aplicável aos agentes da Guarda Nacional Republicana. O motivo próximo para esta crítica arrasadora, que tornou extensiva ao regime penal, - não menos desadequado, em sua opinião -, foi um episódio passado num posto da GNR e recentemente relatado pelo matutino «Público».

A história, verdadeiramente «inacreditável», como diz João Amaral em requerimento em que interpela o Governo sobre o assunto, conta-se em poucas palavras. Um agente da GNR, de prevenção no posto de Rio Tinto em 23 de Outubro de 1997, recusou-se a servir duas cervejas a um colega, facto de que resultou a sua condenação em Tribunal Militar pelo crime de insubordinação a um ano de prisão.

Ainda segundo o deputado do PCP, que cita a peça jornalística, «esta punição segue-se a uma outra, já aplicada, de transferência do guarda de Rio Tinto para Barcelos, cidade que fica razoavelmente longe, com todas as consequências que isso forçosamente deve ter tido para a sua família».

Sem esconder a sua estupefacção perante o sucedido, só possível face ao que considerou ser o «clima medieval que se vive na GNR», João Amaral conclui que através desta história ficaram-se a saber várias coisas, entre as quais, observou, a de que «nos postos da GNR corre cerveja», bem como a de que «uma das obrigações de serviço» dos seus agentes é «servirem cervejas aos colegas».

«Fica-se a saber que há comandos, promotores de justiça e tribunais militares capazes de aplicarem penas de privação de liberdade por causa de duas cervejas não devidamente servidas, além de penas de transferência para transbordarem a vida pessoal e familiar de agentes», acrescentou João Amaral, antes de instar o ministro da Administração Interna a pronunciar-se sobre a revisão de toda a legislação aplicável à GNR e seu enquadramento conceptual, uma medida a que atribui a natureza de «imperativo democrático absoluto».

Em projecto de lei do PCP

Novas verbas para as autarquias

Para obstar ao agravamento das dificuldades financeiras dos municípios e freguesias originado por aumento de despesas com pessoal de carácter extraordinário, o Governo terá de inscrever no Orçamento do Estado as verbas correspondentes a esse tipo de despesas por forma a proceder à sua transferência para as autarquias locais. A proposta, materializada em projecto de lei, é do Grupo Parlamentar do PCP e deu entrada faz hoje oito dias na Mesa da Assembleia da República.

Na base desta iniciativa legislativa, como é explicado na nota prebular, está a consideração de que a debilitada situação financeira em que se encontram hoje as autarquias locais resulta em larguíssima medida do incumprimento durante muitos anos da Lei de Finanças Locais.

Uma situação que não foi resolvida com o aumento relativo das transferências do Orçamento do Estado resultante da aplicação da nova Lei das Finanças Locais, uma vez que esse acréscimo foi absorvido pelas despesas com pessoal originadas pela recente reestrutura-

ção de carreiras e atribuição de novos direitos retributivos aos trabalhadores das autarquias locais.

Considerando totalmente justas e inquestionáveis essas novas regalias agora conquistadas, que vieram dignificar e valorizar os trabalhadores, o

Grupo comunista entende, todavia, que uma tal medida não pode contribuir para o agravamento das bem conhecidas dificuldades financeiras dos municípios e freguesias.

É, pois, neste quadro, que, do seu ponto de vista, faz pleno sentido inscrever no Orçamento

do Estado as verbas correspondentes a esse aumento de despesas com pessoal, tanto mais que, assinala, reporta-se a remunerações de carácter extraordinário e, por conseguinte, não previstas aquando da elaboração dos respectivos orçamentos municipais.

As autarquias continuam hoje a debater-se com dificuldades financeiras para fazer face às necessidades das populações em resultado do incumprimento durante muitos anos da Lei de Finanças Locais



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«Carrossel» pré-eleitoral arranca no Alentejo



No Alentejo, onde todos os planos de combate ao desemprego nunca passaram do papel, falta um verdadeiro Plano Integrado de Desenvolvimento

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de já ter em marcha o «carrossel pré-eleitoral» e de ter escolhido o Alentejo para iniciar essa volta ao País. A testemunhá-lo, segundo Lino de Carvalho, deputado comunista eleito por Évora, está o frenesim que se apossou nos últimos tempos de ministros, secretário de Estado e altos funcionários da administração central que não há dia ou semana que não inscrevam na sua agenda uma visita à região.

O mais recente pretexto para esta «trepidante excitação pré-eleitoral», como lhe chamou o parlamentar do PCP, foi o anúncio de mais um Plano Regional de Emprego recentemente feito pelo Primeiro-Ministro. Levando em conta a experiência anterior, face aos múltiplos anúncios já feitos sobre esta matéria, existem fundadas razões para duvidar dos reais propósitos que animam os governantes.

Céptico mesmo está Lino de Carvalho que se interroga sobre as razões que levam o Governo e António Guterres, depois de na última campanha eleitoral para as legislativas terem anunciado um Plano de Emergência contra o Desemprego que nunca viu a luz do dia - não é verdade? -, só agora venham a publicitar o chamado Plano Regional de Emprego, quando é certo que já não vai a

tempo de lhe ser feito qualquer balanço antes das próximas eleições.

Deslindar a questão não é, porém, difícil, como mostrou o deputado comunista ao frisar que «a verdade é que o PS e o Primeiro-Ministro sabem que estes sucessivos planos de emprego a nada têm conduzido de sustentável e como confiam que a memória é curta estão convencidos que o que fica na retina é a propaganda do anúncio sucessivo de medidas que não são concretizadas».

Aliás, abordando a questão por outro ângulo, chega-se à conclusão que este novo Plano o que traduz por si só é o fracasso e a natureza propagandística de que se têm revestido no essencial todos estes anúncios. Disse-o Lino de Carvalho, invocando em favor da sua argumentação a evolução de sentido negativo que se mante-

ve na população empregada e os elevados valores de desemprego na região - os mais altos do Continente -, mantendo-se acima dos 36.000 desempregados.

O próprio Centro Regional de Segurança Social do Alentejo, recordou, confirma este fracasso quando reconhece num estudo sobre a pobreza na região que existe «um número crescente de pessoas» que entram ou permanecem «em situações em que não têm acesso à satisfação das suas necessidades básicas».

E tudo porque, como explicou o deputado do PCP, «não há políticas sociais de combate ao desemprego que se salvem sem políticas sustentadas de desenvolvimento económico, sem investimento público numa região fortemente carenciada de capitais próprios, sem estímulos especiais ao investimento produtivo, às pequenas e médias empresas».

O que falta, afinal - e com esta afirmação Lino de Carvalho foi ao cerne do problema -, é um verdadeiro Programa Integrado de Desenvolvimento para a Região, uma vez que «o tão celebrado Pro-Alentejo não é mais do que uma alavanca de promoção dos quadros socialistas na região».

Crise na suinicultura requer medidas urgentes

A crise profunda que atinge a suinicultura resulta de políticas erradas para o sector e de uma visão ultraliberal dos mercados, considera o Grupo Parlamentar do PCP, que acusa o Governo de não ter adoptado as medidas que a situação impunha, designadamente a adopção de «mecanismos públicos de regulação» que poderiam ter evitado o descalabro a que se chegou.

Depois do alerta lançado há meses atrás pelo Grupo comunista e das medidas por si então preconizadas, o assunto voltou a ocupar na passada semana a agenda parlamentar, desta feita em debate de urgência suscitado pelo CDS/PP. Apesar da «descoberta» tardia dos populares para o problema, o agendamento não deixou de revelar-se útil pela oportunidade aberta de trazer de novo para primeiro plano a necessidade de pôr cobro urgentemente a uma crise que ameaça transformar-se num processo de liquidação das pequenas explorações.

Para evitar este desfecho, no momento em que o preço à produção voltou a cair, situando-se nos 185\$00/ quilo, não há outra saída que não seja mesmo a adopção de medidas de emergência que auxiliem a suinicultura nacional.

Foi este, de resto, o desafio deixado pelo deputado comunista Rodeia Machado ao ministro da Agricultura, a quem exortou para que tenha a coragem política para encetar medidas de apoio directo aos produtores através de políticas concretas, a exemplo do que fizeram os seus congéneres espanhóis e franceses, que não hesitaram em incrementar ajudas directas às perdas de rendimento.

Não há outra alternativa se se quer evitar a completa ruína do sector, alertou Rodeia Machado, que considerou «tardias e insatisfatórias» as poucas medidas adoptadas pelo Governo, as quais, disse, «em nada se traduziram para os produtos portugueses».

Exemplificando, citou a ineficácia dos apoios à exportação para a Rússia ou das ajudas à armazenagem, lembrando, por outro lado, o reduzido alcance da transferência de cevada forrageira para redução dos custos de alimentação ou a abertura de uma linha de crédito que ainda nem sequer está a funcionar e que de pouco servirá a quem está à beira da falência.

Rodeia Machado acusou ainda o Governo de ter assistido impávido à substituição da

produção nacional por importações sem qualquer controlo, quer de qualidade quer de condições higio-sanitárias.

Na origem desta crise, recorde-se, estão, por um lado, os excedentes de produção na União Europeia situados num valor próximo do milhão de toneladas em resultado da crise asiática e do mercado russo e, por outro lado, o aumento de produção num passado recente motivado na altura por preços atractivos.



Os suinicultores têm razão para o seu protesto pela falta de medidas de apoio por parte do Governo, uma situação que os está a conduzir à ruína

Interesses imobiliários ameaçam Reserva de Mindelo

O que resta da Reserva Ornitológica de Mindelo - área em Vila do Conde de grande sensibilidade ecológica e de enorme riqueza do ponto de vista da sua biodiversidade - corre o risco de soçobrar perante o avanço de interesses especulativos e imobiliários. Para o deputado comunista Pimenta Dias, que levou o assunto a plenário sob a forma de pergunta ao Governo, não é possível manter por mais tempo o estado de passividade que tem caracterizado o comportamento das autoridades, responsável, em sua opinião, pela contínua degradação daquele património natural.

«Por ausência sistemática de medidas de protecção e regulamentação da Reserva - explicou o parlamentar do PCP - este espaço foi profundamente delapidado ao longo dos anos, devido à sua ocupação extensiva com urbanizações e abertura de novas vias de acesso, exploração intensiva de areias para a cons-

trução civil e poluição das linhas de água que o atravessam por actividades industriais, agrícolas e domésticas».

O que está em causa, pois - e foi este o sentido da interpelação de Pimenta Dias ao secretário de Estado Adjunto do Ambiente - é a requalificação daquele espaço como Área Protegida, em ordem a salvaguardar os ecossistemas existentes, o que exige a adopção de medidas concretas de protecção e regulamentação.

Na resposta, muito evasiva, sem deixar de reconhecer a importância daquela área e a necessidade da sua preservação, aquele membro do Governo não objectivou nenhuma medida concreta, ficando-se pelo enunciado de generalidades.

Por esclarecer ficou, por exemplo, se o enrocamento que está a ser executado pelo Instituto da Água para defesa da Praia de Mindelo visa a concretização de uma avenida marginal que ligue Mindelo a Árvore, assim facilitando a urbanização do que resta da Reserva.

JCP/Sintra prepara Congresso

Dezenas de militantes e alguns independentes participaram, no passado dia 7, no plenário concelhio realizado pela JCP/Sintra. Do debate realizado em torno dos projectos de resolução para o Congresso, ressaltou a necessidade de «afirmar o ideal marxista-leninista da organização bem como das propostas».

Foram igualmente discutidos assuntos como a toxicod dependência, a condição feminina na nossa sociedade, a situação dos jovens trabalhadores e dos estudantes do ensino secundário.

Perante a análise da realidade social, conclui-se pela necessidade de luta «como única forma de, por um lado, consciencializar os jovens, por outro, de dizer não a este governo e ao sistema capitalista».

Para a campanha de afirmação do Congresso, foi vista a realização de um debate sobre «O porquê de lutar pelo comunismo», de um teatro de rua e ainda a participação no concurso de literatura que a JCP vai promover a nível nacional com o tema «A liberdade».

JCP/Algarve aprova plano de actividades

«O futuro conquista-se à esquerda», foi o lema do encontro regional realizado pela JCP/Algarve, que aprovou, por unanimidade, um Manifesto e um Plano de Actividades.

O Manifesto, «Para onde nos leva o neoliberalismo (ou se preferirem o capitalismo)?», faz uma análise crítica à política que vem sendo implementada pelo governo PS, nomeadamente no que respeita ao desemprego juvenil e precariedade de emprego, o desinvestimento na educação, as dificuldades no acesso à habitação, cultura e desporto. O Plano de Actividades inclui a preparação do VI Congresso da JCP, as comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, a festa do «Avante!», as eleições para o Parlamento Europeu e as eleições legislativas. No que respeita à intervenção própria dos colectivos da JCP/Algarve, são referidas áreas como: a educação sexual, ensino secundário, ensino superior, iniciativas de Verão, 20.º aniversário da JCP, Timor-Leste e juventude trabalhadora.

Viseu quer Universidade

Terça-feira passada, no Rossio de Viseu, decorreu uma iniciativa de recolha de assinaturas para uma petição exigindo à Assembleia da República a criação de uma Universidade Pública em Viseu. Um movimento que conta com o apoio do Sindicato dos Professores da Região Centro.

Dia Internacional da Mulher

Para as comemorações deste ano do Dia Internacional da Mulher, o Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), reunido dia 6, aprovou o lema «Mulheres solidárias em luta pela igualdade».

Nos dias 6, 7 e 8 de Março, o MDM promoverá quatro iniciativas centrais em colaboração com outras entidades, a terem lugar em Lisboa, Porto, Évora e Faro.

A par destas iniciativas, muitas outras, de âmbito local, serão realizadas, em torno de exigências como: mais emprego com direitos; mais oportunidades de participação social, política, cultural e desportiva; o direito à sexualidade; o acesso ao Planeamento Familiar; a despenalização do aborto; o reconhecimento da função social da maternidade; medidas de combate efectivo à violência sobre as mulheres.

Rendimento mínimo

A Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido do Concelho de Braga vai promover um Colóquio/Debate, dia 24 de Fevereiro, no Instituto Português da Juventude dessa cidade. O debate tem como tema «Tempo de reflexão: pobreza e exclusão social/dignidade humana e dignificação do trabalho - Que futuro?» e conta com três intervenções.

Carlos Silva, professor da Universidade do Minho, desenvolverá o tema «Globalização e desigualdades sociais na União Europeia: causas e consequências». Manuel Carvalho da Silva, coordenador nacional da CGTP-IN, fará uma intervenção intitulada «Reflexão sobre a valorização e dignificação do trabalho em direcção ao futuro». O bispo de Setúbal, Manuel Martins, abordará o tema «O homem e a economia na encruzilhada do nosso tempo».

Câmara de Loures assina protocolos

A Câmara Municipal de Loures assinou protocolos com cerca de 38 entidades para permitir a manutenção e o desenvolvimento do desporto no concelho.

Através destes protocolos, a Câmara pode dar apoio logístico e financeiro a colectividades e outras entidades ligadas ao desporto, como escolas e centros de formação, em áreas como futebol, atletismo, xadrez e ginástica.

Sete escolas básicas e secundárias, 17 colectividades, seis juntas de freguesia, associações distritais e associações de pais participaram na assinatura, que teve lugar terça-feira nos Paços do Concelho.

CDU/Porto defende transparência na gestão municipal

CDU/Porto defende uma actuação mais próxima dos cidadãos

A CDU/Porto vai exigir que a Câmara Municipal do Porto reveja as condições em que estão a funcionar as empresas e fundações que gerem fundos municipais, informou a vereadora comunista Ilda Figueiredo, em conferência de imprensa realizada sábado passado, no Centro de Trabalho do PCP de Boavista.

Ilda Figueiredo sublinhou que «cerca de metade dos investimentos municipais estão a ser efectuados através daquele tipo de organismos, o que torna a gestão municipal menos transparente».

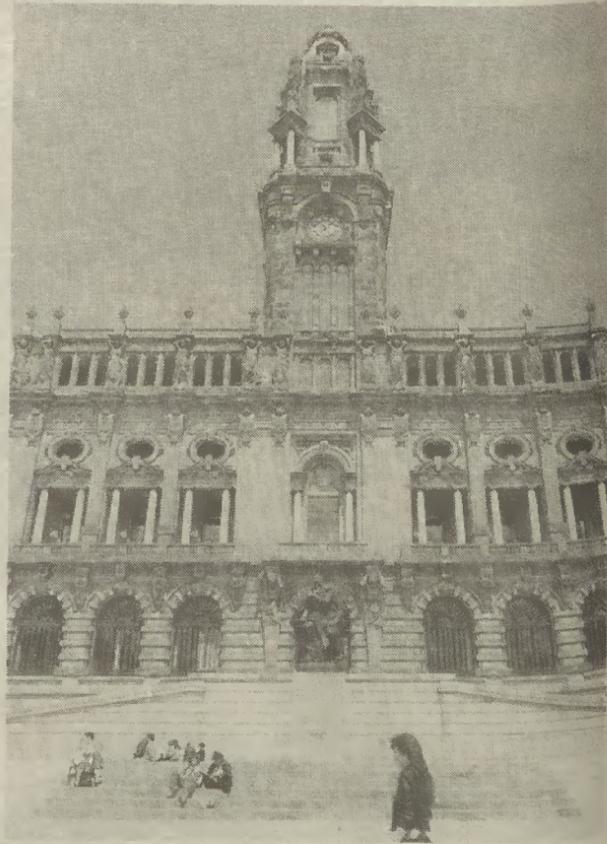
«Ao utilizar este método, a Câmara está progressivamente a esvaziar as suas próprias competências, que estão a ser transferidas para entidades estranhas à autarquia, que fogem claramente, não só à fiscalização municipal, mas também à do próprio Tribunal de Contas», considerou.

Esta uma das faces da luta contra o esvaziamento das competências dos órgãos municipais

e pela transparência da gestão municipal, em que os comunistas do Porto estão empenhados.

Defendendo uma actuação «mais próxima dos cidadãos, que resolva os seus problemas concretos», a CDU/Porto «vai continuar a intervir sobre os problemas da cidade, seja em contacto regular com os moradores e instituições da cidade, seja através de debates temáticos sobre problemas tão variados como a cultura, a habitação social, o comércio ou a qualidade de vida no centro histórico».

Para 18 de Fevereiro, está previsto um debate sobre a cultura no Porto, a realizar na Cooperativa Árvore.



«Verdes» reúnem Conselho Nacional

O acordo luso-espanhol sobre a partilha dos principais rios internacionais, o processo de co-incineração e a participação nas mulheres na vida política, foram os temas de destaque na reunião do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes», no passado dia 6, em Lisboa.

Lembrando o carácter polémico do acordo luso-espanhol, e

as preocupações partilhadas por um número crescente de entidades, «Os Verdes» anunciam que irão promover, no próximo dia 22 de Fevereiro, uma audição pública na Assembleia da República sobre esta matéria.

Sobre a co-incineração, o partido ecologista expressa «o seu maior repúdio pela atitude intransigente do governo»,

manifesta a sua solidariedade às populações e sublinha que valerá a pena continuar a luta, «uma vez que o passivo ambiental com que se defrontaram ao longo das últimas décadas deve ser resolvido, não como uma contrapartida, mas como um direito próprio».

Relativamente às medidas para «pretensamente promover a parti-

cipação das mulheres na vida política», «Os Verdes» consideram que a proposta governamental em nada contribui para «mudar efectivamente as condições sociais que impedem uma maior participação das mulheres».

O Conselho Nacional do partido ecologista apreciou, ainda, a participação de «Os Verdes» nos próximos actos eleitorais.

Resíduos tóxicos

Barreiro entrega petição na AR

Uma delegação de autarcas entregou, dia 5, uma petição ao parlamento com cerca de 5000 assinaturas, solicitando a discussão em plenário da instalação da estação de pré-tratamento de resíduos tóxicos no Barrei-

ro. Cerca de 500 pessoas, entre as quais autarcas do Barreiro e da Moita, concentraram-se em São Bento para acompanhar a entrega do documento.

Em Maceira, autarcas de todo o distrito de Leiria reu-

niram-se para um debate sobre os riscos para a saúde do processo de co-incineração de resíduos tóxicos nas cimenteiras.

Convocado pelo Movimento Maceira Saudável (MMS), o debate deu também grande

ênfase à contestação da queima de pneus.

O Movimento Maceira Saudável vai reclamar a anulação imediata do passivo ambiental que se sente na Maceira, visível nomeadamente na saída de pó pelas chaminés.

Boletim de Informação CDU

A Comissão Coordenadora de Bragança da CDU lançou, em encontro com a comunicação social, o seu primeiro Boletim de Informação.

Decorrido um ano de mandato autárquico, o conteúdo deste primeiro número centra-se fundamentalmente no balanço, quer das propostas, quer de outras posições dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal durante o ano de 1998.

Nos próximos números continuará a haver espaço para uma prestação regular de contas, de par da abordagem de outros temas do poder local, nomeadamente através de artigos de opinião, entrevistas,

publicação de correspondência recebida, trabalhos sobre questões centrais do poder local democrático.



Perguntas à Comissão



Exportação de carne de porco

O deputado comunista Honório Novo interrogou a Comissão Europeia sobre redução para metade do valor das restituições à exportação de carne de porco destinada a certos países da Europa Central e de Leste (Bélgica, Estónia, Hungria, Lituânia, Letónia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Roménia e Eslovénia). Como refere Honório Novo não só os preços dos produtos da suinicultura não aumentaram naquela proporção, como permanecem fortes excedentes na produção de carne de porco, ao mesmo tempo que continuam incipientes as importações por parte da Rússia.

Em resposta, dada por Franz Fischler, a Comissão esclarece que as restituições anteriormente em vigor se destinavam sobretudo a promover as exportações para a Rússia, onde a procura é elevada mas a capacidade de compra se encontra deteriorada pela crise económica. No entanto, as exportações comunitárias aumentaram igualmente para os países da Europa de Leste, perturbando os mercados de carne de suíno desses países, que se encontram num processo de preparação da adesão à Comunidade. Esta situação conduziu ao aumento significativo dos direitos aduaneiros ou à possibilidade de parar as importações de carne de porco proveniente da Comunidade. Deste modo, a Comissão decidiu reduzir, a partir de 9 de Dezembro de 1998, as restituições relativas às carcaças de suíno e determinados cortes, para os citados países.

A Comissão reconhece que a produção desta carne aumentou substancialmente em 1988 e que continuará muito elevada durante o ano em curso, pelo que irá dar continuidade à sua política activa de exportação.

Direito ao seguro alemão

A decisão das autoridades alemãs de retirarem o direito ao seguro de dependência para aqueles que embora tivessem feito as respectivas contribuições, saíssem do seu território, afectando em especial cidadãos de outros Estados-membros, foi motivo de várias perguntas de Sérgio Ribeiro à Comissão, com vista a que fosse estabelecido a igualdade entre os trabalhadores na Alemanha. O deputado evoca um acórdão do Tribunal de Justiça, datado de 5 de Março de 1998, que considera que «o benefício de um subsídio como o de dependência, que constitui uma prestação de doença» não pode ser «subordinado à residência do segurado no território do Estado de filiação».

A resposta, dada pelo Comissário Flynn, refere que «todas as pessoas que sejam titulares unicamente de uma pensão alemã e residam noutro Estado-membro podem beneficiar do direito à exportação da prestação de dependência» (...). «Todavia, quando uma pessoa beneficia de duas ou mais pensões importa, em primeiro lugar, decidir qual é o Estado-membro responsável pelas prestações pecuniárias de doença. Se o interessado receber uma pensão do Estado-membro em cujo território reside, é esse o Estado-membro responsável.

«Nestas circunstâncias, não é de excluir que um pessoa que beneficie de uma pensão alemã mas resida, por exemplo, no seu Estado-membro de origem, que também lhe paga uma pensão, não possa ter direito à exportação das prestações de dependência alemãs.»

Por último, é referido que, no plano de acção para a livre circulação dos trabalhadores, «a Comissão comprometeu-se a apresentar propostas tendo em vista melhorar o quadro jurídico geral (incluindo a reforma das regras respeitantes à coordenação dos regimes de segurança social), promover a cooperação entre administrações nacionais e melhorar a informação dos cidadãos europeus».

A ameaça da NATO

Deputados europeus, entre eles, Sérgio Ribeiro, do PCP, parlamentares nacionais e especialistas em questões de segurança, participaram num encontro de informação e reflexão sobre a segurança europeia e a NATO, realizado no Parlamento Europeu.

Do encontro saiu um Manifesto pela Paz onde se considera que a NATO constitui uma ameaça de desestabilização geopolítica e sublinha que com o fim da guerra fria o pacto de Varsóvia, criado a título defensivo, após o surgimento da Aliança Atlântica, foi dissolvido. Deste modo não se compreende que NATO continue a desenvolver as suas dispendiosas actividades e que integre numerosos países como novos-membros, estendendo de tal modo a sua esfera de influência que pode provocar o endurecimento da política russa face ao cerco organizado pela Aliança. O manifesto acusa a NATO de procurar impor o seu controlo militar sobre o mundo inteiro e em particular sobre a Europa, ao integrar países com a Polónia, a República Checa, a Hungria e em breve outros países de Leste, designadamente antigas repúblicas soviéticas com os países do Báltico. Segundo o texto, que refere várias manobras na Europa Central, Ásia Central, e mesmo em África, organizadas pelo comando europeu das forças de combate americanas, a NATO prepara uma nova guerra fria e exerce uma pressão insuportável sobre os membros europeus impondo-lhes uma participação ilegal na sua estratégia nuclear. Os generais americanos monopolizam todos os postos de comando militar, assim como são impostos equipamentos militares americanos.

Ao serviço dos interesses ocidentais, a NATO tem como missão proteger o capitalismo ocidental neoliberal, em prejuízo do ambiente, da sociedade, da paz e da estabilidade política. É seu objectivo impor o controlo das multinacionais sobre os mercados, forças de trabalho de baixo custo e matérias-primas estratégicas como o petróleo e o gás natural, afirma o manifesto.

2.ª Convenção Europeia pelo Pleno Emprego Europa precisa de um modelo social

Na passada semana, dias 4 e 5 de Fevereiro, realizou-se no Parlamento Europeu a 2.ª Convenção Europeia pelo Pleno Emprego, na qual participaram centenas de membros e dirigentes de sindicatos, associações de desempregados e partidos de toda a União Europeia.

Os trabalhos decorreram em quatro painéis temáticos sobre Redução do tempo de trabalho, qualidade do trabalho e igualdade, onde o eurodeputado comunista, Sérgio Ribeiro, apresentou um relatório (ver abaixo); Economia e emprego; Que futuro para os direitos sociais?; e Novos empregos para a Europa. Em representação do PCP, participaram Elsa Pedro e Maria Alberto Branco, e pela CGTP-IN Fernando Marques.

Segundo o texto do projecto de Declaração a que tivemos acesso, o desafio do restabelecimento do verdadeiro pleno emprego não pode ser ganho exclusivamente através de uma estratégia económica, mas deve ser visto numa perspectiva mais ampla, tendo em conta os aspectos económicos, sociais, ecológicos e institucionais.

Numa sociedade e economia globais, que tendem a nivelar por baixo os padrões sociais, a Declaração defende o estabelecimento de um modelo social e a definição de uma estratégia económica europeus que, através de uma acção coordenada entre os governos compense os custos da criação do Euro com o desenvolvimento de novos campos de financiamento e de investimentos públicos. Com esse objectivo é exigido um profundo debate sobre o próximo tratado europeu e a revisão de programas em curso como a Agenda 2000.

O fim do desemprego maciço passa deste modo por uma «nova era nas políticas europeias» baseada «na sustentabilidade, igualdade de oportunidades, justiça social e um novo acordo global».

A Declaração defende ainda uma série de medidas nos planos fiscal e financeiro, incluindo a

Perigos da flexibilização

No painel sobre Redução do tempo de trabalho, qualidade do trabalho e igualdade, Sérgio Ribeiro divulgou um documento que faz uma análise crítica das posições mais recentes da Comissão Europeia, expressas nomeadamente na comunicação «Moderizar a organização do Trabalho - uma abordagem positiva da mudança».

Ora, segundo Sérgio Ribeiro, a argumentação da Comissão baseia-se sobretudo nos ganhos de produtividade, esquecendo-se que as novas formas de trabalho flexível, e em particular o trabalho parcial, traduzem-se para os trabalhadores na ausência de direitos e na precarização do vínculo laboral.

Para além disso, afirma que as fórmulas de flexibilização e globalização do tempo de trabalho devem-se adaptar aos regimes de protecção da saúde e de segurança



O combate ao desemprego passa por uma nova era nas políticas europeias

introdução da taxa Tobin, a aplicar sobre os movimentos especulativos internacionais de capitais, e regras de transparência bancária, entre outras.

A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; a redução do tempo de trabalho; o desenvolvimento de serviços públicos em campos que hoje não estão cobertos; o fim das discriminações segundo critérios étnicos ou culturais e a garantia da segurança de emprego e dos direitos dos trabalhadores são igualmente preocupações manifestadas pela Convenção.

O eurodeputado comunista reconhece que a modernização da organização do trabalho pode contribuir para a criação de novos empregos, devendo por isso ser tida em conta na estratégia europeia para o emprego. Contudo, salienta que têm de ser consideradas as suas consequências sociais, e não apenas os critérios da competitividade, lembrando que na maioria dos casos os trabalhadores que não têm contratos a tempo inteiro e de duração indeterminada são vítimas de discriminações no que respeita às condições de emprego e de protecção social.

existentes, alertando que a separação dos horários da vida social e familiar comporta riscos graves na organização da vida familiar.

Neste contexto, o deputado considera que os Estados-membros e a Comissão deveriam promover e enquadrar mais activamente as negociações entre os parceiros sociais, e sublinha que a União Europeia tem responsabilidades na melhoria das condições de trabalho e de vida, nomeadamente quanto à formação, saúde e segurança dos trabalhadores, legislação laboral e igualdades de oportunidades.

Ultraperiféricas

O direito ao desenvolvimento

As jornadas sobre as regiões ultraperiféricas da UE, organizadas pela Esquerda Unida Canária com o apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do PE, realizaram-se nos passados dias 5 e 6 de Fevereiro em Las Palmas de Gran Canária e em Santa Cruz de Tenerife.

Nas várias mesas redondas participaram os deputados europeus Pedro Marset e Angela Sierra (Esquerda Unida), Honório Novo (PCP), Segundo Martínez, coordenador da Esquerda Unida Canária, Edgar Silva, coordenador do PCP/Madeira e José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores.

Subordinadas ao tema «As regiões ultraperiféricas e o princípio da coesão social», as jornadas decorrem em colóquios muito participados, que tiveram lugar em instalações das duas cidades, onde ainda se realizaram encontros com a comunicação social.

As regiões ultraperiféricas da União Europeia são hoje formadas pelas Açores, Madeira, Canárias e os departamentos franceses do ultramar. São um conjunto de territórios que mantêm um estatuto especial no seio da UE, em função de diferentes condicionamentos geográficos, políticos e económicos, de que resultam numerosos problemas sociais (elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos, entre outros) e ambientais.



Tendo em conta os custos da insularidade e a Agenda 2000, as jornadas chamaram a atenção para a necessidade de se tomarem medidas especiais, para além das que são próprias das regiões de objectivo 1, bem como para a urgência de desenvolver o estatuto das regiões ultraperiféricas, introduzido no Tratado de Amsterdão.

Por outro lado, foi sublinhada a necessidade de dar maior visibilidade na União Europeia aos problemas dos arquipélagos atlânticos, assim como de lhes ser claramente reconhecido o direito das economias de se desenvolverem de acordo com as suas aptidões.

Desemprego na Argentina

A taxa de desemprego na Argentina deve registar este ano um aumento para 15 por cento em consequência da queda das exportações para o Brasil e do encarecimento do crédito externo, prevêem os especialistas. De acordo com os últimos dados oficiais, referentes a Outubro passado, a taxa de desemprego situava-se então em 12,4 por cento. O recurso ao crédito é fundamental para a Argentina, já que 86 por cento da sua actividade económica é sustentada por empréstimos bancários; actualmente as grandes empresas estão a recorrer ao crédito a uma taxa de juro de 15 por cento, contra nove por cento em 1998. Segundo o secretário de Estado do Comércio, Roberto Lavagna, «se a Argentina perder o seu excedente comercial com o Brasil, o défice da balança de transacções correntes atingirá cinco por cento do Produto Interno Bruto, o que vai aumentar o risco do país e logo as taxas de juro». O Brasil é o primeiro parceiro comercial da Argentina, recebendo 30 por cento das exportações deste país, que registaram um forte encarecimento devido à desvalorização do real.

Seca na Somália

Cerca de um milhão de somalis estão ameaçados de morte devido à forte seca que afecta a região sul da Somália. Segundo um representante da UNICEF, a região enfrenta uma situação ainda mais grave do que a registada em 1992, quando a fome vitimou 300.000 pessoas. Aquela organização pediu cinco milhões de dólares (cerca de 8,7 milhões de contos) para socorrer a população afectada, mas até ao momento só reuniu uma quarta parte daquele montante, doada sobretudo por países europeus.

Novos confrontos entre Etiópia e Eritreia

O conflito que opõe a Etiópia e a Eritreia, em disputa pelo controlo de uma parte do território na fronteira comum de cerca de mil quilómetros quadrados, reacendeu-se no fim-de-semana com uma ofensiva etíope contra posições adversárias. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apelou ao fim imediato das hostilidades, considerando que «o prosseguimento dos combates é completamente inaceitável para a comunidade internacional». Annan, segundo um seu porta-voz, «está particularmente preocupado com o facto de as hostilidades terem eclodido numa altura em que prosseguem esforços de mediação internacional, desenvolvidos nomeadamente pelo seu enviado especial Mohamed Sahnoun».

Rússia

Mini-orçamento num país em crise

Vinte milhões de dólares (pouco mais de 3.600 milhões de contos) é o montante total do orçamento da Federação Russa aprovado no final da semana passada pela Duma, câmara baixa do Parlamento. Um orçamento ao nível de um pequeno país para o que já foi uma grande potência.

Considerado pelos deputados como «irreal» e «um mau orçamento» - representa cerca de metade do orçamento anual da cidade de Nova Torque, por exemplo -, o diploma foi aprovado apenas como uma manifestação de apoio ao governo de Evgueni Primakov. Como sublinhou o dirigente da maioria comunista, Guennadi Ziuganov, a aprovação da lei financeira pretendeu contribuir para a estabilização da situação política num ano de eleições legislativas.

Embora a aprovação do orçamento fosse uma das condições básicas para a continuação das negociações da Rússia com organizações financeiras internacionais, e designadamente com o Fundo Monetário Internacional, a

delegação do FMI conduzida pelo respectivo director executivo, Michel Camdessus, presente em Moscovo durante a semana passada, não viu motivos para prorrogar os seus trabalhos, como pretendia Primakov, e regressou a Washington na própria sexta-feira. Para o FMI, a simples existência de um orçamento está longe de preencher os requisitos para a concessão do prometido auxílio económico ao Kremlin. Entre outras coisas, o FMI considera «irreais» quer o nível de inflação anual (30 por cento) quer a cotação do rublo face ao dólar (22,5) previstos para o ano em curso.

De acordo com a Interfax, citada pela Lusa, a delegação do FMI só se propõe voltar a Moscovo dentro de dois meses, o que deixa

a Rússia, que precisa vitalmente de crédito externo, numa situação complicada, já que só para pagar os juros da dívida referente a este ano Moscovo precisa de quase 18.000 milhões de dólares, ou seja, 90 por cento do seu orçamento anual.

Dependência

A degradação das condições de vida na Rússia assumiu tais proporções que a outrora segunda maior potência mundial está hoje dependente da ajuda externa. Na sequência de um acordo com a União Europeia (UE), a Rússia deverá começar a receber no final deste mês ajuda alimentar de Bruxelas. A comercialização dos produtos estará a cargo dos órgãos competentes russos a preços dos mercados locais, destinando-se os recursos obtidos a necessidades sociais prioritárias.

A assistência da UE cifra-se em 400 milhões de euros (80 mil milhões de contos), traduzida na entrega de um milhão de tonela-



A miséria alastra na Rússia, dependente hoje da ajuda externa

das de trigo, 500.000 toneladas de centeio, 150.000 toneladas de carne de vaca, 100.000 toneladas de porco, 50.000 toneladas de arroz e outro tanto de leite em pó.

A UE reserva-se o direito de interromper a ajuda caso se verifiquem irregularidades na comercialização dos produtos e aplicação dos respectivos proventos.

Moscovo está igualmente dependente da ajuda financeira de Washington, que se serve desta «arma» para intervir cada vez

mais na política russa. Durante a recente visita que fez à capital russa, a secretária de Estado Madeleine Albright, num encontro com o seu homólogo russo, Igos Ivanov, não se coibiu de ameaçar com o corte de verbas caso o Kremlin insistia em vender armas à Síria. Segundo os EUA, a Síria é um dos países patrocinadores do «terrorismo internacional».

A ajuda financeira em causa ascende a 50 milhões de dólares (cerca de 8,8 milhões de contos).

Palestina

OLP pede apoio à ONU

A Autoridade Palestiniana pediu o apoio à Assembleia Geral das Nações Unidas contra a política israelita na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, considerando a colonização destes territórios como uma clara violação das convenções de Genebra.

«As políticas e as posições do governo israelita permanecem inalteradas, negando os princípios do processo e violando continuamente os acordos existentes», afirmou o observador permanente da missão palestina na ONU,

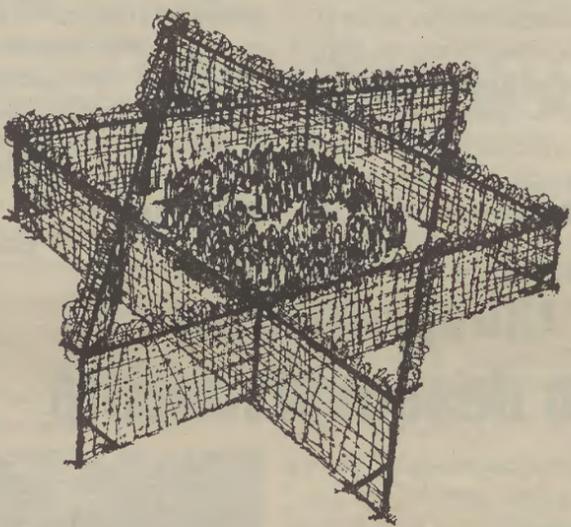
Nasser Al-Kidwa, citado pela agência Lusa.

«Israel não deve ser um Estado acima da lei. Tem a obrigação legal de respeitar as convenções», defendeu outro responsável palestino, Marwan Jilani.

A Autoridade Palestiniana propôs a realização de uma conferência especial sobre a colonização e as suas consequências, a realizar-se em Março e contando com a participação dos países signatários da Convenção de Genebra.

Os palestinianos põem em causa os novos colonatos israelitas, argumentando que estes alteram o quadro geográfico das áreas ocupadas no momento em que o seu futuro está a ser negociado.

Na Cisjordânia vivem cerca de 150 mil colonos judeus e 1,6 milhão de palestinianos, enquanto que em Gaza há vários milhares de israelitas e um milhão de palestinianos.



Os palestinianos exigem o cumprimento dos acordos: «Israel não deve ser um Estado acima da lei»

Líbano

Comunistas mais influentes

Realizou-se entre 26 e 30 de Janeiro, em Beirute, o 8.º Congresso do Partido Comunista Libanês, com a presença de 250 delegados e numerosas personalidades de variados quadrantes políticos. O Congresso tomou importantes decisões políticas e elegeu uma nova Direcção.

Numerosos partidos comunistas e outras forças progressistas de todo o mundo estiveram presentes levando a sua solidariedade à luta dos comunistas libaneses pela retirada das tropas israelitas do sul do Líbano, por um Líbano árabe, democrático e não confessional.

Domingos Lopes, do CC e da Secção Internacional, representou o PCP no Congresso. Abordado pelo «Avante!» para dar uma opinião sobre o Congresso, Domingos Lopes lembrou que «o Líbano vive hoje um momento novo tendo em conta a pesadíssima herança da guerra civil, que fez mais de 150.000 mortos», e que «os comunistas libaneses têm uma influência nacional muito para além dos seus resultados eleitorais.»

«No Líbano - sublinha Domingos Lopes - o sistema eleitoral está marcado pelo ferrete das comunidades, o que leva a que entre os sunitas, os chiitas, os maronitas, o PCL tenha altas percentagens, mas não tanto quanto os partidos de base chiita, sunita, maronita. O PCL no sul, alcançou nalguns círculos apenas menos 5 ou 6 mil votos que o partido vencedor, sem no entanto eleger deputados.»

Recorda-se que o PCL foi o primeiro partido a desencadear a resistência armada contra a ocupação israelita no sul do país, o que naturalmente lhe granjeou um enorme prestígio.

França

Movimento dos Cidadãos em congresso

De 5 a 7 de Fevereiro realizou-se em Créteil, o 4.º Congresso do Movimento dos Cidadãos, no qual participaram 842 delegados e várias delegações nacionais e estrangeiras, entre as quais o Partido Comunista Português, representado por Jorge Pires, membro da Comissão Política.

O Movimento dos Cidadãos, formação política que tem a sua origem na separação de sectores de esquerda do Partido Socialista, integra o governo francês formado após as eleições de Junho de 1997.

Jean Pierre Chevènement, reeleito Presidente do M.C., é simultaneamente ministro do Interior

do governo de Lionel Jospin.

Neste Congresso foram particularmente discutidas as questões relacionadas com a União Europeia - numa perspectiva de claro combate às orientações monetaristas e federalistas - e com as próximas eleições para o Parlamento

Europeu. Tiveram também lugar destacado nas discussões temas como: a defesa da escola pública e laica, os direitos dos trabalhadores, o combate à exclusão social, a economia ao serviço do homem, os rendimentos dos trabalhadores, a integração dos imigrantes na sociedade francesa.

Jorge Pires teve oportunidade de trocar impressões com vários dirigentes do Movimento dos Cidadãos, nomeadamente o seu Presidente, Jean Pierre Chevènement, Georges Sarre e Didier Motchane, confirmando-se o interesse recíproco em manter e desenvolver relações de amizade e cooperação.

Entrevista
com
**António
Anes**



Ensino recorrente

Números divulgados pelo Ministério da Educação indicam que a percentagem de insucesso dos alunos do secundário no ensino nocturno é de 99%. Dados que põem em causa um sistema que, ao longo destes anos, teve inevitáveis reflexos na vida de muitos jovens e adultos. O que está em causa é também gente muito concreta, percursos, perspectivas de vida. Que não são considerados. Sobre os dados da avaliação agora feita e as medidas propostas pelo governo, o «Avante!» foi ouvir António Anes, membro do Secretariado da Fenprof.

«Avante!» - Os números divulgados sobre o insucesso dos alunos do secundário com ensino nocturno são impressionantes. Qual o historial do sistema adoptado e que se traduz num abandono quase total?

António Anes - Antes da generalização do sistema de ensino por unidades capitalizáveis, já havia alguns anos de experiência - no terceiro ciclo, uma experiência de 10 anos - e já então se tinha verificado que este sistema enfermava de algumas fragilidades.

A sua generalização - primeiro ao nível do terceiro ciclo e depois do secundário - foi o caos.

“A solução apresentada é muito redutora e marcadamente economicista.”

Em 1996, quando o Ministério da Educação (ME) optou por generalizar o sistema ao secundário, onde entretanto havia uma experiência de cerca de dois anos, já se faziam sentir muitos problemas. O ME nem sequer avaliou esta experiência - que deveria ter sido pensada e amadurecida - antes de proceder à generalização do sistema. Teimou em generalizá-la e os resultados estão à vista.

Já então a Fenprof tinha levantado todos os problemas que agora são referidos com esta avaliação. Tínhamos esboçado um retrato impressionista - com base nas experiências das escolas e em encontros realizados com professores e alertámos o Ministério da Educação, defendendo que este sistema não satisfazia estes alunos. Um alerta que foi ignorado.

A verdade é que, quer os alunos compulsivamente transferidos do dia para a noite, quer mesmo os que, sendo já adultos ou porque estão a trabalhar, procuram uma segunda oportunidade - têm necessidade de um outro sistema, de uma forma de ensino regular. Precisam ainda de alguma exposição das matérias, de ajuda por parte do professor.

Ora, o sistema de unidades capitalizáveis obriga a que os alunos tenham uma grande individualização e até um controlo da sua própria aprendizagem. Poucos são os alunos que estão preparados para isso.

O que é o sistema de unidades capitalizáveis?

Neste sistema, as aprendizagens estão organizadas, em cada disciplina, por blocos. Ao fim de cada bloco, o aluno propõe-se para fazer

exame. Os blocos são equivalentes às unidades em que está organizada a aprendizagem no ensino regular.

São seis ou sete disciplinas. Cada disciplina tem doze unidades. Cada unidade, um exame no final. E isto multiplica-se e corresponde a umas dezenas de exames ao longo de um determinado curso. Os alunos só passam à unidade seguinte, se tiverem aprovação na primeira unidade.

No ensino regular temos um processo de avaliação contínua. Há tempo para nos debruçarmos sobre atitudes de aprendizagem. No sistema de unidades capitalizáveis, há apenas uma avaliação dos conhecimentos mais cognitivos. Se os alunos não têm um bom ritmo de aprendizagem, não conseguem acompanhar este sistema. De facto, só um ou dois conseguem autonomizar-se e concluir assim o curso.

Como é que funciona, na prática, o sistema?

Cada professor, na melhor das hipóteses, trabalha com três ou quatro unidades numa sala de aula, num total de vinte ou trinta alunos. Isto no início dos cursos.

O que se passa na prática?

A nível de aprendizagens, numa aula de 45 minutos, com três ou quatro grupos, um professor não consegue repartir o tempo por estes grupos, mesmo admitindo que os alunos consigam agarrar numa ficha, num documento, e trabalhar sozinhos. O que não é real, tanto mais que os próprios guias não individualizam aprendizagens.

Tenho uma reflexão muito negativa em relação a estes guias de aprendizagem que, no fundo, são os manuais das unidades capi-



talizáveis. Em geral os guias são blocos de documentos, com uma série de perguntas à volta daquele documento e, por vezes, nem a própria informação do documento é adequada à pergunta que se faz.

É verdade que o ensino nocturno tenderá sempre a ter um certo abandono. Os alunos são adultos que têm os seus ritmos, os seus empregos, o que por vezes dificul-

ta o ir às aulas e, naturalmente, há os que acabam por desistir. Já assim acontecia no sistema regular nocturno. Mas este sistema aumentou assustadoramente as taxas de desistência.

Com o sistema de ensino regular, começávamos com uma turma com 20/25 alunos e terminávamos pelo menos 10/15 alunos. Com o sistema actual, houve anos em que começávamos com 20 ou 30 alunos e, ao fim do primeiro período, já estávamos só com um ou dois alunos. Era um abandono completo em relação às aulas.

Quando é que a Fenprof começou a alertar para esta situação?

Em 1996 começámos a alertar para o problema que já então se estava a verificar - o abandono assustador dos alunos. Em experiências anteriores também havia abandono. Mas não nestas proporções.

Depois de termos reunido com cerca de 50 escolas e sensivelmente 150 professores, entregamos as nossas conclusões ao Ministério da Educação, pedimos uma reunião, informamos sobre esta situação.

Na altura nem pedimos muito. Apenas que não se avançasse com este sistema para o ensino secundário, tendo em conta a experiência que já estava a decorrer neste ciclo. E que, naturalmente, se avaliasse também o básico.

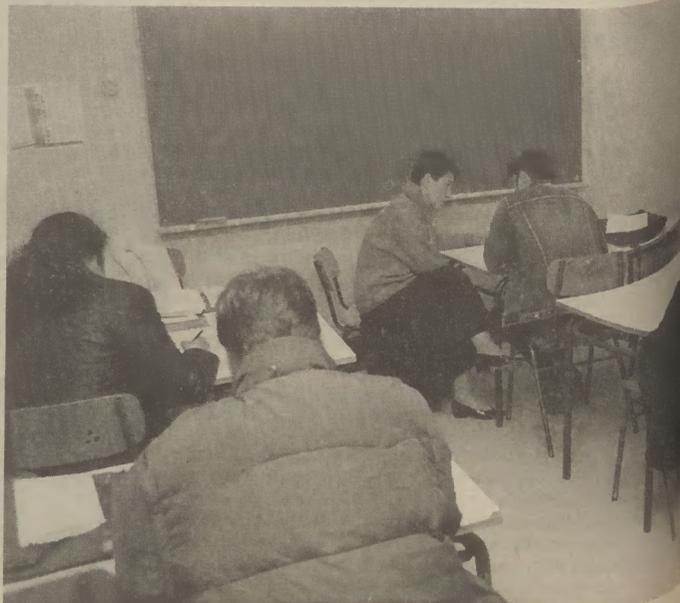
O Ministério decidiu generalizar o sistema em 96, andou estes três anos a tentar fazer um estudo de avaliação, para agora comprovar todas as situações que já então tínhamos denunciado.

Nestas circunstâncias, como comentar os dados agora divulgados pelo ME?

O Ministério levanta os problemas realmente existentes no ensino recorrente ao nível do básico e do secundário, constata que o sistema entretanto implementado está a provocar muito abandono, faz uma avaliação que regista de facto estes problemas.

Mas, qual é a solução apresentada? A solução que encontra é muito redutora e marcadamente economicista.

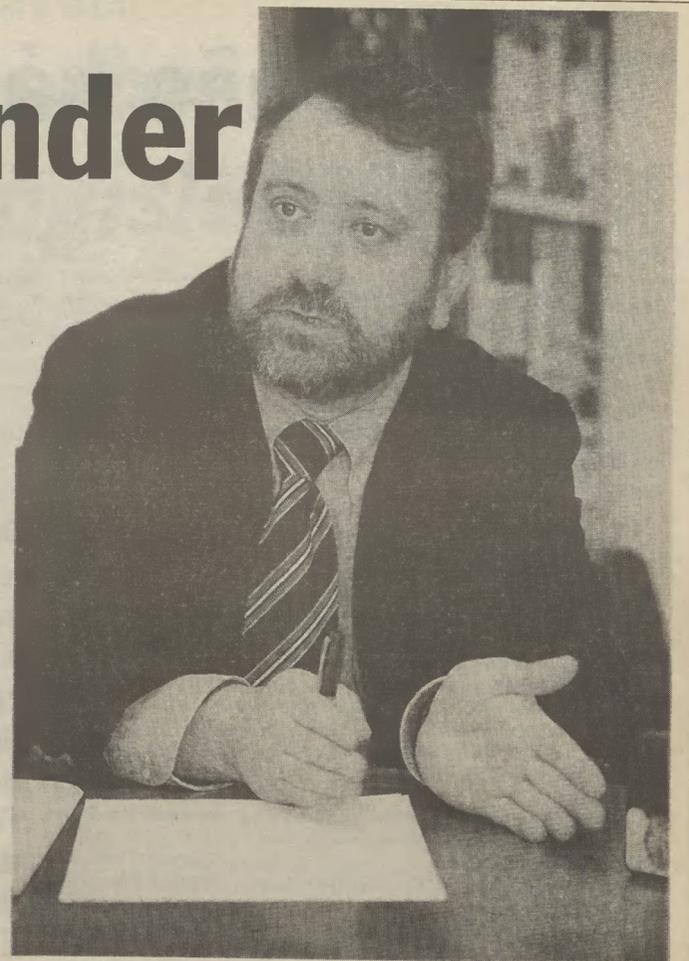
Em síntese, considera que este sistema está a dar muito prejuízo, que as escolas que estão a funcionar têm lá muitos professores, muitos funcionários, há muito gasto de luz, e os alunos não querem aproveitar...



EM FCO

O que devemos defender é uma segunda oportunidade para todos”

Texto:
Lígia Calapez
Fotos:
Jorge Caria
e arquivo



Então, vão-se fechar escolas à noite, concentrar recursos em determinadas áreas, e assim economizar em relação ao ensino recorrente. Claro que não concordamos com esta perspectiva economicista.

Como avalia a Fenprof esta perspectiva?

Não concordamos com esta perspectiva, porque pensamos que ela não vai oferecer a segunda oportunidade ou, pelo menos, não a vai promover. E eu penso que a oferta de uma segunda oportunidade deveria mesmo ser provocada por parte do ME, por parte do governo.

Fechar escolas, vai levar a uma diminuição da oferta de uma segunda oportunidade. Não é esta, certamente, a forma de recuperar alunos que entretanto abandonaram o ensino.

Pessoalmente não defendo que os alunos, porque têm problemas no ensino tradicional, precisem de um novo sistema. O abandono escolar não tem só a ver com o sistema de ensino. Há um conjunto de outros factores que levam ao abandono escolar.

Quando alguém procura o ensino recorrente, não o faz porque procura um novo sistema, mas por outras motivações. Por razões de trabalho, por melhores perspectivas a nível laboral e às vezes, também, para adquirir novos saberes.

Muitos milhares de alunos se formaram à noite neste quadro.

Naturalmente, se arranjarmos um sistema que melhor recolha e valorize as experiências dos alunos da noite, tanto melhor.

O ensino regular nocturno é uma melhor opção?

Antes do mais, queria salientar um facto - avaliaram o sistema de unidades capitalizáveis, mas não o compararam com o ensino regular nocturno, que ainda hoje existe em determinadas franjas, nem com as experiências anteriores à generalização do actual sistema. Na avalia-

ção agora publicitada, falta este estudo.

Assim se poderia comparar e avaliar se o ensino regular nocturno terá melhor aproveitamento. E a meu ver, tem.

Na verdade os alunos necessitam das aulas. A própria existência de turma, com actividades mais regulares, com uma avaliação mais contínua, provoca uma aproximação entre os alunos, que no sistema de unidades capitalizáveis desaparece. O sistema de unidades capitalizáveis anula o grupo/turma. Cria uma individualização tal, em que cada um procura o seu ritmo, que leva ao desfasamento do grupo/turma.

Em termos comparativos, no ensino regular, havia um grupo de 9/10 alunos que ficavam até ao fim. Com o sistema de unidades capitalizáveis, os dados falam por si. É uma situação de abandono total,

como aliás já antes tínhamos denunciado.

Em relação à proposta actual do Ministério, que outros aspectos haverá a referir?

Em relação a esta nova proposta do Ministério, penso que antes do mais há que referir que esta Secretaria de Estado marginaliza as organizações sindicais de professores. Não se compreende que neste processo, tenham sido ouvidas, e justamente, a CGTP e a UGT, como representantes de trabalhadores que também são potencia-

mente estudantes-trabalhadores, mas não os sindicatos de professores. A única vez que fomos recebidos foi em 96, quando pedimos uma audiência e entregámos uma moção, que alertava para os riscos da generalização do sistema das unidades capitalizáveis. Sem resultados.

Entretanto, o ME não ouviu as estruturas representativas dos professores nem deu às escolas a oportunidade de serem consultadas sobre este processo, quando se admite mesmo a hipótese de encerrar cursos nocturnos.

“O ME não ouviu as estruturas representativas dos professores nem deu às escolas a oportunidade de serem consultadas sobre este processo.”



Em relação às medidas que vão ser adoptadas, começo por salientar a decisão de, a partir de agora, serem as escolas a candidatarem-se a cursos de ensino recorrente.

Penso que a responsabilização das escolas é salutar, mas poderá conduzir a uma desresponsabilização do Estado. Neste caso, pode tratar-se de uma tentativa de responsabilização das escolas, de passar para as escolas o ónus dos problemas.

Por outro lado, é possível que se trate também de uma tentativa de abrir ao ensino particular a possibilidade de avançar com o ensino recorrente nocturno, podendo o Estado oferecer-lhe condições e apoios económicos.

Não é certamente por essa via que se poderá oferecer uma segunda oportunidade, muito mais generalizada, a todos os que a procuram.

Não é fechando as escolas, por vezes num raio de 20 quilómetros, não é reduzindo a oferta pública, que se irá motivar a matrícula de novos alunos. O que é que a Fenprof proporia para que o ensino recorrente fosse a tal segunda oportunidade, que claramente não é?

O que devemos defender, é uma segunda oportunidade real. Não só através dos cursos profissionais, que têm também o seu lugar e o seu papel. Mas uma segunda oportunidade para quem não concluiu um determinado curso durante a escolaridade obrigatória e deve ter a possibilidade de o concluir mais tarde.

Antes do mais, as escolas devem ser ouvidas e deverá ser permitido, a todas as que o queiram, fazer a sua candidatura. A oferta deve corresponder às necessidades.

Por outro lado, haveria que reorganizar o sistema, mantendo o ensino regular, presencial, também para os alunos da noite, de par do sistema de unidades capitalizáveis - o que poderíamos considerar como um sistema misto.

O ensino regular para os alunos que têm dificuldade na organização da aprendizagem, que queiram um regime presencial, queiram ir às aulas, com um sistema de avaliação da aprendizagem mais contínuo.

Para os alunos que tenham a necessária capacidade de individualização, e que o próprio trabalho, a vida familiar, não lhe permita ir com regularidade às aulas, manter-se-ia o sistema de unidades. Com aulas de apoio que, para estes alunos, que queiram fazer um percurso individualizado, são fundamentais.

Penso que este sistema misto seria actualmente a melhor maneira de combater o abandono e o insucesso no ensino recorrente.

No ensino recorrente, há os adultos ou jovens adultos que começaram entretanto a trabalhar ou abandonaram a escola por outras razões, mas há também os mais jovens, que tiveram alguma repência no ensino regular e por isso foram enviados para os cursos nocturnos. Para estes, qual seria a resposta mais adequada?

Esse não é um problema de agora. Mas actualmente é mais acentuado, pois há muito a prática de transportar alunos com dificuldades para a noite.

Parece-me óbvio que, para estes alunos, compulsivamente transferidos para a noite, a oferta de uma outra oportunidade, deveria ser-lhes dada de dia. Mas não com o sistema de unidades capitalizáveis, como o Ministério da Educação parece agora pretender fazer, apesar de tal sistema ter provocado todo este abandono.

A pedra angular é uma segunda oportunidade generalizada, oficial, que se deve oferecer a todos. Quanto mais escolas a oferecerem, tanto melhor.

É essencial ponderar o sistema. É preciso compreender porque falha. E, a meu ver, ele falha, entre outras coisas, por via de aprendizagens que não estão bem estruturadas, por falta de formação de professores, por os guias não estarem bem estruturados, porque os blocos programáticos também estão de certa forma desfasados do ensino regular.

■ OCTÁVIO
TEIXEIRA
Membro
da Comissão Política

«Já não há pachorra...»

NA SEQUÊNCIA da reunião do Comité Central realizada nos dias 24 e 25 de Janeiro passado, e como é normal, o Secretário-Geral do PCP realizou uma conferência de imprensa para dar público conhecimento dos resultados e decisões daquela reunião.

Repare-se nos títulos de dois jornais diários, no dia seguinte.

Um escreveu: «Comunistas recusam aproximação ao PS». Outro titulava: «PCP não exclui aliança com o PS». Isto é, dois órgãos da comunicação social que estiveram presentes na mesma conferência de imprensa e, necessariamente, ouviram exactamente as mesmas palavras de Carlos Carvalhas, conseguiram encabeçar as suas peças com títulos inequivocamente contraditórios, com cada um a ser a negação do outro!

É evidente que esta situação não decorre da maior ou menor competência dos jornalistas ou das respectivas chefias de Redacção. O que por detrás de situações destas se encontra, em meu entender, é o facto de a generalidade dos órgãos da comunicação social, e quanto à vida política, cada vez menos informarem e cada vez mais se assumirem como "analistas". Mas, geralmente, não analisam de forma politicamente desinteressada, de forma partidariamente neutra. Fazem-no tomando partido, "analisando", na perspectiva dos interesses tácticos (ou estratégicos) do PS/Governo (uns) ou do PSD/AD (outros). E, com demasiada frequência, desinformando, ou mesmo deturpando, acções, atitudes e posições do PCP. Procurando esconder o PCP.

A contradição dos títulos a que me referi anteriormente é um exemplo deste estado de coisas. Mas muitos outros exemplos poderia dar. Apenas mais dois.

Mais ou menos pela mesma altura, foi aprovado na Assembleia da República, com os votos do PCP, do PEV e do PS, um projecto de lei do PCP que obriga o Governo a combater as listas de espera no âmbito dos cuidados de saúde, através de uma melhor organização e de um maior aproveitamento das capacidades existentes no Serviço Nacional de Saúde. Ora, órgãos da comunicação social houve que trataram esse facto, a aprovação de um projecto de lei do PCP que defende os doentes e o SNS, como uma "ajuda" do PCP ao PS e ao Governo! Se alguma ajuda o PCP deu foi aos doentes que esperam meses por uma intervenção cirúrgica. Mas não ao Governo. Foi sim uma forte crítica e censura ao Governo, impondo-lhe, por lei, a obrigação de resolver um problema que há muito podia e devia ter resolvido.

Um outro exemplo, também recente, é o relacionado com a proposta de lei das quotas. O PCP tomou a sua posição sobre a matéria, e divulgou-a pública e sustentadamente, não se limitando, ao contrário de outros partidos, a dizer apenas não. O que retirou daí um diário da nossa praça, foi: "Marcelo tem o apoio do PCP"!

Como costuma dizer um camarada, "já não há pachorra...".

Porque a actividade na Assembleia da República é mais mediatizada que a actividade política geral, situações de desinformação e de confusão como as atrás referidas são recorrentes quanto às posições e aos votos do Grupo Parlamentar do PCP. Se são aprovados os nossos próprios

projectos de lei ou as nossas propostas, lá vem alguma comunicação social afirmar que o PCP "fez o jogo" dos outros partidos que votaram connosco, ou que "salvou" o Governo. Se votamos favoravelmente uma proposta de lei do Governo, logo um jornal escreve que o PCP está a "aliar-se" ao PS. Se aprovamos algum projecto de lei do PSD, logo outros jornais (ou, até, os mesmos) escreverão que o PCP se juntou ao PSD numa "coligação negativa" (o substituto gutterista das "forças de bloqueio" cavaquistas). Que fazer?

Lendo o que, segundo alguma comunicação social (pelo que já referi, todas as cautelas são poucas), terá sido dito pelos drs. Fernando Rosas e Villaverde Cabral, num debate na pas-

sada semana, deveríamos, pura e simplesmente, votar contra tudo o que viesse do Governo e não apresentar projectos nossos que "corram o risco" de terem o voto favorável do PS, porque, assim não sendo, isso significa «cooperação pontual com o Governo, mais enganadora e legitimadora do poder»! Significa isso que, pelo facto de o Governo do PS a apresentar como o "símbolo" das suas medidas de esquerda, o PCP não deveria ter tomado a iniciativa parlamentar de a apresentar e deveria ter rejeitado a lei do Rendimento Mínimo Garantido?

Não penso que isso pudesse ser

para o PCP a atitude correcta, nem que ela servisse o interesse da esquerda que indubitavelmente somos.

Desde o início da actual legislatura que o PCP se definiu, com toda a clareza e frontalidade, como a oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política. Fora e dentro da Assembleia da República. E não o definimos apenas. Têmo-lo sido! E somos a oposição de esquerda ao Governo do PS por respeito pelos compromissos que assumimos perante os portugueses que em nós confiaram e por coerência com a política que propomos e defendemos.

Desde o início da actual legislatura que o PCP se definiu, com toda a clareza e frontalidade, como a oposição de esquerda ao Governo do PS e à sua política. Fora e dentro da Assembleia da República. E não o definimos apenas. Têmo-lo sido!

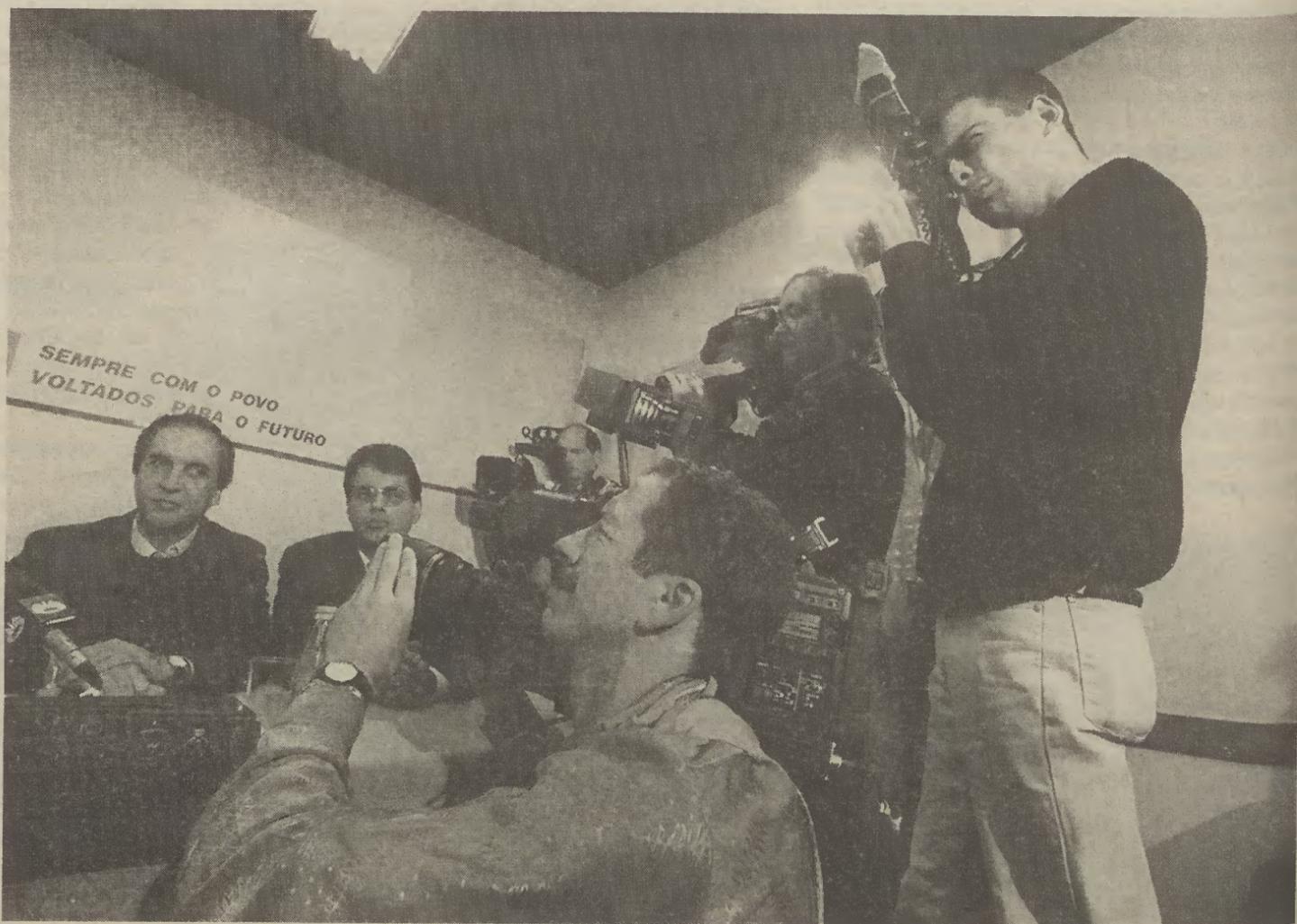
Mas com o mesmo afinco, e com o mesmo sentido de responsabilidade, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou numerosos projectos de lei que visam dar resposta adequada, e pela esquerda, aos direitos dos trabalhadores ou das mulheres, a questões que se colocam nas áreas da saúde, da educação, da segurança social, da justiça, dos direitos das minorias,...

E não sentimos qualquer constrangimento pelo facto de mais de trinta projectos de lei apresentados pelo PCP terem dado lugar a outras tantas leis da República. São leis positivas para o País e para os portugueses. São leis com um claro cunho de esquerda.

O grupo parlamentar comunista é oposição, e de esquerda, precisamente porque luta contra tudo o que é de direita e, simultaneamente, propõe e vota favoravelmente medidas que numa perspectiva de esquerda são favoráveis aos portugueses. Não seria mais de esquerda, nem mais oposição, se estivesse sempre no "contra" e praticasse a tese do "quanto pior, melhor". Antes pelo contrário!

E o facto de ter conseguido, ao longo deste período, que uma trintena dos seus projectos se transformassem em leis, que algumas propostas e projectos de lei negativos do Governo ou dos partidos da direita fossem rejeitados, e que algumas leis sejam menos más que o inicialmente proposto, mostra três verdades insofismáveis:

— a primeira, é a de que a aprovação dessas leis e dessas medidas propostas pelo PCP, e benéficas para os portugueses, só foi possível por não existir



Ao longo destes mais de três anos de governação do PS, nunca na Assembleia da República faltou a voz e a acção do PCP para denunciar, criticar, e procurar travar, todas as medidas e propostas do Governo contrárias aos interesses do País e de quem trabalha, para desmontar e mostrar que, em questões centrais e fulcrais, a política do Governo do PS é uma política de direita. Quem, se não o PCP, por exemplo, combateu e combate na Assembleia da República as leis da flexibilidade e polivalência, as fraudes ligadas à lei das 40 horas, a aplicação dos critérios de Maastricht e o Tratado de Amesterdão, as propostas de lei das férias, as propinas, o aumento da idade de reforma para as mulheres, a cambalhota do PS na questão do aborto,?

na Assembleia da República uma maioria absoluta de deputados de um único partido;

— a segunda, é a de que quanto mais deputados tiver o Grupo Parlamentar do PCP, quanto maior for o reforço político e eleitoral do PCP e da CDU, mais possibilidades haverá de multiplicar e potenciar estes resultados;

— a terceira, é a de que está feita a demonstração prática de que a viragem para uma política de esquerda só é possível com o PCP e com o reforço do PCP; porque, nestes três anos de Governo do PS, nenhuma lei com cunho de esquerda, nenhuma medida de esquerda, foi aprovada sem ser por iniciativa do PCP ou sem o voto determinante do PCP!

Notas sobre a VII Legislatura

(1ª parte)

T R I B U N A

A apreciação de alguns factos desta VII Legislatura pode ajudar a uma melhor intervenção na preparação das próximas eleições. Tentar-se-á dar um panorama, ao longo de alguns artigos. As eleições de Outubro de 1995 corresponderam a uma recomposição política da Assembleia: o PSD derrotado, o PS com uma elevada maioria relativa (112 Deputados em 230) e o PP com um score que lhe permitiu passar a 3.º partido, com igual número de Deputados da CDU.



■ João Amaral

O primeiro incidente foi a não eleição dos candidatos do CDS-PP aos lugares na Mesa da Assembleia. Só com votos das outras bancadas os candidatos do PP podiam ter os 116 votos necessários, o que não sucedeu. A explicação encontra-se na campanha antiparlamentar de Manuel Monteiro, e foi uma espécie de retaliação dos Deputados que podiam fazer a maioria necessária (PS e PSD).

Outro incidente curioso foi o protagonizado pelos Deputados Henrique Neto (PS), Álvaro Barreto (PSD) e Manuela Moura Guedes (PP) apanhados nas malhas das incompatibilidades.

O debate do programa do Governo mostrou que o Governo PS erigia como prioridade absoluta a adesão ao Euro, embora argumentando que o fazia sem sacrifício dos objectivos sociais fundamentais (subida das pensões, baixa do desemprego, criação do rendimento mínimo, subida dos salários reais, etc.).

O PCP, pela voz do Secretário-Geral, posicionou-se como oposição de esquerda à anunciada política neoliberal do Governo. Mas, sublinhou: "não seremos oposição sistemática, potenciaremos tudo o que possa vir de positivo".

Nenhum partido apresentou qualquer moção de rejeição do programa. Ninguém correu o risco de derrubar o Governo (forçando eleições antecipadas ou a substituição do Governo por um apoiado em mais de um partido) ou de conduzir o Governo a negociar com qualquer partido para evitar a rejeição.

As primeiras iniciativas do PCP foram os projectos de redução do horário de trabalho para as 40 horas, a criação do rendimento mínimo, o reforço da fiscalização

dos Serviços de Informações, a retoma da idade de reforma das mulheres aos 62 anos, o pré-escolar, a revogação das normas de Cavaco contra a liberdade de imprensa, o regime de exclusividade dos Directores Gerais, a Lei de opções da política de segurança interna (contra a política das superesquadradas), a revogação da lei das propinas, a fixação de um calendário para a regionalização.

A primeira intervenção de fundo do PCP foi a defesa da barragem do Alqueva. No debate, Lino de Carvalho saudou a afirmação do socialista Hasse Ferreira de que o Alqueva seria feito, embora lamentando que não fosse claro a assumir esse compromisso em nome do PS.

Uma grande parte das iniciativas do PCP acabou aprovada, na formulação proposta pelo PCP ou noutras formulações. Algumas foram rejeitadas (por exemplo, a idade de reforma das mulheres), ou tiveram um acolhimento perverso que equivaleu à rejeição (por exemplo, o horário de 40 horas, que o Governo combinou com a retirada dos direitos adquiridos em matéria de pausas).

Mas, o que marca os primeiros meses do Governo PS é uma espécie de "com-passo de espera" motivado pelas Presidenciais.

Nesse tempo de quase "campanha", o Governo aumentou a pensão social em 14,3% e o regime de pensões dos rurais em 7,1%, fez um aumento diferenciado das pensões beneficiando as mais baixas, eliminou o pagamento das portagens no chamado "1.º troço", congelou a portagem da Ponte 25 de Abril, fez uma melhor aplicação da Lei das Finanças Locais (embora insuficiente), parou a construção da barragem de Foz-Côa, suspendeu o pagamento das propinas, deliberou a construção do Alqueva com ou sem financiamentos comunitários.

Já nesse período foi possível divisar a "táctica dupla" da maioria relativa. Por exemplo, na fiscalização do SIS, inviabiliza com uma abstenção o projecto do PCP, mais avançado, e "obriga" o PCP a viabilizar com uma abstenção o próprio projecto PS, mais limitado. Uma tática semelhante nas propinas inviabiliza a revogação proposta pelo PCP mas "obriga" o PCP a abster-se (face aos votos contra do PSD e PP) na suspensão.

Já na aplicação da Lei das Finanças Locais, para impedir a sua total aplicação, como propunha o PCP, o PS descansa na abstenção do PSD.

O período até às Presidenciais não impedia, apesar das numerosas medidas positivas acima referidas, a aplicação de uma das mais fundamentais políticas do PS, a das privatizações. É assim que o PS, nas ratificações das privatizações decretadas pelo Governo PSD, acaba em geral por dar o seu voto positivo.

Esta fase serve ainda para aprovar algumas leis positivas com os votos PCP e PS. É assim com a revogação da legislação cavaquista que limitava a liberdade de imprensa, e é assim com a legislação sobre freguesias (competências e regime de permanência), embora aqui mais tarde, na especialidade, o PS tenha imposto soluções muito restritivas.

O fim do "período das Presidenciais" marca a entrada da política dura.

O PCP marca logo o debate do projecto das 40 horas, que o PS chumba. Esse

facto condiciona fortemente toda a evolução política posterior.

O PSD ataca com o voto dos portugueses no estrangeiro. Na altura, o PS resistiu. Ainda vinham longe os compromissos da revisão constitucional.

O PP dá a sua marca com o agravamento brutal das penas, que é chumbado pelos outros partidos. Simultaneamente, abre em Fevereiro a revisão constitucional apresentando o seu projecto.

O Governo consegue assinar um acordo de concertação social de curto prazo em 24 de Janeiro, bem como um acordo com os sindicatos da Função Pública, com um vasto calendário de iniciativas.

O Governo obteve assim no plano social a folga que não estava a ter no plano parlamentar, onde o clima se agudizava com a aproximação da votação do Orçamento.

Estas movimentações preparavam o embate mais dramático, o do Orçamento, onde o Governo se preparava para chantagear o Parlamento com a possibilidade de uma crise política.

Alguns acontecimentos, entretanto, permitiram confrontos sérios. O mais grave foi a amnistia às FP25, votado pelo PS e PCP, depois da mensagem do Presidente Soares a solicitá-la.

O Governo não deixa entretanto de prosseguir uma política de melhoramento da imagem. É assim que o Primeiro-Ministro vai ao Parlamento inaugurar a prática do debate mensal.

E é assim que é anunciada a mudança da hora, revogando-se a decisão de Cavaco que nos pôs a viver com a hora dos alemães...

Nem tudo eram boas novas: aumentaram a gasolina e os telefones, entre outros produtos essenciais. Faleciam dois soldados na Bósnia. As intempéries fustigavam largas zonas do país.

No plano da política europeia, depois de um caricato "murro na mesa" dado por Jaime Gama, o que avultou foi o desleixo e desconsideração com que foram tratados os interesses da pesca e das conservas portuguesas no Acordo da Associação da União Europeia com Marrocos, e ainda as consequências lesivas para Portugal da antecipação da aplicação da política comum de pescas.

É neste quadro que se chega ao Orçamento do Estado para 1996. O PCP faz uma crítica cerrada. Lino de Carvalho duvida do previsto aumento de PIB de 2,7% e fala de 1%; critica a política de habitação, dizendo que a baixa orçamental não poderá ser colmatada por uma grande descida das taxas de juro em que ninguém acredita; augura o aumento do desemprego; critica a contenção salarial e a desvalorização das políticas sociais; denuncia a escalada de privatizações.

O PCP põe-se do lado da oposição. O Governo vai negociar com o PP, que assim fica com os lucros de um negócio sem princípios, já que aprova o Orçamento de Maastricht, o tal tratado que tanto dizia criticar. E Manuel Monteiro passa à categoria de "querido inimigo".

Este debate do OE para 1996 foi o marco decisivo, que deu o tom à legislatura. As consequências piores estavam ainda para vir.

(Continua)



Defesa Nacional e Forças Armadas

■ Rui Fernandes

Os desígnios constitucionais

A pesar do sentido globalmente negativo das sucessivas revisões constitucionais, a Lei Fundamental continua a consagrar no seu artigo 7.º (Relações internacionais) que Portugal se rege «nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade». E, no seu ponto 2, «Portugal preconiza a abolição (...) do domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

A política que tem vindo a ser seguida, ora pelo Governo do PSD ora pelo Governo do PS, tem, no entanto, rumado ao arremedo dos desígnios constitucionais.

Vem isto a propósito dos 50 anos que a NATO se apresta a comemorar e das prendas que



constituídas forças militares para missões de prevenção ou manutenção de paz. São dinâmicas muito diferentes.

No início do Verão de 1993, foram discutidas na Assembleia da República as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, opções essas não revistas até ao momento. Sabemos que o serão, refrescadas no quadro do novo conceito estratégico da NATO, a aprovar em Abril, no âmbito da comemoração das bodas de ouro da Aliança.

Em 1993, em discussão com as Grandes Opções do Governo PSD/Cavaco estiveram também as Grandes Opções do PCP. Nesse projecto o PCP apontava cinco vectores: 1.º - uma estratégia de matriz nacional que privilegie os interesses nacionais e os meios para os prosseguir; 2.º - uma estratégia de coesão e solidariedade que privilegie o fortalecimento da vontade popular por uma maior justiça social e um maior empenhamento cultural; 3.º - uma estratégia de progresso que privilegie a afirmação de Portugal no mundo como uma nação em processo de desenvolvimento económico, com uma voz própria nos grandes processos estruturais tendente à criação de uma nova ordem económica internacional; 4.º - uma estratégia de amizade, paz e cooperação, que privilegie a solução negociada de conflitos, o diálogo, a acção nas instâncias internacionais, o respeito pelo direito internacional; 5.º - uma estratégia de participação de todo o povo, uma estratégia democrática, que empenhe todos os portugueses na defesa de Portugal.

Trata-se de vectores que continuam com plena actualidade e que constituem, por si só, uma alternativa ao rumo imprimido pelo Governo do PS.

Trata-se de cinco vectores que consubstanciam uma política de esquerda ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Assim, a uma

estratégia de reforço da NATO impunha-se uma outra que visasse pôr fim à lógica de blocos político-militares. A uma estratégia de potenciamento da UEO e sua transformação numa "natinha" europeia, impunha-se um novo rumo que potenciase a OSCE e a democratização das instituições europeias, no quadro de uma Europa capaz de combater com empenho a exclusão, o racismo, a xenofobia e o desemprego.

No ano dos 25 anos do 25 de Abril existem, pois, renovadas razões para que mais e mais portugueses votem CDU.

os 50 anos da NATO

Trata-se ainda de desenvolvimentos que, ao contrário de potenciar as organizações direccionadas para a prevenção de conflitos, a segurança e a paz (ONU e OSCE) minam, ainda mais, a sua credibilidade.

e o PCP

Trata-se, por fim, de encetar um caminho que, no caso nacional, anda em sentido contrário ao consagrado constitucionalmente.

Daí que a forma como alguns responsáveis políticos, a começar no MDN, entusiasticamente falam da matéria não possa deixar de causar indignação.

Para o êxito destas alterações, foi posto em marcha um amplo processo de modificações no seio das FFAA dos países que constituem a NATO. Sabemos que, nalguns casos, essas alterações se impunham, independentemente do curso evolutivo da NATO. Mas muitas delas estão intrinsecamente acopladas ao modelo NATO para a entrada no século XXI.

Paralelamente, os EUA não diminuem o seu esforço em investimento militar. Ao contrário, prosseguem os seus programas de fabricação de cada vez mais evoluído material militar, visando o reforço do seu domínio mundial.

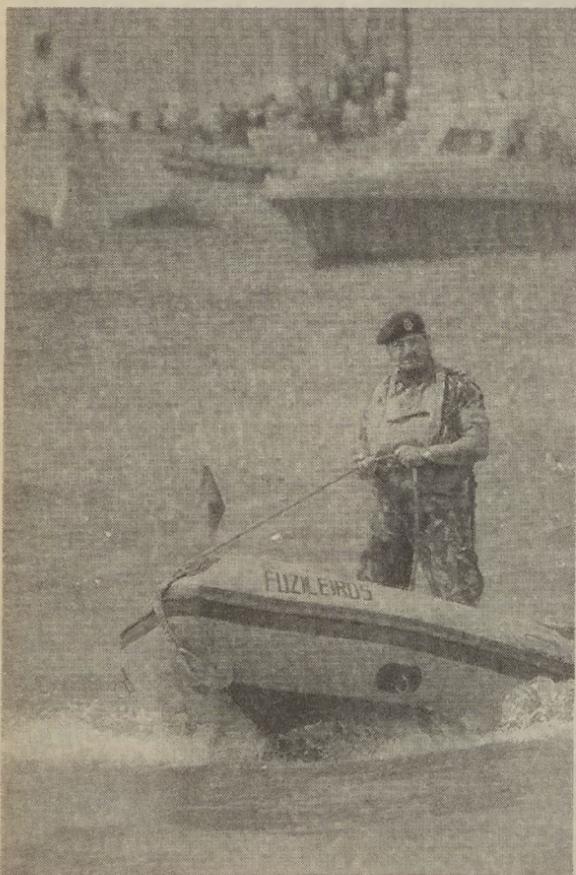
Já não se trata, ou cada vez menos se trata, de contar o número de espingardas, de aviões e de tanques. Trata-se, isso sim e cada vez mais, da capacidade de vasculhar o mundo, de detectar a cada momento os passos dos considerados hostis.

O big brother chamado ECHELON, para controlo e escuta das ligações telefónicas, é um exemplo das tantas e mais elevadas possibilidades tecnológicas existentes, violando os mais elementares direitos dos cidadãos.

As transformações em curso na NATO, afirmando-a como estrutura político-militar global, não servem a paz.

À lógica deste tipo de estrutura é inerente a existência de inimigos. Teremos cada vez mais a NATO e as FFAA dos respectivos países, tendencialmente transformadas em «robocops» ao serviço dos EUA?

À lógica da ONU ou da OSCE é inerente a ausência do conceito de inimigo, ainda que para problemas concretos possam ser



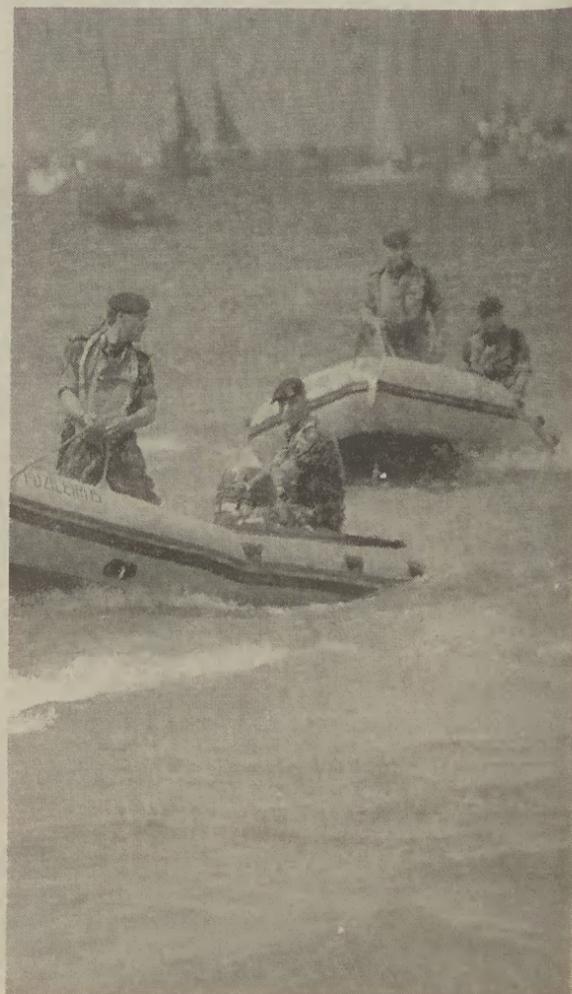
a si própria se prepara para oferecer e que são, no essencial, três:

1.ª - O seu alargamento a mais três países - Polónia, Hungria e República Checa.

2.ª - A eliminação do artigo 5.º e consequentemente a abertura para intervir em qualquer parte do mundo.

3.ª - A teorização/justificação, que tem vindo a ser desenvolvida, quanto ao acerto de a NATO poder intervir quando, como e onde quiser e isso poder/dever ser feito à margem de qualquer mandato da ONU e do seu Conselho de Segurança.

Trata-se de prendas que transformarão qualitativamente a NATO e lhe darão um novo impulso na direcção errada, ou seja, numa organização com carácter mais agressivo e reforçada do ponto de vista estratégico e militar.



Da Torre de Ulisses à Casa do Fado

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, deslocou-se na passada sexta-feira ao Castelo de S. Jorge, onde visitou o Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa (CICL) - um fascinante e sofisticado conjunto de equipamentos audiovisuais instalados no próprio castelo, mostrando a história da cidade em cinco línguas -, descendo depois a pé, pelos bairros históricos em reabilitação urbanística, até à Casa do Fado e da Guitarra, no mítico Largo do Chafariz de Dentro, também conhecido como «Museu do Fado». O anfitrião da visita foi o vereador do PCP António Abreu, que tutela estes equipamentos da Câmara Municipal de Lisboa, sendo Carlos Carvalhas acompanhado pelos dirigentes do PCP, Ruben de Carvalho e Luís Fernandes. Presentes, igualmente, os presidentes das Juntas de Freguesia do Castelo, de Santo Estêvão e de S. Miguel, respectivamente Jaime Salomão, João Constantino e Virgílio Teixeira.

O Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa (CICL) consiste, genericamente, num extraordinário conjunto de equipamentos audiovisuais instalados nas salas Ogival, das Colunas e da Cisterna



À esquerda de Carlos Carvalhas: Ana Louro, a presidente da EBAHL que ciceroneou os visitantes, e Ruben de Carvalho. À direita: Jaime Salomão, presidente da JF do Castelo, e António Abreu

e das Antigas Prisões, construídas sobre vestígios do Paço da Alcáçova, mandado erguer no Castelo de S. Jorge por D. Afonso Henriques. Trata-se de uma estrutura de interpretação de Lisboa, constituída por vários núcleos de informação sustentada por programas audiovisuais, uma verdadeira exibição *multimedia* denominada «Olisipónia», em honra ao nome romano da cidade, *Olisipo*.

O espectáculo desenrola-se ao longo de três salas e tem três grandes momentos audiovisuais, estando cada visitante acompanhado com um sistema de auriculares que lhe permite acompanhar as exposições numa das cinco línguas constantes do *menú*.

O primeiro mostra a evolução física da urbe, desde os remotos e lendários tempos da chegada fenícia, passando pela sua primeira grande estruturação romana e o subsequente desenvolvimento árabe, seguindo-se, naturalmente, todo o trajecto desde a conquista cristã: a expansão para o estuário, a monumentalização ribeirinha, a reorganização pombalina, a abertura para o interior através da Avenida da Liberdade e as expansões deste século, como a abertura das Avenidas Novas, a monumentalidade dos anos 30 ou a EXPO dos nossos dias.

Mesmo ao lado, surge o extraordinário «Quadroscópio», um gigantesco globo ilusório formado por ecrãs e espelhos e que mostra a «idade de ouro» de Lisboa no mundo do século XVI, proporcionando um espectáculo fundamentalmente centrado na saga marítima dos Descobrimentos.

Finalmente, e numa terceira sala onde se acede através de outra com forais em exposição, surge um *videowall* constituído por 36 monitores, proporcionando um espectáculo audiovisual de grande envergadura, historiando a cidade como alfobre de culturas e civilizações.

Mas as novidades no Castelo de S. Jorge não se ficam pelo espectáculo *multimedia* «Olisipónia»: há também o periscópio da «Torre de Ulisses», um instrumento colocado no alto do Castelejo, a 110 metros acima do nível do mar, constituído por um espelho móvel e duas lentes fixas, captando imagens vivas do

espaço circundante e na rotação completa dos 360 graus, enviando-as para o interior da Torre, onde são vistas num ecrã horizontal. «A proposta é entrar numa câmara escura e testar o princípio óptico na origem da fotografia», como se elucida nos folhetos promocionais.

Valorizar o Castelo

«A intervenção da Câmara Municipal de Lisboa, na área do Castelo de S. Jorge, tem sido feita com cuidado e com grande sensibilidade», comentou Carlos Carvalhas à saída do espectáculo *multimedia* «Olisipónia», recordando a política de Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos decidida pelo executivo da «Coligação Por Lisboa» em 1994 e que, na zona do Castelo de S. Jorge, se tem traduzido num processo de reabilitação de todo o edificado habitacional e de recuperação e valorização do património monumental, procurando incrementar as actividades económicas, turísticas, lúdicas e culturais, objectivo, aliás, destes novos equipamentos montados no próprio castelo. Continuando o seu raciocínio, Carvalhas acrescentou: «É uma intervenção sempre muito delicada e de fácil polémica. A CDU, que tem particulares responsabilidades nestas obras, tem também conduzido os trabalhos e as opções num verdadeiro diálogo com as populações, a Junta de Freguesia, os

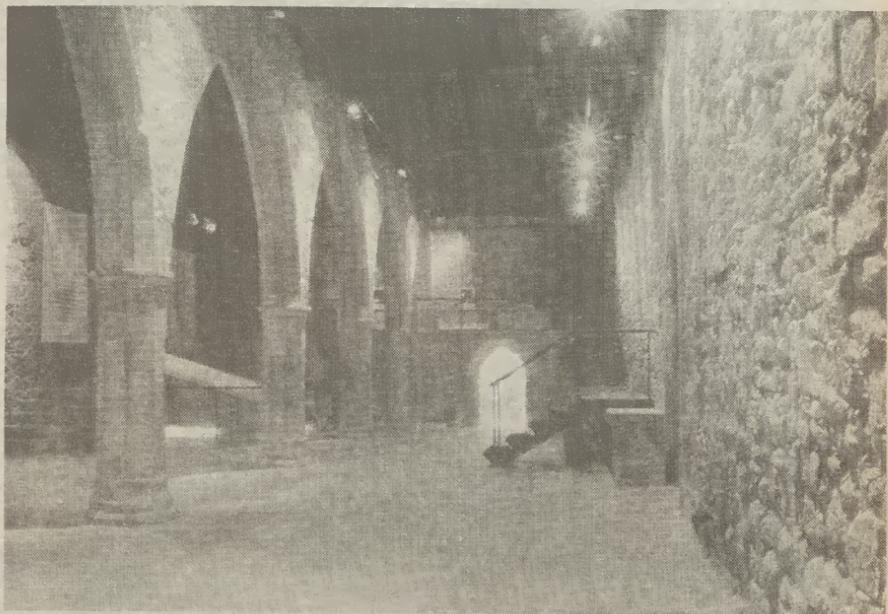
lojistas e a restauração. Pelo que ouvi e pude observar, há um acordo geral.» Quanto às novas estruturas que acabara de visitar e apreciar, o Secretário-Geral do PCP reconheceu que «os equipamentos já instalados e o que está projectado, proporcionam aos visitantes uma informação útil e valorizam significativamente a área do Castelo».

A visita prosseguiu numa caminhada a pé pela quase labiríntica malha dos bairros históricos do Castelo, Santo Estêvão e S. Miguel, onde prossegue um minucioso trabalho de recuperação dos edifícios degradados através do programa RECRUA, agora seriamente posto em causa pela intenção do governo em alterar o regime e as regras destes programas.

Um Museu de visita obrigatória

No célebre Largo do Chafariz de Dentro (imortalizado, aliás, em vários fados clássicos) está, muito apropriadamente, localizada a Casa do Fado e da Guitarra, que os lisboetas rapidamente popularizaram como «Museu do Fado». Está instalada numa antiga estação elevatória de água que, após o 25 de Abril, foi durante muitos anos um activo Centro de Trabalho do PCP, até ter sido adquirido e recu-

Evidentemente que Amália não podia faltar na galeria de fotografias históricas expostas na Casa do Fado e da Guitarra em Lisboa, ali ao Largo do Chafariz de Dentro



O espectáculo *multimedia* «Olisipónia» ocupa o espaço do mítico Palácio Real mandado construir por D. Afonso Henriques no Castelo de S. Jorge e onde, mais tarde, Vasco da Gama foi recebido por D. Manuel I após a primeira viagem à Índia. Também aqui nasceu o Teatro Português, quando Gil Vicente lá representou a sua primeira peça



O *videowall* tem 36 monitores e oferece uma viagem completa no tempo, mostrando Lisboa como encruzilhada de civilizações e placa giratória de culturas

perado pela Câmara para esta nova função. Como esclarece o vereador António Abreu no livro-guia deste equipamento, «a Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa integra diversas funções - um núcleo museológico com espólio e acervo documental próprios, um espaço de exposições temporárias, um auditório, uma Escola de Guitarra Portuguesa, uma loja específica sobre a temática do Fado e da Guitarra e um espaço de cafetaria e snack-bar - que lhe conferem, à partida, condições para torná-la um ponto fulcral de encontro de todos os lisboetas e de todos os amantes do fado». A EBAHL - E.P. (empresa municipal responsável por diversos equipamentos dos Bairros Históricos) superintende esta magnífica estrutura cultural dependente do Pelouro da Reabilitação Urbana, da responsabilidade do vereador comunista António Abreu, à semelhança do que acontece com os equipamentos no Castelo de S. Jorge atrás referidos.

Quem queira saber a história do Fado no nosso país deve visitar esta Casa. Está lá tudo, desde minuciosas reconstituições de tascas e casas de fado, passando por um acervo impressionante de instrumentos, adereços, discografias, folhetos históricos, audições ao vivo, distinções entre o fado de Lisboa, Coimbra ou Porto, etc., etc. Outra coisa não seria de esperar de um programa museológico que saiu do empenho, entusiasmo e colaboração de mais de duas centenas de pessoas, onde avultam fadistas, músicos, compositores e poetas, bem como alguns familiares, investigadores, colectividades, academias e associações, proprietários de casas de fado e numerosos particulares.

«Esta visita ao que popularmente já se designa por Museu do Fado tem pela nossa parte o sentido de homenagem, respeito e valorização da cultura popular», afirmou Carlos Carvalhas no final da visita, acrescentando que «este local, que também foi Centro de Trabalho do PCP, recorda a muitos de nós as múltiplas reuniões, a grande intervenção e participação do PCP nas lutas dos trabalhadores e dos trabalhadores da Administração Pública. Gostei de o visitar. Os arranjos arquitectónicos do Arquitecto Santa Rita Filho, também valorizam o espaço. O Museu está bonito e é de visita obrigatória».



Diógenes e os outros (*)

■ Hélder Martins

O filósofo Aristipo, que adquirira um padrão de vida confortável por adular o Rei, ao deparar com o filósofo Diógenes a lavar umas lentilhas para fazer uma sopa, disse-lhe em tom de gozo:

«Se tivesses aprendido a adular o Rei não precisarias dessa comida de pobres, como as lentilhas.»

«E se tu tivesses aprendido a comer lentilhas», ripostou Diógenes com desdém, «não precisarias de adular o Rei.»

A verticalidade na vida, nos objectivos sociais, na partilha com todos é mais do que uma postura, a nossa postura, é o sentimento de camaradas, é aí que deve transparecer a imagem do Partido Comunista, porque o Partido Comunista somos nós...

Este rei de que se falou representa esta sociedade neoliberalista, baseada no poder monetário, na ganância, no isolamento, na perda de valores colectivos.

O nosso amigo Diógenes poderia, de facto, ter optado por esta linha oportunista, podia ter melhorado a sua vida à custa de corrupções, de ilegalidades sociais, aceitando as leis do rei... Mas não! Manteve a sua verticalidade de valores. Deu à sua vida um sentido colectivo, deu à sua vida o seu exemplo.

Há pouco mais de seis meses foi a pedido a Tomás, a Elvira, a Celestina, a Mikás, a Orlandos, a Manuéis, que começassem a comer lentilhas — ou seja, começarmos a dinamizar uma colectividade.

Aceitámos a tarefa, apresentámos uma direcção unitária e começámos a responder a quatro verbos: parar — olhar — ouvir — fazer.

Parámos frente a uma colectividade com cerca de 56 sócios inscritos e três frequentes, ou seja, uma colectividade que tinha deixado de ser para todos, para se tornar o privilégio de uns.

Olhámos: instalações subaproveitadas, falta de um projecto desportivo e cultural, um relaxar do que deveria ser o objectivo da colectividade. Uma relaxada ligação junto da população.

Ouvimos: a falta de espaços de lazer dentro da freguesia para jovens, reformados e pessoal de todas as idades.

Fizemos: implementámos um projecto sociocultural e desportivo aproveitando apoios da Câmara Municipal de Lisboa do pelouro do Desporto; implementámos ginástica para todas as idades, aulas de natação na piscina do Campo Grande, aeróbica localizada, ping-pong, dança, teatro, música e dança criativa infantil. Damos ao projecto um conteúdo.

A Colectividade conta com três vezes mais sócios.

A orientação do nosso projecto é dar um exemplo.

Diógenes diria: «Dar o exemplo não é a melhor maneira de influenciar os outros — é a única.»

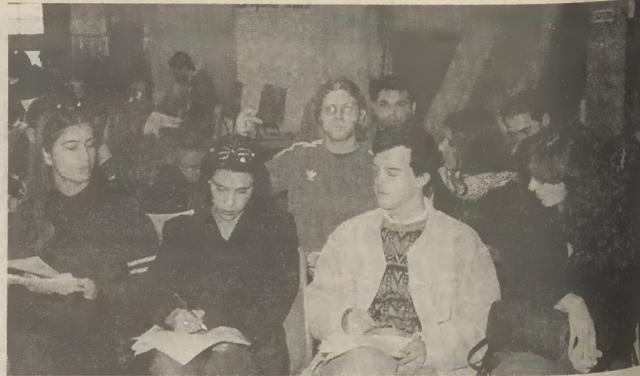
O motor disto é o entusiasmo.

Porque o entusiasmo é o fermento que faz subir as esperanças até às estrelas. É aquele brilho no olhar, o aprumo no andar, a firmeza do aperto de mão, o irresistível impulso da vontade e da força para pôr em prática as nossas ideias, é o que nos torna diferentes, é o que nos deve sempre unir, camaradas! Porque os entusiastas são lutadores... Eles têm força moral, possuem qualidades duradouras. O entusiasmo encontra-se por detrás de todo o progresso.

Queríamos aproveitar, neste final da minha intervenção, para saudar, com uma admiração profunda, todos os membros das colectividades, sejam elas associações de pais, associações de jovens, reformados, clubes... Que lhes seja dada homenagem aqui por um serviço inestimável às populações e ao progresso cultural, a nível local e nacional.

E não se esqueçam, como repetidamente me dizem os meus pais: **a coisa pior que há na vida não é não ter conseguido, é não ter tentado.**

(*) Este texto reproduz a intervenção do seu autor na 4.ª Assembleia da ORL.



Encontro distrital de Setúbal da JCP Uma luta

No ano em que comemora o 20.º aniversário, a JCP tem marcado para os próximos dias 27 e 28 de Março, em Almada, o seu 6.º Congresso, que decorrerá sob o lema «JCP em luta pelo futuro» e que constituirá um importante momento de afirmação da organização de jovens comunistas.

No âmbito da preparação da reunião magna da JCP, realizou-se no passado sábado, nos «Penicheiros» do Barreiro, o 6.º Encontro Distrital de Setúbal, em cujos trabalhos participaram Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP e Luísa Araújo, membro da Comissão Política do PCP.

Após uma breve sessão de abertura, os mais de cem jovens presentes dividiram-se em três painéis sectoriais sobre o ensino secundário, superior e juventude trabalhadora, onde depois de animados debates foram aprovadas as principais linhas de intervenção para o reforço das organizações e definidas as grandes frentes de mobilização e de luta dos jovens.

No secundário, o Encontro assinalou a crescente afirmação da JCP, das suas propostas e ideias, que se traduziu na ampliação dos colectivos de escola e na constituição de grupos de intervenção e de listas unitárias para as associações de estudantes.

A falta de condições nas escolas secundárias, resultante da degradação das instalações, da sobrelotação e da insuficiência de meios materiais e humanos, é uma das principais preocupações manifestadas no Encontro que apontou ainda vários outros motivos de contestação.

Designadamente, a existência de *numerus clausus* no acesso ao ensino superior; as provas globais e os exames nacionais, que contrariam o sistema de avaliação contínua; o regime disciplinar, considerado desajustado da realidade; o diploma de gestão e autonomia das escolas, que segue a lógica empresarial e mercantilista da educação; os currículos escolares demasiado extensos e desajustados; o desinteresse do Estado pelo ensino nocturno; o não cumprimento da lei sobre a educação sexual.

Um superior menos elitista

O painel sobre o ensino superior colocou a tónica na qualidade de ensino, na acção social escolar, nas prescrições e nas propinas. Segundo a resolução aprovada, o Governo PS continua a política neoliberal do PSD, «apostando na progressiva elitização e privatização do ensino superior e empurrando milhares de jovens para o ensino privado».

Num cenário de salas sobrelotadas, refeitórios e bibliotecas sem condições, falta de laboratórios e locais de estudo, os jovens comunistas sublinham que «não podemos pactuar com uma lei que obriga os bolsistas a pagar uma taxa como é a propina», acrescentando que a lei de financiamento não resolve a falta de residências estudantis, não permite aumentar o valor das bolsas nem as estende à maioria dos estudantes com dificuldades.

Outro aspecto criticado nesta lei é o facto de prever prescrições, sem atender às diferentes

causas que levam muitos estudantes a deixar cadeiras para trás.

A propina é deste modo considerada como mais uma barreira difícil de transpor, em especial aos estudantes deslocados, que têm já de fazer um grande esforço financeiro com livros e fotocópias, alimentação, transportes, alojamento, entre outros encargos.

Reconhecendo dificuldades da organização no ensino superior de Setúbal, o Encontro salientou, entretanto, que têm sido dados passos positivos, designadamente, a participação de comunistas em listas unitárias a formação do colectivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, e a crescente dinâmica de luta em torno dos problemas dos estudantes.

Geração sem direitos

O debate sobre a juventude trabalhadora centrou-se nas dificuldades de ingresso no mundo do trabalho e na situação particular do distrito de Setúbal, onde a taxa de desemprego ultrapassa a média nacional, *performance* que a instalação de grandes empresas ou das grandes superfícies comerciais não conseguiu alterar.

Pelo contrário, salienta-se no documento aprovado, o progressivo encerramento de empresas e a precarização das relações laborais nas novas unidades «não ajudam a combater o desemprego nem a criar uma vida estável e com perspectivas de futuro» aos jovens trabalhadores.

Os exemplos de retirada de direitos são abundantes: baixos salários, incumprimento do horário de trabalho, não pagamento de horas extraordinárias, discriminação sexual das jovens que são obrigadas a assinarem declarações em que não pretendem engravidar para obterem emprego, e a extrema precariedade dos vínculos, são alguns dos traços gerais da realidade laboral do distrito.



de Setúbal da JCP por ideais com futuro

Não bastam discursos de retórica

Aspirações juvenis exigem respostas concretas

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas

Organização reforçada

Depois de breve balanço do trabalho realizado nos últimos dois anos, em que se dá nota das dificuldades e avanços da organização, o Encontro aprovou uma série de tarefas prioritárias dos jovens comunistas, onde se destacam a participação nas batalhas eleitorais, nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril e do 1.º de Maio, o 20.º aniversário da JCP e a preparação do seu 6.º Congresso.

Neste sentido, os jovens comunistas de Setúbal decidiram promover iniciativas de desporto, convívio e debate, participar nos concursos nacionais de murais e de literatura, contribuir para as campanhas de fundos e de recrutamento, propondo-se recolher mil contos e recrutar mil novos militantes. Prioridades de trabalho são ainda a discussão do documento do congresso - «Uma política de esquerda para a juventude portuguesa» e «JCP - Organização revolucionária para a juventude» - e a eleição de delegados.

(...)

Creio que a juventude e o povo português estão mais preocupados com o emprego e as ameaças de despedimentos, com o insucesso escolar, com a falta de perspectivas para tantos jovens, com as listas de espera nos serviços públicos de saúde, com a falta de habitação nos meios urbanos, com a insegurança, a exclusão social e a proliferação da droga.

O que preocupa os reformados são as baixas reformas, o preço dos medicamentos, a falta de cuidados de saúde e de centros de dia.

O que preocupa os trabalhadores não são as ambições de poder absoluto de tal ou tal partido, mas os baixos salários, as alterações à legislação laboral, a insegurança quanto ao futuro.

Estas questões é que nos devem preocupar. Creio que estais de acordo que Portugal precisa de entrar no século XXI não com uma distribuição do Rendimento Nacional profundamente desequilibrada, com uma brutal concentração da riqueza, mas sim, com uma redução significativa das desigualdades sociais e com uma reforma fiscal que introduza mais verdade, mais transparência, mais justiça social.

(...)

Portugal precisa de entrar no século XXI não com os cidadãos desencantados, desinteressados da sua participação cívica e política, ou com uma Justiça morosa e iníqua, com a insegurança nas ruas e os fenómenos do racismo e da xenofobia, mas sim com passos decisivos no aprofundamento da demagogia política, social e cultural, com uma Justiça célere, igual tanto para os grandes como para os pequenos, com tranquilidade e convívio nas ruas e a estabilidade nas periferias urbanas.

Portugal precisa de entrar no século XXI não com discursos de retórica sobre o social, como ainda hoje ouvimos num determinado Congresso, como se estivéssemos num país virtual, mas sim com o cumprimento do que se promete, com as palavras a corresponderem aos actos, com propostas, medidas e políticas concretas, que apontem soluções para um ensino melhor, para saídas profissionais e que rasguem os caminhos do futuro, que dêem resposta aos problemas e que vão ao encontro das aspirações juvenis.

Portugal precisa de entrar no século XXI, não com uma boa parte da juventude desempregada, ou com um emprego precário e mal pago, ou na sangria da emigração, mas com uma juventude crescentemente instruída, profissionalmente apta, com empregos com direitos e salários dignos, com o seu trabalho valorizado e socialmente reconhecido.

Portugal precisa de entrar no século XXI, não com um interior cada vez mais envelhecido e desertificado, com uma agricultura arruinada e um aparelho produtivo cada vez mais dependente e atrasado, mas com a defesa e valorização da sua produção, na agricultura, nas pescas e na indústria, com serviços modernos e qualificados, com o aproveitamento e potenciação dos seus recursos, numa estratégia de desenvolvimento sustentado, com dimensão social e ambiental e correctora dos desequilíbrios regionais.

Portugal precisa de entrar no século XXI, não como uma região sem alma numa Europa neoliberal de exclusão social, desemprego maciço e pobreza crescente, mas sim como um país com voz, contribuindo para o diálogo das culturas, para uma Europa de altos padrões de justiça social, de qualidade de vida, de cooperação. Um Portugal moderno numa Europa de paz e progresso.

Um Portugal que olhe para a sua juventude que é o mesmo que olhar para o seu futuro. (...)



A situação existente nas obras públicas portuguesas aumenta a probabilidade de acidentes de trabalho, uma vez que as obras não estão a ser planeadas e calendarizadas segundo especificações técnicas, mas sim por vontades eleitorais e políticas. A acusação é do Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu, que na semana passada divulgou em conferência de imprensa um documento, que a seguir se reproduz, sobre a situação que se vive no sector.



Morrer a construir não é humano

O Estado tem exigido dos empreiteiros, e estes aos seus trabalhadores, o cumprimento de prazos que em tudo contrariam o bom decorrer das empreitadas, ou será que obras com um prazo técnico de sete meses serão construídas com a qualidade e segurança exigidas em quatro meses? No entanto, é esta a situação criada pelo Governo ao exigir a conclusão e entrega das mesmas em datas-chave para os seus interesses, muitos deles bem longe dos interesses económicos e sociais que deveriam presidir ao planeamento de obras públicas.

Foi assim na Cimeira Ibero-Americana, foi assim nas últimas vias rodoviárias, é quase sempre assim em todas as obras públicas. Sucede que para serem cumpridos estes prazos os empreiteiros exigem aos trabalhadores jornadas de trabalho diárias de 10 horas, no mínimo, a execução de tarefas em condições de insegurança latentes e os resultados estão à vista de todos.

«Com as pressas» muitos processos técnicos rotineiros de segurança são esquecidos, abrem-se valas e fundações sem o devido escoramento, realizam-se trabalhos em altura sem o necessário cinto de segurança e, assim, quase todas as obras públicas têm sido manchadas com acidentes de maior ou menor dimensão.

A cruzada contra a sinistralidade tem de envolver todos os interessados e o Governo não se pode alhear do seu papel, que hoje é tudo menos pedagógico, devido a interesses políticos, exigindo a conclusão de empreitadas em tempo inferior ao recomendável para uma boa execução técnica e em segurança.

Também a Inspeção Geral do Trabalho continua a não cumprir correctamente o seu papel, como ficou demonstrado no acidente ocorrido na construção de uma ponte de IP4, em Ribeira do Porto. Para além dos problemas técnicos, o inspector, sr. Pedro Bernardo, não verificou que a empresa não possui uma Comissão de Higiene e Segurança conforme determina o CCTV para o sector. Também os acidentes recentemente ocorridos em Lisboa e em Leça da Palmeira se deveram a graves faltas de segurança, que poderiam ter sido evitados se a IGT materializasse a proposta da Comissão Tripartida feita pelo Sindicato, propos-

ta essa que evitaria muitos acidentes, mortais ou não. Como pode, assim, a IGT desempenhar cabalmente as suas funções, estando fechada a propostas que visam melhorar o nível de segurança no sector?

Os responsáveis de certas autarquias, como o vereador da CM Matosinhos - sr. Manuel Seabra -, não podem querer abafar ou minimizar o comportamento de certos empreiteiros, proferindo afirmações sobre «passados inatacáveis» de patrões que pelo não cumprimento das normas de segurança mataram um trabalhador. Usando os chavões jurídicos, «todos são inocentes até prova em contrário» e nestes casos, o acidente mortal é a prova em contrário.

Consideramos que a alteração desta situação passa pela acção pedagógica que crie a cultura de segurança-base que falta. Assim, foram efectuadas durante o mês de Janeiro/99 dezenas de reuniões com parceiros sociais do sector, como a Soares da Costa, Engil, Mota e Companhia, Novopca, A. Mesquita, Somague, etc., que demonstraram o maior interesse em criar a Comissão de Higiene e Segurança ou melhorar a já existente.

Foi bastante importante, nestas reuniões, aprofundar as ideias nesta matéria, pois só com a colaboração de todos se poderá dignificar e moralizar um sector em que a concorrência desleal está a fazer diminuir a qualidade e aumentar o índice de sinistralidade. Quase todos foram unânimes em considerar que os subempreiteiros clandestinos estão a desregular o sector e em considerar a utilidade de uma comissão conjunta do Sindicato, associação patronal e IGT para fiscalizar as condições de segurança das obras nas suas diversas fases.

Pelo trabalho com direitos

Só será possível dignificar o sector com trabalhadores qualificados, conhecedores das técnicas e tecnologias usadas e a quem seja fornecida formação contínua, pois só assim será garantida a qualidade das construções. É óbvio que esta quali-

dade também passa por melhores remunerações que estimulem a produção, pois não é pagando 80 contos a um oficial qualificado, quando o mesmo profissional na Alemanha ganha 400 contos, que este se sentirá motivado para produzir com qualidade.

No entanto, empresas como a Ferseque, a Visabeira, a Edifer demonstraram não estar dispostas a alterar esta situação dramática, pois recusaram-se a dialogar connosco nesta matéria como em muitas coisas. Nas obras destas empresas recorre-se ao trabalho sem direitos, em que o trabalhador em algumas situações nem seguro tem, isto é, recorre-se ao trabalho clandestino. Desta forma, não será possível moralizar o sector, pois além de desregular as relações de trabalho desregular também as regras concorrenciais, levando a que hoje o sector seja uma selva sem lei. Estas empresas para realizar as suas obras recorrem a mais de 80% de mão-de-obra clandestina.

Mais uma vez a Inspeção Geral do Trabalho se tem mantido à margem, pois, contrariando o interesse dos parceiros sociais, continua contra a criação da Comissão Tripartida e a não obrigar à criação da Comissão de Higiene e Segurança prevista na cláusula 57.ª do CCTV para o sector.

A própria penalização dos incumpridores deverá ser modificada, devendo, em caso de morte dos trabalhadores por falta de condições de segurança, o empreiteiro ser condenado por homicídio ou ficar suspenso da actividade durante, pelo menos, cinco anos, pois não é com as coimas que o ministro Ferro Rodrigues pretende impor que se irá modificar a situação do sector.

O próprio Presidente da República, bem como os partidos políticos, manifestou as suas preocupações quanto a esta matéria, prometendo diligenciar no sentido da sua alteração.

Com bom senso muito poderá ser feito, através do fim do trabalho clandestino, da diminuição das jornadas de trabalho, da aplicação das cláusulas de segurança do CCTV, da formação dos trabalhadores do sector e da actuação do Estado no sentido de melhorar, e não piorar, o estado da segurança no sector da Construção Civil e Obras Públicas.

Governo ameaça direitos de ferroviários e utentes

■ José Manuel Oliveira

Os problemas do caminho-de-ferro estão intimamente ligados às opções que se fizeram em relação ao modelo de exploração. Quando o Governo anunciou as medidas de desmembramento da CP numa empresa de infra-estruturas e outra comercial, tal como já acontecera com o executivo do PSD, que a dividiu em 14 empresas, logo a estrutura sindical da CGTP-IN e as Comissões de Trabalhadores afirmaram que estas medidas iriam conduzir ao agravamento dos problemas, quer para os utentes quer para os trabalhadores ferroviários.

Quanto aos utentes, o que se verifica é que a política deste governo assenta na fórmula de quem quiser transporte ferroviário tem de o pagar em função do lucro. Não é por acaso que aos utentes se passou a chamar clientes. Assim, vamos assistindo ao desinvestimento nas linhas de procura menos intensa e já equacionam o seu futuro a médio prazo.

Ainda recentemente a CP mandou encerrar à actividade comercial cerca de 70 estações, uma medida que pode ser um pré-anúncio de mais encerramentos. O caminho-de-ferro chega cada vez a menos portugueses.

Em vez de se optar por uma política de desenvolvimento, que leve cada vez mais portugueses e actividades económicas a utilizarem o caminho-de-ferro, quer através da prestação de um melhor serviço, mais económico, mais seguro e com maior fiabilidade, também o Governo PS dá mostras de seguir exemplos do cavaquismo, ou seja, linha ou estação que não dê lucro directo é para encerrar ou, eventualmente, passar para as autarquias.

Para os ferroviários, as consequências do desenvolvimento foram e são bastante graves. No que se refere aos postos de trabalho, verificou-se que, com o desmembramento cavaquista, uma redução de cerca de 10 mil postos de trabalho. No plano 1998-2002, que a CP apresentou, aponta-se claramente para a redução de mais postos de trabalho, ao mesmo tempo que vamos já ouvindo que a REFER tem de redimensionar o seu efectivo, ou seja, reduzir o número de trabalhadores.

Estas reduções têm provocado um aumento significativo dos ritmos de trabalho, já que os trabalhadores que ficaram têm de acumular o desempenho das tarefas dos que saíram. Por outro lado, começa a verificar-se um aumento da precariedade dos postos de trabalho.

Nas várias empresas em que a CP foi dividida cresceram os contratos a prazo, que na esmagadora maioria dos casos são ilegais, já que os trabalhadores estão a ocupar efectivos. Na SOFLUSA (travessia fluvial do Tejo), o fenómeno chegou a atingir cerca de 30 por cento dos trabalhadores da empresa. Só a acção sindical obrigou a que a maioria destes trabalhadores passasse a efectivos. Na EMEF, os trabalhadores jovens são admitidos a prazo, percorrendo um calendário de 3 anos até que alguns possam ver os seus contratos transformados em efectivos. Na FERTÁGUS (operador privado que vai explorar a travessia da Ponte 25 de Abril), empresa que tem uma concessão de 30 anos, os trabalhadores que estão a ser admitidos são praticamente todos a prazo, isto com a «compreensão» da Secretaria de Estado dos Transportes.

Outra forma de precarização concretiza-se através da contratação de empreiteiros, a quem as empresas recorrem para substituírem trabalhadores que saíram do sector. Isto verifica-se nas áreas de construção e manutenção de infra-estruturas (via, telecomunicações, obras, etc.) assim como nas oficinas da EMEF.

Nesta situação, trabalhadores com vínculos laborais efectivos e com direitos adquiridos foram substituídos, na maioria dos casos, por trabalhadores com vínculos precários e sem direitos.

PS recupera a legislação do tempo do fascismo

Para compensar a redução de efectivos, as administrações das diversas empresas do sector pretendem introduzir alterações às convenções colectivas que visam aumentar a disponibilidade dos trabalhadores para com a empresa, ou por outras palavras, aumentar a jornada de trabalho.

Assim, pretendem agravar o regime de flexibilidade do horário de trabalho, introduzido de forma ilegal, conforme é reconhecido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, mas que tem contado com o apoio de organizações da UGT.

Em vez de responderem à justa reivindicação dos trabalhadores, para que o horário seja reduzido, de forma faseada, até se atingirem as 35 horas semanais/7 diárias, os gestores apresentaram propostas para que o cálculo das 40 horas semanais seja encontrado na média de 16 semanas, com horários diários que podem ir até 10 horas ao serviço das empresas. Com esta situação, o trabalhador só saberia se tinha direito ao pagamento de horas extras se fizesse mais de 10 horas num dia ou se fizesse mais de 640 horas ao fim de 16 semanas.

É neste quadro que os gestores da CP, nomeados pelo Governo PS, foram recuperar o conteúdo de um decreto-lei do tempo do fascismo, ou seja, apresentaram uma proposta que visa introduzir as famigeradas intermitências, agora denominadas de horário descontínuo.

Esta proposta representaria um negócio da china para os interesses do CG da CP. Pretendem que um trabalhador, por exemplo, possa trabalhar das 8 às 11 horas, interromper e recomeçar das 16 às 21 horas. Isto quer dizer que, para receber as 8 horas de serviço, o trabalhador teria de estar, neste caso, à disposição da empresa 13 horas, agravado com o facto de que o horário semanal continuaria a ser calculado em termos médios de 16 semanas.

Não satisfeitos com isto e, ao contrário do que foi tão apre-

goado pelo ministro João Cravinho de que «os ferroviários podiam estar descansados porque, neste quadro de reestruturação, os direitos estariam acautelados», as propostas das empresas estão a mostrar que, para estes senhores, acautelados não significa garantidos.

Razão tinham as estruturas do Movimento Sindical Unitário e as CT's, quando exigiram, em devido tempo, que o sr. ministro passasse as suas declarações para um protocolo, ao que este sempre fugiu. Agora percebe-se melhor porquê.

As recentes propostas apresentadas quer na CP quer na REFER, no seguimento do que já foi tentado na EMEF, omitem pura e simplesmente os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

A luta vai ser determinante

Esta nova ofensiva dos gestores das empresas do sector ferroviário, nomeados pelo Governo PS, surge numa altura em que se comemora 30 anos de uma das mais emblemáticas lutas dos ferroviários, a luta da braçadeira preta. Foi uma das lutas que culminou com a conquista de alguns dos direitos que hoje nos queremos retirar.

No entanto, pelo balanço que fazemos, entendemos que, se os ferroviários não tivessem lutado contra as diversas ofensivas, já há muito que estes direitos tinham desaparecido.

Não temos dúvidas de que se os gestores, nomeados pelo Governo do PS, insistirem nesta sua ofensiva, a luta dos ferroviários será uma certeza. Terá que ser uma luta donde têm de sair soluções ou acordos onde todos os trabalhadores se reconheçam. Por isso, nos opomos que, através de algumas greves se introduzam ou agravem situações de discriminação entre trabalhadores.

Durante este ano, pela mão do PS, entra em actividade um operador ferroviário privado, que vai fazer a exploração do atravessamento ferroviário da Ponte 25 de Abril, à qual a CP foi impedida de concorrer. Já foi feito também o pedido de licenciamento de um operador privado de transporte de mercadorias.

É neste quadro que os ferroviários têm de desenvolver a sua luta, ou seja, têm de defender o serviço público e a correspondente componente social do caminho-de-ferro, a melhoria das suas condições salariais e de trabalho, mas nunca permitindo que essa luta seja aproveitada para viabilizar a substituição da CP por operadores privados.

É por isso que esta estrutura sindical da CGTP se demarcou da greve de maquinistas que decorreu entre o dia 27 de Janeiro e 5 de Fevereiro. Por um lado, porque se desconhece, claramente, quais as razões objectivas dessa luta. Depois, porque, ao que pensamos, estamos perante a tentativa de encontrar soluções para uma área

profissional que permitiriam a redução de postos de trabalho doutras áreas profissionais e a concentração de tarefas nos trabalhadores maquinistas, do que discordamos. Por outro lado, pensamos que se procuram soluções que introduziriam novas discriminações entre trabalhadores, o que não podemos aceitar.

A Federação dos Sindicatos Ferroviários CGTP-IN, reflectido o repúdio dos trabalhadores contra o regime de agente único, entregou um outro pré-aviso de greve que permite aos trabalhadores da área de condução-ferrovia a recusa a todo o serviço que implique (e só neste caso) a condução de comboios em regime de agente único, porque assim estamos a contribuir para a dignificação dos trabalhadores desta área profissional e para a salvaguarda de postos de trabalho.



Tino I

A grande estrela do Congresso do PS do passado fim-de-semana chama-se Vitorino Silva, aliás Tino Covilhão, é presidente da Junta de Freguesia de Rãs, aliás de Rans, e é um caso flagrante de dupla personalidade. Trata-se de um jovem de 26 anos, calceteiro de profissão e caudilho por paixão, nascido e criado na Freguesia de Rans, Concelho de Penafiel, que nas últimas eleições autárquicas se alandorou a presidente da Junta de Freguesia local pelo PS, arrasando a até então hegemónica maioria PSD. Quem o viu neste Congresso do PS compreende porquê. O jovem é uma força da Natureza. Eleito delegado, aguardou febrilmente a sua hora de glória - os três minutos regulamentares para discursar na tribuna - e quando chegou o momento, arrancou para os microfones como se comandasse uma carga de cavalaria em assalto final. Senhor duma verve torrencial, Vitorino Silva, aliás Tino Covilhão, estabeleceu de imediato a sua qualidade de

PONTOS CARDEAIS

proprietário de uma dupla personalidade: ele, Vitorino Silva de seu nome de baptismo, vinha ali falar como Tino Covilhão, o seu «nome político», por si próprio escolhido. E explicou o fenómeno: «Vitorino é o rapaz que transporta o Tino. Tino, o pensador, é o político de todo o terreno. É a personagem que criei para me defender do mundo da política. O Tino não erra. Só o Vitorino. Porque errar é humano.»
Posto isto, o discurso explodiu numa alarmante competição entre o Tino pensador e o Vitorino que se limita a transportá-lo, entre o Vitorino que humanamente se engana e o Tino que não erra, entre o Tino «político de todo o terreno» e o Vitorino escondido atrás da personagem criada para o «defender do mundo da política». Extraordinariamente, o Congresso do PS não ficou estarecido com o caso, deliciou-se com ele. O que, na evidência do delírio, parecia só poder convocar

comiseração e constrangimento na magna assembleia, fez explodir um entusiasmo apoteótico, uma alegria demencial. Tudo porque o desatino do Tino enveredou por um eleitoralismo alucinado, aqui berrando votos e vitórias, ali maiorias absolutas e vivas aos líderes, ora «ensinando» como se «faz vibrar os portugueses», ora advertindo para «não se dormir à sombra da laranjeira», ora ainda exortando «a multiplicar os Tinos porque é de Tinos que o PS precisa!»
Confirmando que o Tino é capaz de ter razão, o presidente do Congresso, Almeida Santos, dilatou, embevecido, os três minutos que cabiam ao Vitorino, aliás Tino, e deixou-o desatinar por uns longos 15 minutos, mais do que aquilo que a maioria esmagadora das figuras de proa do partido tiveram direito. No final, o Tino desembestou para a tribuna e atropelou com abraços - aliás embevecidamente recebidos - o líder António

Guterres, o presidente da mesa Almeida Santos e todos os que apanhou nas imediações, tudo sob os aplausos delirantes de um Congresso em pé. Sentados, ou talvez de cócoras, ficaram apenas o bom senso e a seriedade.

Tino II

Perante tal espectáculo, os órgãos de Comunicação Social atiraram-se vorazmente ao Tino Covilhão que, obviamente, levou a coisa à letra e considerou o caso como o natural reconhecimento do seu talento. «Desculpem lá, mas vocês é que não conheciam o Tino!», condescendeu ele, banhado de felicidade, para os repórteres que o assediaram de atracção, e rematando: «A partir de hoje o Tino não é um político de Rans, não é um político de Penafiel, não é um político do Porto, não é um político do Norte, é um político do País!»
É, pelo menos e com toda a certeza, «um político do PS» - afinal de contas, um partido que também sofre de dupla personalidade, né?!...

Tino III

É claro que os jornalistas que assistiram a tal entremez perceberam, de imediato, que estava ali o próprio paradigma do 11.º Congresso do PS. E cedo descobriram novos e insuspeitados Tinos na magna reunião do PS. Ele foi o Manuel Alegre da «moção de esquerda» que atinou rapidamente no regaço piedoso do secretário-geral, ele foi o António Vitorino a citar um demagogo imperialista como o presidente Kennedy para dar uma «nota de esquerda», ele foi a alteração aos estatutos sem qualquer votação ou mera inscrição na ordem de trabalhos, ele foi o folclore frenético para disfarçar o deserto de ideias, ele foi a burla tentada de apresentar Mário Soares como uma «candidatura suprapartidária» ao Parlamento Europeu, quando não é uma coisa nem outra, ele foi a utilização pimba da marcha «Pompa e Circunstância» de Elgar no momento exacto em que Guterres proferia o nome de Mário Soares, e por aí fora, etc., etc.

Um desatino, este PS de António Guterres. O que é lógico: está povoado de Tinos...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Carnaval Ninguém leva a mal

Quando alguém a alguém quer bem a antiga lei saberá: todo o prazer que se tem vem do prazer que se dá

Cama desfeita onde a gente dormiu a noite passada lembra-me a cinza ainda quente de uma lareira apagada.

Da minha janela à tua vai um salto de cabrito. Não queres? Olha o desgosto. Hás-de cá vir. Tenho dito.

Muita vez amor se chama ao lume que arde num gesto. Anda comigo para a cama que em lá estando eu conto o resto.

Que andar! Que jeito lascivo! Tuas pernas, minha amada, são aquele aperitivo que se toma antes da entrada.

As ondas do mar rolando não têm mais sal, isso não, que ao que me obrigas chorando sem dó da minha tensão.

Homem, mas que pressa a tua! Amar é saborear. Só há luar porque a lua não tem pressa de chegar.

Anda sempre a noite escura ligada à função do amor. A noite, sem sol, procura outra fonte de calor.

Tu és a água. Sem mágoa eu sou o fogo. Mas logo que eu tombo, na água inda mais se ateia o fogo!

Pecados que foram meus! Quando o amor chegou ao cabo chorando eu disse-te adeus! Tu respondeste: ao diabo!

Quando é que nasce o amor ninguém o sabe dizer mas seja a hora em que for é sempre a hora de ser.

No amor em trânsito perde às vezes, mal avisado, quem avança ao sinal verde e pára no encarnado.

Às vezes quando acontece acontece uma semente. Se está certo, o linho tece se o linho não tece, mente.

Eu conheço uma madama caridosa até mais nem. Às vezes reparte a cama só para fazer o bem.

Da minha janela à tua vai um salto de marfim. Mergulho pelo mar adentro não acho nesse mar fim.

Se quem apeetece, aquece, eu só te posso dizer que contigo até parece às vezes que fico a arder.

Nos três versos bailam fintas dos quatro que a quadra tem. Talvez só no quarto sintas como eu te quero bem.

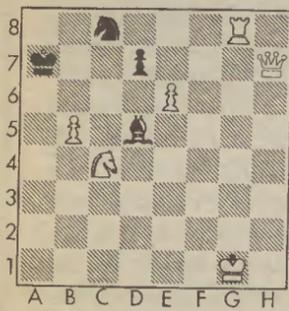
Não temas, vá. Um jeitinho. Por que é que te pões vermelha? Eu meto devagarinho o brinquinho na orelhal

Namora a moça um velhinho. Não há razão mais segura. O velho fica verdinho a moça fica madura.



XADREZ

DCXCIV - 11 DE FEVEREIRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X05
Por: J. Hartong & M. Niemeijer
«Problem» - 1957
Pr.: [4]: Pd7 - Cc8 - Bd5 - Ra7
Br.: [6]: Ps. b5, e6 - Cc4 - Tg8 - Dh7 - Rg1



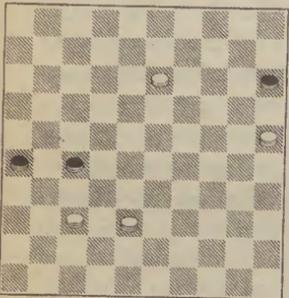
Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X05 [J.H. & M.N.]
1. e: d7!, B:g8; 2. d:c8=D+, B:h7; 3. b6#
1.... Bf7; 2. d: c8=T, Rb7; 3. D:f7#
1.... Bb7; 2. d:c8=B-; 3. D:b7#
1.... B:c4; 2. d:c8=C+; 3. Da7#

A. de M. M.

DAMAS

DCXCIV - 11 DE FEVEREIRO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D05
Por: P. Hollenberg - 1974 - Harlem [NL]
Pr.: [3]: 15-26-27
Br.: [4]: 13-25-37-38



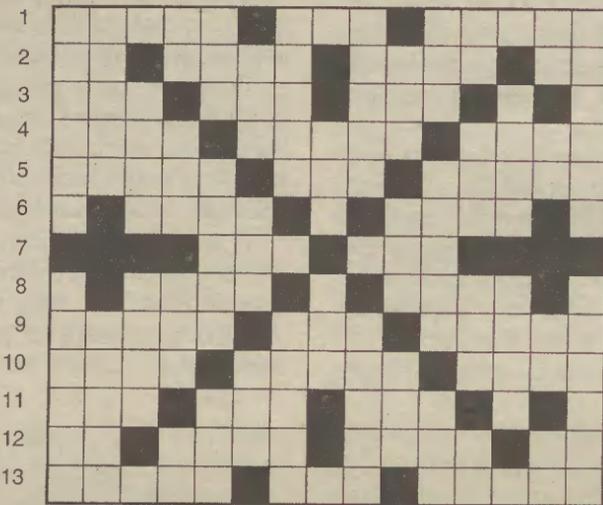
Branças jogam e ganham

Corrigenda

N.º 1999D02 - Em 48 é Dama branca.
N.º 1999D03 - Sol.: 1. 14-10, (x); 2. 10-5=D...
SOLUÇÃO DO N.º 1999D05 [P. H.]
1. 13-8!, (27-31); 2. 8-2=D, (31x33); 3. 2-24!, (33-39); 4. 25-20!+
1.... (15-20); 2. 25x14, (27-31); 3. 37-32, (31-36); 4. 8-3=D, (36-41); 5. 3-8, (26-31); 6. 8-26, (31-36)*; 7. 14-10!, (41-47); 8. 32-27, (47x31); 9. 26x37+
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Armadura que os cavaleiros usavam sobre a roupa e que os defendia de certos golpes dos adversários (pl.); grande quantidade; vara comprida de madeira, com uma extremidade chata, para impelir, na água, pequenas embarcações (pl.). 2 - Astatino (s.q.); reservatório com ar rarefeito, onde as colheitas verdes se guardam comprimidas, para sofrerem fermentação e depois servirem de forragens; ajustar (ant.); mofo. 3 - Açucena; pedra de moinho (pl.); muitos (fig.). 4 - Ouvidos (pref.); vestimenta de mulher indiana (pl.); guisado de carne (bras.). 5 - Pano preparado para a pintura (pl.); estudas; equilibra-se no ar. 6 - Elevar; calca com os pés. 7 - O bagaço da uva com que se faz água-pé; universalidade (pref.). 8 - Inchar; rochedos (bras.). 9 - Abertura num fruto para ver se está maduro (pl.); sinal ortográfico para indicar que é nasal a vogal sobre a qual se coloca; relativo a ovelha ou a carneiro. 10 - Estimar muito; cessar o movimento; idades. 11 - Bigorna de ourives; parceiro; braço de rio. 12 - Pref. indicativo de movimento, direcção, junção, etc.; oração; eleger; basta. 13 - Fruto comestível, produzido pelas romãzeiras (pl.); transpira; claridade indecisa que precede a aurora (pl.).

VERTICAIS: 1 - Dívida não paga por falta de vontade ou má-fé; respeitar. 2 - Inflamação dos ouvidos; querido. 3 - Planta do pé; carta ou documento escrito numa só folha (pl.). 4 - Arsénio (pl.); ilha do arquipélago de Cabo Verde; conjunto de duas pessoas; batráquio. 5 - Consentimento; compartimento principal de uma casa (pl.); segmento distal do membro inferior do homem que se articula com a extremidade inferior da perna (pl.). 6 - Espécie de pão doce (pl.); gracejar; tranquilidade pública. 7 - Campo plantado com roseiras; desarranjo mental (fig.) (pl.). 8 - Animal para abate; título nobiliárquico inglês. 9 - Elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de ramo (pl.); embrião que se torna livre, abandonando normalmente os invólucros ovulares, ou o organismo progenitor. 10 - Infames; progenitor; curso natural de água. 11 - Rim (ant.); franguinho; fruto da ateira. 12 - Érbio (s.q.); chefe etíope; nome de m. ulher; o mais (ant.). 13 - Suplemento de vela latina; destino. 14 - Suf. de agente; grama (abrev.); laço apertado; Tântalo (s.q.). 15 - Colocar; parte posterior do tronco humano.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 - Cotas; torç; remos. 2 - Alt; silo; avir; n. 3 - Lis; mds; mil. 4 - Olos; sants; raga. 5 - Telas; les; par. 6 - Alar; pias. 7 - Lis; pas. 8 - Celas; th; ovho. 10 - Amr; par; anos. 11 - Tas; part; na. 12 - Ad; reza; vola; ta. 13 - Romas; suq; suq; suq; suq. 14 - Rf; pinto; ata. 15 - Er; rás. 16 - Rosal; taras. 8 - Rosal; taras. 10 - Rosal; taras. 11 - Rosal; taras. 12 - Rosal; taras. 13 - Rosal; taras. 14 - Rosal; taras. 15 - Rosal; taras.

AGENDA

Assembleias e reuniões

PORTO

Reunião regional de quadros dirigentes sindicais, delegados, membros de CTs e activistas dos sectores profissionais
Sábado, dia 13, às 14h30, no CT da Boavista com a participação de Jerónimo de Sousa

COIMBRA

Plenário concelhio de militantes sobre a situação política e eleições em 99
Sexta, 12, 21h30, no Centro de Trabalho, com a participação de Sérgio Teixeira

LISBOA

Plenários de células do Sector Público, preparatórios da V Assembleia do Sector (a realizar em 27 de Fevereiro): das células da Portugal Telecom e do SINTTAV -
Quinta-feira, 18, às 18h30 no CT Vitória - e da célula da EDP - no mesmo dia e hora, mas no CT da Av. Duque de Loulé

VILA NOVA DE GAIA

Assembleias preparatórias da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia: da freguesia de Crestuma (sábado, 13, 21h30, na Junta de Freguesia local) e das freguesias de Lever e Sandim (Quinta-feira, 19, 21h30, na Junta de Freguesia de Lever)

OEIRAS

Reunião de militantes e simpatizantes que trabalham nas empresas gráficas do concelho de Oeiras para discussão da situação que se vive no sector: Sábado, 13, às 15h30, no Centro de Trabalho de Algés.
Reunião dos militantes e simpatizantes que trabalham na Lusalite sobre o processo especial de recuperação da empresa que acaba de ser aprovado em tribunal: Quinta-feira, 18, às 18h, no CT de Algés.

5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE SETÚBAL - 20 Fevereiro 1999

Assembleias plenárias preparatórias

ALCOCHETE

Freguesia de S. Francisco - Sexta, 12, 21h, na Escola

BARREIRO

Célula dos Trabalhadores da Câmara - Quinta, 11, 17h30, no CT Concelhio

Célula da Função Pública - Sexta, 12, 18h, no CT do Barreiro

Santo António - Sábado, 13, 15h, no CT da Freguesia

MOITA

Freguesia da Moita - Sábado, 13, 16h, no CT da Freguesia

MONTIJO

Freguesia de Sarilhos Grandes - Sábado, 13, 21h, no CT local

Freguesia de Afonsoeiro - Sexta, 12, 15h30

Freguesias de Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões

- Sábado, 13, 15h30, em casa da cam. Adélia

Freguesia de Montijo, Caneira, Sector Saúde e outros

- Sábado, 13, 15h30, no CT do Montijo

PALMELA

Freguesia da Marateca - Sexta, 12, 21h30, na Loja Nova (em Cajados)

SETÚBAL

Freguesia da Gâmbia/Pontes/Alto da Guerra - Domingo, 14, 15h, na Coop. de Habitação das Pontes

S. Lourenço - Domingo, 14, 21h

1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO

Reuniões e assembleias preparatórias

• Distrito de BEJA

- Beja
- Neves - Sexta, 12, 21h
- Mombeja - Sábado, 13, 16h
- Beringel - Sábado, 13, 15h30
- Trigaches - Sábado, 13, 17h30
- Baleizão - Sábado, 13, 16h
- Quintos - Sábado, 13, 18h
- Salvada - Sábado, 13, 16h
- Cabeça Gorda - Sábado, 13, 16h

Castro Verde

- Castro Verde - Quinta, 11, 20h30, no CT
- Sta. Bárbara - Sexta, 12, 20h
- Entradas - Segunda, 15, 20h, na Casa do Povo

Cuba

- Vila Ruiva - Sexta, 12, 20h, no Centro de Dia
- Vila Alva - Quinta, 18, 20h30, no Centro Cultural

Mértola

- Mina de S. Domingos - Sábado, 13, 15h, no CT
- Mértola - Sábado, 13, 15h, no CT

Ourique

- Aldeia de Palheiros - Sábado, 13, 16h
- Santa Luzia - Sábado, 13, 18h, na Casa do Povo

- Garvão - Sábado, 13, 20h, na JF

Serpa

- Pias - Sábado, 13, 15h, na Casa do Povo

• Distrito de ÉVORA

Évora

- Sector de Serviços: Quinta, 11, 20h30, no CT
- Freguesia da Malagueira - Sexta, 12, 21h, no CT
- Freguesia de N.ª Sra. da Tourega - Sexta, 12, 21h, na Casa do Povo de Valverde
- Freguesia de Canaviais - Sexta, 12, 21h, na Casa do Povo
- Freguesia de Bacelo - Sábado, 13, 15h, no Restaurante Galhetas
- Freguesia de S. Miguel de Machede - Sábado, 13, 16h30, na Casa do Povo

Portel

- Freguesia de Santana - Sábado, 13, 20h30, na Cooperativa de Consumo

Montemor-o-Novo

- Célula da Câmara Municipal - Quinta, 11, 20h30, no CT
- Militantes da Maia - Sexta, 12, 20.30, no Centro Cultural
- Fazendas do Cortiço - Sexta, 12, 20h30, no Posto Médico



PORTUGAL > 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA

PCP

Sexta-feira, 12 de Fevereiro

Liberdade e jornalismo

- debate com a participação de José Casanova, Rogério Rodrigues, Fernando Paulouro, António Abrunhosa

Castelo Branco, Salão da Junta de Freguesia - 21 h

Sexta-feira, 12 de Fevereiro

Para uma política de esquerda

- debate com a participação de António Féu, Carlos Luís Figueira, Edgar Correia, Miguel Portas

Faro, Sala da Assembleia Distrital - 21.30 h

Porto
Ciclo de debates

A JCP em luta por um emprego com direitos

- «AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU»
- debate com Jerónimo de Sousa
CT da Boavista, Sábado, 13 às 18h

JCP prepara 6.º Congresso
Plenários e iniciativas públicas

- Debate sobre Defesa Nacional em Coimbra - no bar do Teatro Gil Vicente, Quinta-feira, 11, às 21h30
- Reunião do colectivo da Figueira da Foz - no CT do PCP, Domingo, 12
- Reunião do colectivo distrital do Secundário de Castelo Branco - no CT de Covilhã, Domingo, 14 às 15h
- Reunião do colectivo distrital do Secundário de Coimbra - Sábado, 13

68.º aniversário do "Avante!"



- Jantar comemorativo em Castelo Branco (Rest. Xê-NU) com a participação de José Casanova - Sexta, 12, às 19h30

- Jornada de divulgação e venda do "Avante!" no concelho do Seixal

Quinta-feira - Mercado da Torre da Marinha (9h), Kansas e Parque Industrial de Sta. Marta de Corroios (12h), Indelma e Parque Industrial de Casal do Marco (15h30), Terminal dos Barcos (17h)

Sexta-feira - Largo da Cruz de Pau (17h)

Sábado - Bancas nos Mercados de Casal do Marco, Torre da Marinha, Seixal, Corroios, Cruz de Pau, Fernão Ferro

Sessão-debate com José Casanova

no Centro de Trabalho da Amora

- Sábado, 13, às 15h

78.º Aniversário do PCP
25 Anos do 25 de Abril

- ALMOÇO COMEMORATIVO • na Quinta da Valenciana promovido pela Com. Concelhia do Seixal com a participação de Álvaro Cunhal

Dia 7 de Março, às 13h - Inscrições: Tel. 2216952

Ementa: Aperitivos, sopa, 2 pratos (bacalhau assado no forno e carne de porco à portuguesa), vinhos branco e tinto, licor ou whisky, espumante, sobremesa, café

Festa de Carnaval em Seia

no Centro de Trabalho promovida pela Comissão Concelhia do PCP

- Petiscos serranos - Artesanto da região
- Noite de Carnaval - Sábado, dia 13

TELEVISÃO

Quinta, 11

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 10.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.55 Esmeralda
 - 15.40 Chiquititas
 - 16.25 O Amigo Público
 - 18.15 País País
 - 19.00 País Regiões
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 As Lições de Tonecas
 - 21.35 Grande Entrevista
 - 23.25 Anúncios de Graça
 - 00.05 24 Horas

Sexta, 12

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 10.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.55 Esmeralda
 - 15.40 Chiquititas
 - 16.35 O Amigo Público
 - 18.15 País País
 - 19.00 País Regiões
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Uma Casa em Fancos
 - 22.00 Jet Set
 - 22.30 Serviço de Urgência
 - 23.35 24 Horas

Sábado, 13

- RTP 1**
- 08.00 Infantil/Juvenil
 - 12.00 Made in Africa
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Top+
 - 15.05 Saber & Fazer
 - 15.35 Amigos
 - 16.15 O Rapaz e o Mundo
 - 16.45 Primeira Vez
 - 18.05 Estrada Viva
 - 18.40 Santa Casa
 - 20.00 Telejornal
 - 20.55 Futebol: Guimarães-Porto
 - 23.25 Miguel Ângelo ao Vivo
 - 00.35 Carnaval
 - 01.15 24 Horas
 - 01.55 Por Favor Não me Morda o Pescoco
- (de Roman Pollanski, EUA/1967, com Jack McGowan, Roman Polanski, Alfie Bass, Sharon Tate. Ver Destaque)

Domingo, 14

- RTP 1**
- 08.00 Infantil / Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Made in Portugal
 - 15.30 O Leão da Estrela
- (de Artur Duarte, Port./1947, com António Silva, Milú, Maria Eugénia, Erico Braga, Laura Alves, Curado Ribeiro. Comédia)
- 17.00 Max
 - 18.50 Casa Cheia
 - 20.00 Telejornal
 - 20.50 Débora
 - 21.25 Papá para Sempre
- (de Chris Columbus, EUA/1993, com Robin Williams, Sally Field, Pierce Brosnan, Harvey Fierstein, Polly Holliday. Ver Destaque)
- 23.45 Domingo Desportivo
 - 01.15 Perigo Iminente
 - 02.10 24 Horas

Segunda, 15

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 10.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 15.00 Carnaval Atlântico
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Carnaval Atlântico
 - 03.00 RTP/Financial Times

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.40 Rumo ao Sul
 - 16.35 O Nosso Charly
 - 17.30 Madeira
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 20.35 A Ponte de Brooklin
 - 21.00 Portugalmente
 - 21.30 Remate

Terça, 16

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 10.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Max
 - 16.00 O Amigo Público
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Cromos de Portugal
 - 21.35 Herman 99
 - 23.35 A Guerra Fria
 - 00.35 24 Horas
 - 01.25 Seaquest, Brigada Submarina

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.40 Monty Python e o Cálice Sagrado
- (Longa-metragem dos Monty Python. Comédia)
- 17.30 Euronews

Quarta, 17

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 10.30 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.55 Esmeralda
 - 15.40 Chiquititas
 - 16.30 O Amigo Público
 - 18.15 País País
 - 19.05 País Regiões
 - 19.15 Os Lobos
 - 20.00 Telejornal
 - 21.00 Diário de Maria
 - 22.05 Três Amigos
- (de John Landis, EUA/1986, com Chevy Chase, Steve Martin, Martin Short, Alfonso Arau. Comédia)
- 00.10 24 Horas

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.40 Derrick



Esta semana Maria João Seixas traz ao nosso conhecimento uma curiosa incursão ao corpo da Mulher feita pela finlandesa Kitti Luostarinen: domingo às 11 da noite na RTP2

- 00.35 Os Cavalos de Justin Morgan
- (de Hollingsworth Morse, EUA/1972, com Don Murray, Lana Wood. Aventuras)

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.35 Quando Danço Contigo
- (de Charles Walters, EUA/1948, com Judy Garland, Fred Astaire, Ann Miller, Peter Lawford. Ver Destaque)
- 17.30 Euronews
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 20.10 Eu, César
 - 21.00 Portugalmente
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.55 Rio Bravo
- (de Howard Hawks, EUA/1958, com John Wayne, Dean Martin, Angie Dickinson, Ricky Nelson, Walter Brennan. Ver Destaque)
- 01.15 CIA - Os Guerreiros Secretos da América

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Fátima Lopes
 - 17.00 Camilo
 - 17.30 Meu Bem Quer
 - 19.00 Pecado Capital
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.05 BBC - Vida Selvagem
 - 21.40 Torre de Babel
 - 23.15 Esta Semana
 - 01.00 Da Terra à Lua
 - 02.05 Último Jornal
 - 03.00 Vibrações

- TVI**
- 09.00 S.O.S. Urgências
 - 09.45 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.30 Fascinação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Serras Azuis
 - 15.05 Mulher Perigosa
 - 16.00 Animação
 - 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 - 19.00 Marés Vivas
 - 20.00 Heróis por Acaso
 - 21.00 Directo XXI
 - 22.00 Terra, Conflito Final
 - 23.00 Experiência para Além da Morte
- (de de Piers Haggard, EUA/1993, com Corin Nemec, Donald Sutherland, Mimi Kuzyk. Fantástico)
- 01.00 Picar o Ponto
 - 01.50 O Mundo do Futebol
 - 02.20 PSI Factor

- 00.25 Máquinas
- 00.55 Tempo de Crime
- (de George Sluizer, EUA/1996, com Stephen Baldwin, Sadie Frost, Pete Postlethwaite, Geraldine Chaplin. «Thriller»)
- 02.10 NBA

- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.40 A Terra
 - 16.35 Encontros Imediatos
 - 17.30 Euronews
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 - 20.15 O Sonho Americano
 - 21.05 Portugalmente
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 Acontece
 - 22.50 Noites Brancas
- («Tepsichore Captives», documentário e «Sapatos Vermelhos», longa-metragem de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1948, com Anton Walbrook, Moira Shearer, Marius Goring, Ludmilla Tcherina. Ver Destaque)

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Fátima Lopes
 - 17.00 Camilo
 - 17.30 Meu Bem Quer
 - 19.00 Pecado Capital
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
 - 21.30 Ponto de Encontro
 - 22.30 Torre de Babel
 - 23.50 Donos da Bola
 - 02.30 Último Jornal

- TVI**
- 09.00 S.O.S. Urgências
 - 09.45 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.30 Fascinação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Serras Azuis
 - 15.05 Mulher Perigosa
 - 16.00 Animação
 - 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 - 19.00 Marés Vivas
 - 20.00 Heróis por Acaso
 - 21.00 Directo XXI
 - 22.00 Primeira Vaga
 - 23.00 Cego de Vingança
- (de Anthony Hickox, EUA/1994, com C. Thomas Howell, Joan Severance, Marshall Bell. Drama)
- 01.00 Picar o Ponto
 - 01.50 Adeus África
- (de Michael Radford, EUA/1987, com Greta Scacchi, Charles Dance, John Hurt, Jacqueline Pearce. Ver Destaque)
- 03.45 PSI Factor

- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Sem Fronteiras
 - 13.00 Cidade Louca
 - 13.30 Dinheiro Vivo
 - 14.00 Reforma Fiscal
 - 15.00 Desporto 2
 - 19.05 2001
 - 19.35 Os Simpsons
 - 20.00 Horizonte
 - 20.50 Caminho das Estrelas
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.35 O Lugar da História
 - 23.35 Allô, Allô!
 - 00.05 Crimes do Pior
 - 00.35 Smith e Jones
 - 01.00 O Amante
- (de Jean-Jacques Annaud, Fr./Gr.Br./1991, com Jane March, Tony Leung, Frédérique Meininger, Lisa Faulkner. Drama)

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 11.55 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Hércules e o Círculo de Fogo
- (de Doug Lefer, EUA/1994, com Kevin Sorbo, Anthony Quinn, Tony Kitaan. Aventuras)
- 16.00 Big Show Sic
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Mundo VIP
 - 22.00 Ai os Homens!
 - 23.15 Mulher
 - 00.15 Afrodísia
 - 00.45 A Rosa Púrpura do Cairo
- (de Woody Allen, EUA/1985, com Mia Farrow, Jeff Daniels, Danny Aiello, Dianne Wiest. Ver Destaque)
- 02.50 Último Jornal

- TVI**
- 09.00 S.O.S. Urgências
 - 09.35 Animação
 - 13.30 Desporto
 - 14.55 Acção em Acapulco
 - 15.45 O Castelo do Amor
- (de Charles Jarro, EUA/1995, com Patsy Kensit, Simon MacCorkindale, Cynthia Dale. Drama)
- 17.25 Fuga Diabólica
- (de Wayne Crawford, EUA/1995, com Wayne Crawford, Ashley Laurence, Daniel Quinn. Drama)
- 19.00 Anjinho Papudo
- (de Bryan Gordon, EUA/1995, com Josh Charles, John Goodman, Anne Heche. Comédia)
- 21.00 Directo XXI
 - 22.00 Resgate à Margem da Lei
- (de Richard Colla, EUA/1993, com James Russo, Mariel Hemingway, Andrew Masset. «Thriller»)
- 24.00 A Teia Assassina
- (de Gail Harvey, EUA/1995, com Adam Baldwin, Ben Cross, Shannon Teed. «Thriller»)
- 02.00 PSI Factor

Weimar, que é este ano Capital Europeia da Cultura, prepara-se para homenagear os seus poetas mortos - em primeiro lugar os que foram martirizados em Buchenwald. Sábado à noite em «O Lugar da História»



O jovem Charlot em duas preciosidades de 1915, a anteceder o retrato de Steve McQueen, outro grande actor prematuramente desaparecido. Domingo ao fim da tarde, RTP2 («Onda Curta» e «Artes e Letras»)

- 16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Desporto - Hóquei em Patins
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Zoom



«Evita», com Faye Dunaway, uma repetição há muito anunciada, reparece na programação de domingo da RTP2

- 23.45 Carlos Cruz
- 00.45 Dharma e Greg

- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Jogo Falado
- 23.50 Nash Bridges

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Fátima Lopes
 - 17.00 Buérré
 - 17.30 Meu Bem Quer
 - 19.00 Pecado Capital
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Torre de Babel
 - 22.00 Roda dos Milhões
 - 00.15 Carnaval do Rio
 - 02.45 Último Jornal
 - 03.50 Vibrações

- TVI**
- 09.00 S.O.S. Urgências
 - 09.45 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.30 Fascinação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Serras Azuis
 - 15.05 Mulher Perigosa
 - 16.00 Animação
 - 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 - 19.00 Sherlock, o Cão Detetive
- (de Richard Harding Gardner, EUA/1994, com Benjamin Eron, Brynne Cameron, Anthony Simmons. Comédia)
- 20.00 Heróis por Acaso
 - 21.00 Directo XXI
 - 22.00 A Justiceira
 - 23.00 Chantagem e Sedução
- (de Lou Diamond Phillips, EUA/1994, com Kate Vernon, Lou Diamond Phillips. Drama)
- 01.00 Picar o Ponto
 - 02.35 PSI Factor

- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 Lobos à Nossa Porta
- 21.05 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 The Crown and the Country
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 A Noite com Jools Holland

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 11.00 As Loucuras de Hong Kong
 - (Longa-metragem)
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 13.40 Carnaval de Alcobaça
 - 15.40 Tarantela
- (Longa-metragem)
- 17.30 Carnaval do Rio
 - 17.30 Meu Bem Quer
 - 18.45 Pecado Capital
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Médico de Família
 - 22.00 Torre de Babel
 - 23.15 Casos de Polícia
 - 00.15 Balada de Nova Iorque
 - 01.15 Toda a Verdade
 - 02.20 Último Jornal
 - 03.15 Vibrações

- TVI**
- 09.00 S.O.S. Urgências
 - 09.45 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.30 Fascinação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Serras Azuis
 - 15.05 Mulher Perigosa
 - 16.00 Animação
 - 19.00 North, o Puto Maravilha
- (de Rob Reiner, EUA/1994, com Bruce Willis, Dan Aykroyd, Jon Lovitz, Kathy Bates, Kelly McGillis)
- 21.00 Directo XXI
 - 22.00 Eddie
- (de Steve Rach, EUA/1996, com Whoopy Goldberg, Frank Langella, Dennis Farina, Richard Jenkins. Comédia)
- 24.00 A Última Dose
- (de Sondra Locke, EUA/1992, com Richard Thomas, Tess Harper, Glynnis O' Connor. Drama)
- 02.15 Picar o Ponto
 - 02.55 Feedback

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Juiz Decide
 - 15.00 Fátima Lopes
 - 17.00 Buérré
 - 17.30 Meu Bem Quer
 - 19.00 Pecado Capital
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.05 Conversa da Treta
 - 21.30 Cantigas de Mal Dizer
 - 22.30 Torre de Babel
 - 23.45 48 Horas
- (Longa-metragem de Walter Hill. Acção)
- 02.10 Último Jornal
 - 03.05 Vibrações

- TVI**
- 09.00 S.O.S. Urgências
 - 09.45 TVI Jornal
 - 10.00 Animação
 - 12.30 Fascinação
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Serras Azuis
 - 15.05 Mulher Perigosa
 - 16.00 Animação
 - 18.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 - 19.00 Marés Vivas
 - 20.00 Heróis por Acaso
 - 21.00 Directo XXI
 - 22.00 Perseguição Diabólica
- (de Andrew Davis, EUA/1996, com Keanu Reeves, Morgan Freeman, Rachel Wisz. «Thriller»)
- 24.00 Ally McBeal
 - 01.00 Picar o Ponto
 - 01.55 Lanterna Mágica
 - 02.20 PSI Factor

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Quando Danço Contigo

(Quinta, 15.45, RTP2)

Com um Fred Astaire a regressar aos estúdios e à dança após uma quase retirada de cena, esta comédia musical esteve para ser realizada por mestre Minnelli e protagonizada por Gene Kelly (se não fora uma perna partida). Talvez estes contratemplos tenham obscurecido, de certa maneira, o potencial brilho do filme. Mas as canções de Irving Berlin, na voz de Judy Garland, e a excelência de Astaire (coreografado por Gene Kelly) fazem o resto.



Um fotograma de «Sapatinhos Vermelhos», um célebre filme de Michael Powell e Emeric Pressburger



Sharon Tate e Roman Polansky, numa cena de «Por Favor não me Morda o Pescoço»

Rio Bravo

(Quinta, 22.50, RTP2)

Aí está, sem dúvida, um dos dois ou três mais impressionantes westerns da História do Cinema, este realizado por Howard Hawks. As cenas de tiro são concisas até mais não. Mas o mais belo do filme (para além da reabilitação do ébrio Dude - uma espantosa interpretação de Dean Martin) é a ideia da sedução, ou seja, para empregar as palavras de Alain Paucard, «a arte, que a mulher tão bem domina, de fazer crer que foi a escolhida» (neste caso Angie Dickinson...). Claro que, como sempre, em primeiro plano está o carisma de John Wayne.

Os Sapatos Vermelhos

(Sexta, 22.55, RTP2)

Podia ser um melodrama insuportável, mas o mérito dos realizadores (a famosa dupla Powell-Pressburger) foi o de terem transformado os rodriquinhos desta história num espectáculo emocionante, baseado sobre a fantasia e o imaginário. E o desvio operado nos clichés é de tal monta que nos sentimos literalmente apanhados pelas imagens, sem esquecer o lado coreográfico indissociável da obra. E que dizer da cor e da mobilidade da câmara?

Adeus África

(Sexta, 01.45, TVI)

Em 1940, Sir Broughton e a sua jovem esposa instalam-se no Quênia, onde os espera uma sociedade depravada. Um belo oficial, Joss Erroll, seduz Diana Broughton e o caso explode à luz do dia, mas eis que ele é encontrado assassinado na sua viatura. Inculgado, Sir Broughton vai ser julgado mas suicida-se e Diana acaba por casar-se com um colono insípido, mas rico. Eis, a partir de um caso verídico, uma riquíssima pintura da sociedade colonial inglesa no Quênia, num filme intrigante que confirma o talento do realizador - Michael Radford.

Por Favor não me Morda o Pescoço

(Sexta, 01.55, RTP1)

Considerado um dos melhores filmes de sempre dedicado ao vampirismo, é interessante que Polanski tenha escolhido o tom da sátira para melhor construir esta inteligente mescla da comédia com o filme de terror. O argumento parte dos esforços de investigação levados a cabo pelo professor Abronius e pelo seu jovem assistente Alfred - na realidade, um dueto bem desastrado e idiota - que se deslocam a uma aldeia da Transilvânia para aí verificarem a existência dos vampiros, até que, na tentativa de seguir o rasto da bela filha de um estalajadeiro, vão parar ao castelo do conde von Krolock, onde nessa noite são surpreendidos pelo baile anual dos vampiros... Enfim, uma obra-prima de um brilhante realizador europeu.

A Rosa Púrpura do Cairo

(Sábado, 00.45, SIC)

Uma jovem mulher - cuja existência é tão vazia quanto as esperanças frustradas da época de Depressão - encontra o refúgio para os seus ilusórios sonhos na impossível paixão que nutre pelo «herói» principal de um filme que ela consecutivamente vê na sala escura de um cinema de bairro. E eis que o sonho se torna realidade. Eis que, um belo dia, o seu «cavaleiro andante», finalmente incapaz de escapar ao intenso olhar daquela solitária espectadora, nela repara também e sai da tela para ir cair nos seus braços... O resto, é conhecido de sobra, mas não se sabe que mais admirar neste filme de Woody Allen: se o supremo amor do realizador pelo cinema; se esse verdadeiro golpe de génio que é fazer contrastar o mundo da fantasia e da aventura (representado a preto-e-branco, na tela) com o mundo vazio de esperança e substância (mas representado a cores!, na vida real); se a espantosa e progressiva desilusão da nossa apagada mas emocionante heroína das agruras diárias, perante a «realidade» insípida (e, dir-se-ia, continuamente imaterial) desse ser vindo do celulóide e tornado um «corpo estranho» que afinal é impossível amar - levando-a a optar pelo regresso à resignada realidade de todos os dias. Interpretações fabulosas de Mia Farrow e, sobretudo, de Jeff Daniels, num filme a não perder. Mais uma vez.

Os Ricos e os Pobres

(Domingo, 17.40, SIC)

Um dos mais tragáveis filmes protagonizados por Eddie Murphy, habitualmente entregue a idiotices sem nome. Além do mais, a história é um «achado», na forma como se constitui em verrinosa crítica ao mundo da alta finança norte-americana. John Landis faz aqui uma curiosa paródia às comédias de Frank Capra ou de Preston Sturges, mas invertendo as habituais coordenadas morais. E atenção: não percam a primeira aparição de Murphy, a interpretação de Denholm Elliott no papel do mordo-



Dan Akroyd e Eddie Murphy, em «Os Ricos e os Pobres», de John Landis

mo, as T-Shirts de Jamie Lee Curtis (!) durante todo o filme e, no fim, o gorila-gay!



Robin Williams, ao centro (!), em «Papá para Sempre», um filme de Chris Columbus

CABO & SATÉLITE

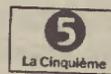
Um aniversário bem comemorado

O canal Muzzik, responsável por tantas noites (e dias) de boa música está a comemorar o seu terceiro ano de existência. Assim, na semana que começará em 15 do corrente e irá até 21, o canal dividirá o período nobre da sua emissão em vários períodos temáticos cuja configuração é a seguinte: às 17 horas, vai para o ar o Magazine All, que se debruçará sobre a actualidade da música clássica e do jazz; às 18 horas, Visages du Monde utiliza a música como forma de conhecer países de várias regiões do mundo; às 19 horas será a vez da música contemporânea, no programa Les Visages de la Création; uma hora mais tarde, às 20 horas, haverá um espaço para a transmissão de programas inéditos; e, finalmente, terminará este período da noite a emissão intitulada Voix Autour de Minuit.

(Muzzik, de Segunda a Domingo, na próxima semana, a partir das 17 horas)

Um jornal que segue os criadores

Lá como cá, nem sempre os horários são os mais convenientes: mesmo com a diferença de fusos horários, as 09.30 de França (equivalentes às nossas 08.30), ainda por cima de Domingo (!) não são propriamente horas para se falar dos



La Cinquième

Foto de Donald McGullin



criadores e das suas obras de arte. Mas, enfim, há sempre o videogravador para dar uma ajuda. Ora acontece que La Cinquième, vem transmitindo todas as semanas uma espécie de jornal televisivo cuja finalidade é acompanhar, na maior das calmas e descontração, artistas de várias especialidades no acto de criar e, até, no acto de falhar enquanto criam - um aspecto que transmite maior sabor aos documentários. A acompanhar. (La Cinquième, Domingos, das 08.30 às 09.00)

Um fotógrafo de guerra

São vários os fotógrafos profissionais que se têm distinguido pelo trabalho jornalístico que desenvolvem nas várias paragens onde os dramas da guerra continuam a estalar - e não propriamente naquela «cómoda» situação em que, da varanda de um hotel cinco estrelas (e depois de uma tarde passada na piscina) descrevem para as câmaras de TV, em plena Bagdad, os «bombardeamentos cirúrgicos» de americanos e britânicos sobre a capital do Iraque. Um desses fotógrafos é Dan Eldon da Agência Reuters, que morreu vítima de um assassinato na Somália e que, junto com outros colegas de profissão, é o objecto de um documentário, intitulado «A Vida por uma História», a transmitir pelo canal Odisseia. (Odisseia, Terça, das 21.30 às 23.00)



odisseia

Breve introdução ao pré-fascismo

Passava eu pelos diversos canais do televisor quando, na RTP 1, dei de caras com uma rubrica relativamente recente e que olhara poucas vezes: «Primeira vez». Fiquei para ver. «Primeira vez» é uma rubrica juvenil, o que a recomenda especialmente à atenção de quem queira saber o que a TV portuguesa anda a fazer das pessoas, isto é, do País, e é da responsabilidade de Rita Ferro Rodrigues, de quem eu vira no «Portugalmente» duas ou três intervenções no mínimo prometedoras. Naquele momento, o que estava a acontecer em «Primeira vez» era uma entrevista em estúdio, com Rita como perguntadora e um jovem de calvície já mais que incipiente como perguntado. Em volta, uma escassa dúzia de outros jovens, como que em simbólica representação da juventude do País inteiro, escutava com aparente avidez. Mais tarde cada um dos presentes faria perguntas ou daria opinião, mas isso seria numa outra fase.

O tema era a política, e por

ria-se com a mais terminante das seguranças ao carácter obsoleto dos regimes ditos de Esquerda e varridos já por definitivas derrocadas. Da recolha de opiniões que se seguiu tornou-se evidente que tais ensinamentos haviam sido de grande proveito para todos os presentes.

Sem contraveneno

Dir-se-á que aqui reproduzido não decorre grande ou sequer mínima novidade. É verdade, mas é uma verdade infeliz e inquietante. A alegada repugnância de vários graus perante «a porca da política» ou, no mínimo, o desinteresse por ela; a recusa da distinção entre esquerda e direita, e portanto a ocultação das linhas de

fronteira que em cada momento separam uma da outra; a suposta conciliação de soluções parciais de esquerda e de direita em molho de demagogia (não esqueça nunca ninguém que até o nacional-socialismo de Hitler era alegadamente «socialista» como a etiqueta indicava); a confusão entre a derrota (bem mais que derrocada) de uma experiência socialista e a presunção de antecipada derrota de todos os possíveis modelos de construção socialista; são caracteristicamente elementos básicos da propaganda pré-fascista que depois de 89 acrescenta às imposturas tradicionais alguns argumentos de colheita mais recente.

Tudo era ouvido pelos jovens em estúdio com indícios de acatamento e concordância que as intervenções posteriores confirmaram. Mesmo Rita Ferro Rodrigues, que talvez tivesse responsabilidades especiais pelo menos como responsável pelo programa, não soube ou não quis contrariar a visita. Sabe-se que tudo aquilo, no todo ou em parte, é ouvido recorrentemente na TV

e na Rádio, lido na Imprensa, reencontrado sob a forma de ecos nas conversas do quotidiano. Mas é diferente, pelo menos mais impressionante, assistir a uma doutrinação assim num programa consagrado a um auditório juvenil e com tácitos, se não assumidos, propósitos didáticos. Não me passa pela cabeça, nem de longe, que Rita tenha querido patrocinar aquela breve introdução à doutrinação fascista, aliás completada com alusões descredibilizantes ao Estado-providência e sugestivas das virtudes de El-Rey Mercado, porque é claro que também o fascismo já não é o que era. Não tenho a tentação de recomendar que gente como o jovem careca não tenha acesso às antenas, isto é, não me apetece propor qualquer forma de censura. Reclamo apenas que um discurso daqueles não seja deixado sem contradita, isto é, sem contraveneno, como se aquela fosse a verdade supremamente sábia e irrecusável.

Nem seria preciso dizer nada disto se fosse outra a televisão portuguesa, se fossem outras as suas tradições. Mas ela é o que é, o que sempre foi; por isso, é preciso lembrar o óbvio e registar o insuportável com uma pontinha de indignação. Talvez inutilmente. Talvez não... nunca se sabe. E um dever é um dever, independentemente da sua previsível eficácia.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



isso arrebitei a orelha um pouco mais do que é costume. Antes o não fizera, porque o desgosto e o susto que apanhei podiam ter-me provocado no mínimo uma depressão reactiva. O entrevistado era douto, isso era coisa que logo se via pela peremptória maneira do falar, e o seu nome, que já esqueci ou nunca cheguei a saber, é o menos, porque as palavras de um nome são o que menos importa quando o portador do nome diz coisas mais que tendencialmente chocantes, pelo menos para quem entende bem o que está ele a fazer. Não vou registar aqui todas as coisas tremendas que lhe ouvi e que, o que é bem mais importante e grave, ouviram os jovens circundantes mais os que de Norte a Sul estariam diante dos televisores sintonizados com a RTP 1. Direi, e será suficientemente esclarecedor, que o entrevistado adiantava razões excelentes para o desinteresse dos jovens pela política e para o descrédito dos partidos políticos. Que considerava que isso de Esquerda e Direita são conceitos anacrónicos e confusos, claramente se percebendo que na clara distinção entre uma e outra já só gente jurássica pode crer. Adiantava o sujeito que um bom e actualizado governo nada se importará com tal distinção e irá colher, sapiente, o melhor de cada um daqueles dois pólos. Refe-

Onde está a direita?

O Presidente francês Jaques Chirac, de visita ao Porto, fez, no Teatro de S. João, um discurso sobre «A diversidade da Europa na Cultura». O tema e o oficiante justificavam curiosidade. Sendo Presidente de um país com um governo onde coabitam diferentes forças de esquerda, Chirac tem sido um dos mais aguerridos e consequentes líderes da direita francesa. A expectativa resultava de um natural interesse em conhecer o discurso de um dirigente da direita «moderna, europeia, democrática», que não estaria vinculado, pela peculiaridade do sistema constitucional francês, à obrigação de reproduzir o discurso do governo nesta matéria.

Ora, a intervenção de Chirac, calorosamente aplaudida, assumiu alguns valores que têm pertencido ao património da esquerda.

Defendeu a língua como «nossa primeira casa», o papel do Estado em estimular a «liberdade de pensar e criar», pronunciou-se firmemente contra as imposições norte-americanas, declarando que «a França não cederá» e até já se retirou das negociações do AMI (Acordo Multinacional de Investimentos), considerou que a ideia de nação «continua vigorosa e é inseparável da relação com a cultura e a língua» e citou André Malraux para defender que «as chaves do tesouro» da arte e do pensamento sejam entregues à grande maioria. E conclamou: «que continue a grande miscigenação de ideias e de homens».

Mesmo lido no contexto de uma recorrente demarcação da França relativamente aos Estados Unidos, que vem dos tempos do General De Gaulle, e considerando que repete algumas formulações do Parecer do Comité das Regiões sobre Cultura (Bruxelas, 11/98), o discurso tem significado, e contrasta com a tibieza e cuidados retóricos dos nossos governantes.

Não chegou a surpreender, mas não deixa de oferecer um interessante motivo de reflexão, que se cruza com a pergunta que alguns jornalistas andam a fazer, desde há várias semanas, em jornais portugueses (vd *Público* de 31/1) e de outros países europeus: Onde está a direita?

Não se trata da extrema-direita assumidamente racista, xenófoba, herdeira dos fascismos, mas da direita conservadora, tradicional, que tem ocupado os governos da Europa Ocidental na maioria dos anos desde a 2.ª Guerra Mundial, historicamente defensora dos interesses de classe, do capitalismo liberal com mais ou menos tintas autoritárias.

Essa direita mais atlantista que europeísta, defensora da expansão da Nato, colonizadora quanto possa, monetarista, mercantilista, que se impõe como tarefa histórica e acto de modernidade a desconstrução do «Estado Providência», dócil aos interesses dos grandes grupos financeiros, e que não sabe o que fazer com o ditador Pinochet, dividida entre os valores demo-

cráticos de que se reclama defensora e a secreta gratidão por ele ter feito o trabalho sujo de livrar o Chile dos marxistas, apesar de sufragados por eleições livres.

Essa direita, a crer nas análises de alguns jornalistas, teria sido varrida dos governos da maioria dos países da União Europeia, com a excepção maior da Espanha. Mas, mesmo aqui, o Partido de Aznar decidiu, no seu último Congresso, «Virar ao centro», o que lhe terá valido já enormes subidas nas sondagens.

A direita, como tal, tornou-se impopular, em época de desemprego ou emprego precário e de crescentes desigualdades sociais, e os seus dirigentes fazem a «política possível». Como à esquerda, algumas transferências para os partidos socialistas que agora governam se pretendem explicar pela «política possível».

Edifica-se um enorme «centrão», dotado de uma imensa força centrípeta, que produz um discurso cada vez mais hipócrita, postico, desligado da acção concreta dos protagonistas,

MOTES & VOLTAS

■ Jorge Sarabando

mas simpático, optimista, afirmativo, feito ao gosto dos ouvidos dos eleitores. Há mil e um conselheiros de marketing a soprar as «frases certas», os slogans mágicos, como podendo operar o milagre da multiplicação dos votos.

Como a «paixão pela educação», que Guterres compartilhou com o seu correligionário Tony Blair.

Vivemos uma época de afectos recalçados e por isso a moda vai com as paixões.

Marcelo queria a paixão pela Saúde mas Guterres, no Congresso, bradou mais alto – a Saúde pertence-lhe! Marcelo já tinha outra paixão em carteira: a paixão pela Justiça.

Ficará então cada um com a sua dama. A educação fica para trás, nos braços de Grilo, por sua vez a braços com os lobbies privados e alguns escândalos de perneio.

O discurso deste enorme centrão português e europeu torna-se fastidioso.

O PSD de Marcelo, com Portas à ilharga, acusa o PS de Guterres no governo das mesmas malfetorias, da mesma arrogância, que este último acusava o PSD de Cavaco, numa simetria com poucas variantes. Há um discurso monocórdico sobre o emprego, a solidariedade, a exclusão social, com mais ou menos ênfase e empolgamento, mas sempre vago, sem qualquer solução prática.

Como a crise se aprofunda, sob uma capa de aparente normalidade social e prosperidade económica, este discurso político tenderá a desacreditar-se por si próprio.

Mas há uma esquerda que resiste a este processo de domesticação em curso e neste tempo e neste lugar não desiste de construir uma via alternativa. O que implica atenção às contradições que vão despontando, estender as mãos aos que partilham das mesmas preocupações, ensaiar caminhos comuns, sem preconceitos.

Onde está a direita?, era a pergunta.

Os partidos de direita têm sofrido derrotas mas não foi derrotada a política de direita. Esta continua, na lógica dos interesses do grande capital financeiro, a condicionar e a determinar a orientação dos governos. Apesar das roupagens de esquerda.



PEREIRA

BERTOLT BRECHT



Desenho de Herbert Sandberg.

de Bertolt Brecht sobre as relações dialécticas do patrão e do servo. Ébrio, Puntila dá tudo ao seu criado Matti, para tudo lhe retirar quando sóbrio».

Teatro para Crianças no Barreiro

Estreou-se no passado dia 7, no Teatro Municipal do Barreiro a peça «PLUFT - O Fantasmilha», a mais recente produção da Companhia de Teatro ArteViva. Uma peça onde funcionam numã história muito engraçada Pluft, o fantasmilha, com a sua mãe Dona Fantasma e a Tia Gerúndio, o Capitão Bonança Arco-Íris, o Capitão Bolota e ainda Maribel. Tudo se passa até finais de Abril, aos domingos, pelas 11 horas.

TEATRO

Brecht no CCB

Nos próximos Sábado, Domingo e Segunda, subirá à cena do Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém a célebre peça de Bertolt Brecht intitulada «O Senhor Puntila e o seu criado Matti», numa encenação de Rosário Ruiz Rodgers, com tradução de Miguel Sáens, música de Luís Delgado, cenografia de Curt Allen Willmer, luz de Dominique Borrini e figurinos de Rafael Garrigós. Esta peça será representada pela companhia Teatro de La Abadia. Segundo a apresentação do espectáculo, «o elendo de "Puntila" é encabeçado por Luis Homar, director artístico do prestigiado Teatr Lliur de Barcelona e por actores que durante os últimos quatro anos desenvolveram a sua pesquisa e crescimento artístico dentro do Centro de Formação da Abadia. Fundado pelo grande actor José Luiz Gómez, o Teatro da Abadia, um misto de escola e companhia, iniciou as suas actividades em 1994 com um muito aplaudido "Retábulo da Avareza, Luxúria e Morte", de Valle-Inclán, que Lisboa viu nos Encontros Acarte desse ano apresentado no Grande Auditório da Culturgest. (...) "O Senhor Puntila e o seu criado Matti" é a grande comédia

ESCAPARATE



Duas grandes cantoras em Lisboa

Não é todos os dias que sucede coincidirem, com pouca diferença de dias, dois acontecimentos musicais de tanta grandeza no campo da música vocal.

É o caso de dois espectáculos que serão dados em Lisboa por duas das maiores sopranos actuais, Barbara Hendricks e Galina Gorchakova. Na altura

em que escrevemos estas notas, ainda não se sabe qual o programa que a soprano norte-americana vai cantar já na próxima Terça-feira 16 no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian. Aliás o seu recital integra-se na Temporada de Música 1998/99 da FCG e terá lugar às 19 horas. Será acompanhador de Barbara Hendricks o pianista Roland Pöntinen.

Se, entretanto, os bilhetes estiverem já esgotados, pode acontecer que ainda haja alguma sorte em arranjar alguns para as próximas quinta e sexta-feiras, 18 e 19, também para o Grande Auditório, mas para os dois concertos de Galina Gorchakova. Desta vez, o acompanhamento será orquestral, pela Orquestra Gulbenkian dirigida por Muhai Tang, e o repertório do concerto será o seguinte: *O Príncipe Igor*, Danças Polovtsianas, de Alexander Borodin; *Cena da Carta e Dança Polaca* da ópera Eugene Onegin de Tchaikovsky e *Cena do Canal* da ópera A Dama de Espadas do mesmo compositor; *Abertura* da ópera Anacrón, de Cherubini; duas árias da ópera *Manon Lescaut* de Puccini e uma ária

da ópera *Adriana Lecouvreur* de Cilea; e, ainda, *Prelúdio* da ópera Traviata de Verdi e *Capricho Italiano* em Lá Menor op. 45 de Tchaikovsky.

Ainda no domínio da música vocal, mas neste caso coral, uma chamada de atenção vai para o Ciclo de Música Coral que está a ser realizado pela Câmara Municipal de Loures que se prolongará até 28 de Fevereiro. Participam neste evento cultural os coros do Conservatório Regional e Paróquia de Loures, o Octeto Vocal Edmea Tetua, o Grupo Vocal Olisipo e o Coro Cicereare. Lousa, Loures e Odivelas são as localidades onde se realizam os concertos.

Num outro registo musical, Vendas Novas vai homenagear o grande guitarrista Carlos Paredes num concerto a realizar no próximo Sábado pelas 21.30 no Auditório Municipal de Vendas Novas. Interpretando as mais conhecidas composições de Carlos Paredes vai estar o guitarrista amador José Rocha Ferreira acompanhado na viola por Manuel Antunes.

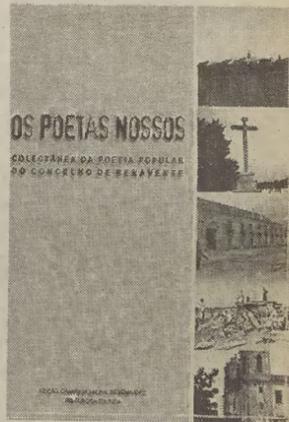
LIVROS

Catarina Fonseca
O Amansador



O Amansador

«Era uma vez um homem que entrou e saiu da história sem suspeitar da sua própria importância», esclarece a contracapa deste novo livro de Catarina Fonseca. A importância do homem somos nós a reconhecê-la, guiados pela mão da escritora que já nos havia chamado a atenção para a qualidade da sua escrita desde, pelo menos, *O Boi Vermelho*, o seu terceiro livro. Uma prosa não apenas segura mas capaz de atingir o leitor na sua inteligência e de lhe solicitar os sentimentos, numa história contada no tom dos contos tradicionais, entrelaçando o fantástico povoado de assombrações e a realidade habitada por gente cuja fala é a do quotidiano e nos prende às páginas. *O Amansador*, editado pela Caminho na colecção *O Campo da Palavra*, é um romance de assinalável qualidade.



Os Poetas Nossos

Uma iniciativa feliz, esta do *Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Benavente*, em publicar um livro com os versos de poetas nossos - porque estes poetas de Benavente são nossos, de todos, e, através do trabalho precioso de Domingos Lobo, autor da selecção e das notas, podem hoje ser apreciados por mais gente do que aquela que apenas os ouvia de viva voz. Este trabalho, que vem felizmente juntar-se a alguns outros que no nosso país procuram fixar em letra impressa estas vozes populares, cita Colette Magny a dizer que «hoje, quando morre um velho em África é uma biblioteca inteira que arde». Escaparam estes versos ao incêndio do tempo e 22 poetas ao injusto esquecimento.

EXPOSIÇÕES

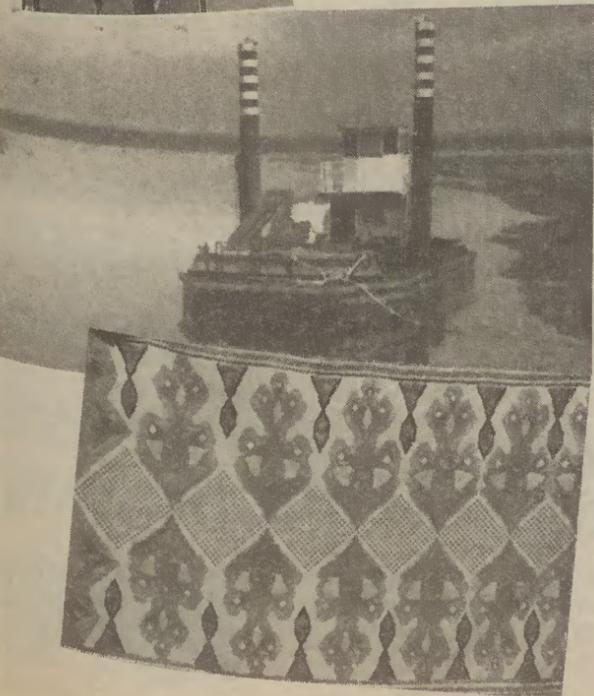
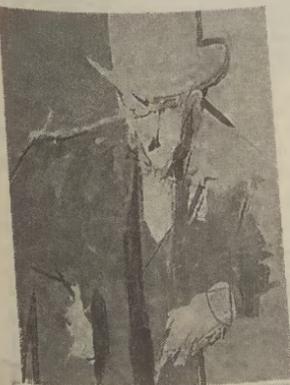
Diversas exposições em Cascais, Lisboa, Almada e Vendas Novas

Entre as muitas exposições neste momento patentes ao público na Grande Lisboa, o destaque vai hoje, em primeiro lugar, para a exposição de gravuras de Júlio Pomar que decorre até 28 de Fevereiro no Centro Cultural da Gandarinha, em Cascais. Particular curiosidade estão a despertar algumas das obras expostas (muitas das quais da sua própria colecção particular) que nunca foram expostas ao público.

Em Lisboa, concretamente na Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, são os desenhos de Paul Klee que podem ser vistos até 11 de Abril. Acontece que este pintor influenciou espiritualmente a arte de Arpad e Vieira da Silva e os seus 40 desenhos nesta mostra trazida até nós pela Fundação Paul Klee (de Berna) aí estão a demonstrá-lo.

Em Almada, a Galeria Municipal de Arte inaugurou em finais de Janeiro uma exposição de outro teor: a arte fotográfica. Da autoria de vários fotógrafos, esta exposição intitula-se «Doze Objectivos Fotográficos - Tejo» e é comissariada por Myriam de Liniers.

Em Vendas Novas, no Auditório Municipal daquela cidade, continua patente ao público a exposição de tapeçarias de Clara de Ovar, que ainda se prolongará por todo o mês de Fevereiro.



IDEIAS

Um Centro de Ideias Sonoras

Com esta imaginativa denominação, foram inauguradas no passado sábado em Casal do Marco as novas instalações do Centro de Arte e Ideias Sonoras (CAIS), cuja génese é o grupo de percussões «Toca a Rufar», constituído por cerca de 250 jovens dos concelhos de Seixal, Loures e Lisboa e dirigido por Rui Júnior. Neste Cen-

tro, cujas instalações ocupam uma área de 700 metros quadrados, funcionam já uma fonoteca, videoteca e biblioteca, um estúdio insonorizado e salas de aula para teoria musical. De resto, o Centro irá dedicar-se ao ensino e à promoção da música tradicional portuguesa, para além de espectáculos teatrais animados pelo grupo «Rabo de Palha»

criado por iniciativa dos alunos. Até à data, o Centro tinha as suas instalações provisórias numa garagem cedida pelo Centro Cultural de Belém. Enfim, o Centro de Arte e Ideias Sonoras é porventura um local para o leitor visitar com os seus filhos, para ver se eles têm jeito para a arte dos sons. Por que não?



ATALHE DE FOICE

Receita

Arranje-se um grupo de negociadores internacionais típico: um norte-americano, um austríaco, um representante da União Europeia e um russo; espere-se que o grupo dê à luz um projecto de acordo 80 por cento não negociável; disponibilizem-se instalações algures na Europa, por exemplo um castelo em Rambouillet, França, e deixe-se marinar durante algum tempo.

Enquanto isso, incentive-se uma campanha mediática a nível internacional que disponha a opinião pública a favor de uma das partes em conflito (independentistas do Kosovo, suponhamos) e diabolize-se a outra (sérvios, de preferência); preparem-se os primeiros com meios materiais e políticos até atingirem o ponto de arrogância e ameace-se os segundos até ao limite da resistência; ponha-se em movimento a máquina de guerra da NATO, temperada levemente de OSCE, para ter a jeito uns milhares de homens prontos para o ataque. De caminho, ainda que esta parte seja opcional, podem ensaiar-se uns alegados massacres de civis como intermezzo que sairão de cena na hora exacta em que aparecerem os especialistas internacionais cujo veredicto ninguém se deverá dar ao trabalho de reproduzir.

Com os ingredientes devidamente condimentados por umas ameaças de Solana, umas advertências de Chirac e uns ultimatoss de Christopher Hill, arregimente-se de novo a comunicação social para apimentar a entrada das partes beligerantes no forno, isto é, em Rambouillet.

Chegados a este ponto sensível, cabe aos negociadores internacionais trabalhar em separado cada uma das partes, para o que dispõem de sete, dez ou mesmo quinze dias, tudo dependente da evolução do cozinhado até ao fim da primeira semana de retiro castelar. A intervenção dos especialistas é nesta fase crucial, para o que não devem ser poupados esforços nas idas e vindas entre os andares destinados às partes, de forma a garantir a harmonização do produto final. Trancados no castelo e com uma margem de manobra de 20 por cento, é suposto os ingredientes não estravazarem as respectivas competências, cabendo-lhe apurar vírgulas e enfeites que não ponham em causa o preparado cozinhado a priori. Como o segredo é a alma do negócio, até lá não deve ser permitido o contacto das partes com a imprensa, não vá a coisa azedar.

Ao contrário do que costuma suceder no Vaticano, não é aconselhável que a conclusão do prato, isto é, do acordo, seja anunciada com fumo branco, que correria o risco de ser confundido com branqueamento de um eventual esturro. De preferência, o cozinhado deve ser apresentado ao mundo com pompa e circunstância através dos media, com sorrisos e apertos de mão, rubricas em livro de actas e trajas a rigor.

O prato serve-se frio, orquestrado pela NATO, mordomos da ONU assessorados pela OSCE e aplausos da comunidade internacional, sob o olhar complacente de Clinton aliviado por se afastar, temporariamente que seja, da Casa Branca. Se lá para as bandas da Jugoslávia o apetite for escasso, Solana deve providenciar uma pulverização aérea do sucedâneo moderno do óleo de fígado de bacalhau.

No menu, é de bom tom não esquecer de referir que a gerência não se responsabiliza por eventuais futuras dores de barriga.

■ Anabela Fino

Nota da Comissão Política Reforçar o PCP e a CDU para uma viragem à esquerda

O PS prepara-se para se apresentar às próximas eleições «fingidamente como estando em conflito agudo e insanável com a direita» quando, afinal, ao longo de três anos, sempre se entendeu «com essa mesma direita». Esta uma das conclusões da reunião da Comissão Política do PCP, divulgada por Vítor Dias, em conferência de imprensa.

Na opinião do PCP, o Congresso do PS constituiu «sobretudo uma sofisticada encenação» apostada «em escamotear as verdades essenciais sobre a política seguida, nos domínios fundamentais, pelo Governo do PS». Ou seja, o PS pretende partir para as próximas eleições «imaculadamente inocente», fazendo desaparecer «sem deixar rasto» todos os elementos políticos mais relevantes desta legislatura, a começar pelas alianças que sistematicamente fez, ora com o PSD, ora com o PP, ora com os dois partidos da AD, precisamente para viabilizar tais políticas.

É assim claro que o PS «se prepara para, até às próximas eleições, se apresentar fingidamente como estando em conflito agudo e insanável com a direita» quando a verdade é que, ao longo de três anos, «se sentiu gostosamente à vontade para, nas matérias mais decisivas e estruturantes, se entender, negociar e convergir com essa mesma direita».

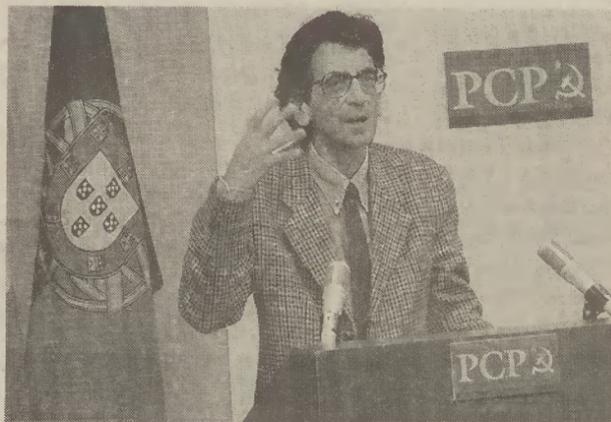
«Tem sido o facto de o PS não ter a maioria absoluta», lembra a Comissão Política, que tem permitido «travar e anular» algumas das suas medidas mais gravosas e que «tem permitido ao PCP impor ao PS algumas propostas de inegável alcance positivo».

Por isso, a ambição de uma maioria absoluta do PS, «bem ostentada no Congresso», «longe de significar melhores condições para uma política de esquerda, representaria sim a total impunidade do PS no agravamento da política de direita». Daí que «a maior esperança e o maior impulso para uma viragem à esquerda» só possa vir «do reforço eleitoral do PCP e da CDU».

Confiança «intacta»

Quanto à anunciada candidatura de Mário Soares às eleições

para o Parlamento Europeu, o PCP salienta «que o PS tem naturalmente o direito de escolher o candidato que muito bem entender e que, de igual modo, o ex-Presidente da República, Mário



O problema da AD

O problema maior da AD não é tanto os candidatos mas «a manifesta dificuldade em se distinguir do PS em matérias relativas à integração europeia», disse Vítor Dias, comentando a candidatura da AD às eleições europeias.

Dos nomes, na segunda-feira divulgados, resulta sobretudo «que o País vai poder ver Paulo Portas rendido às concepções do PSD que no passado tanto fustigou. Mas esse é o preço de ter querido fugir a todo o custo de contar os votos do seu PP».

Assim, também nas eleições europeias, a opção à AD e ao PS é o apoio ao PCP e à CDU, por uma Europa em que «pesem mais os direitos dos trabalhadores e dos povos e os interesses das nações».

Soares, tem todo o direito de voltar a participar numa disputa eleitoral como candidato de um partido - o PS.

«Mas tanto o PS como o Dr. Mário Soares não se podem furtar às consequências das suas opções, como aconteceria se porventura insistissem na tese da candidatura alegadamente suprapartidária».

Aproveitando para esclarecer que, em 13 de Junho deste ano, «não se realizará qualquer elei-

ção para Presidente do Parlamento Europeu, mas sim para eleger 25 deputados portugueses àquele órgão e pelo sistema proporcional», o PCP diz que é, assim «uma evidência» que para Mário Soares ser eleito não será necessária «qualquer mobilização especial de votos».

A Comissão Política mantém, pois, «intacta» a confiança com que encara as eleições para o Parlamento Europeu e os seus resultados, certa de que um número crescente de portugueses, face a uma AD e um PS que defendem

Europa pelos ditames do grande capital e dos senhores da finança em prejuízo dos trabalhadores e dos povos».

Silêncio estranho

O PCP chama ainda a atenção para a «particular gravidade» das notícias do passado fim-de-semana sobre a Denominação de Origem Porto/Port, incluída na negociação União Europeia/África do Sul, segundo as quais aquele país «fica autorizado a continuar a produzir para o mercado interno e alguns mercados externos vinho com o rótulo Porto, não se estabelecendo nenhuma data-limite para o fim da imitação sul africana do vinho do Porto».

A confirmarem-se as informações sobre a particular responsabilidade do Comissário português Deus Pinheiro neste «significativo golpe nos interesses nacionais ligados à defesa da mais importante Denominação de Origem portuguesa», a Comissão Política do PCP coloca a questão «de saber se o Governo português mantém a sua confiança em Deus Pinheiro» que, respondendo, embora perante a Comissão, foi por ele escolhido e indicado.

Por outro lado, «é preocupante ver como dossiers com este significado para o País são acompanhados e negociados, no segredo dos corredores de Bruxelas, à margem de uma clara intervenção do Governo português e dos parceiros sociais respectivos, na defesa dos interesses nacionais».

O PCP, que ao longo das várias legislaturas tem procurado que esta questão «tenha o relevo e o tratamento que a sua importância regional e nacional impõem», não pode, assim, «deixar de considerar pelo menos estranho que, passados dois dias sobre estas notícias, o Governo ainda não se tenha pronunciado sobre uma questão que exige da sua parte não o silêncio mas uma postura clara, firme e inequívoca».

Greve na GDP foi um êxito

Na generalidade dos sectores fabris, foi de cem por cento a adesão à greve de terça-feira nas empresas do grupo Gás de Portugal. Nas áreas de serviços, administrativos e manutenção, os índices situaram-se acima dos 75 por cento, informou ainda a Fequimetal/CGTP, que considerou esta participação dos cerca de 500 trabalhadores da GDL, Driftal e Carbolis como «um grande êxito» na luta pela defesa dos postos de trabalho e dos direitos adquiridos. Em plenário realizado no dia da greve foi decidido avançar para «novas greves, com duração e formas mais agravadas, incluindo o corte de fornecimento do gás».

Os trabalhadores da Petrogal entregaram à administração da empresa um pré-aviso de greve para os dias 17 a 19 de Fevereiro, que será acompanhada de recusa de trabalho suplementar entre os dias 16 e 28. A greve, tal como a realizada no final de Janeiro, tem por objectivo reivindicar melhorias salariais e nas carreiras profissionais e a redução do horário de trabalho.



Rede Anti-Pobreza

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, recebeu na terça-feira passada, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Rede Europeia Anti-Pobreza, que integrava o seu presidente, Padre Agostinho Jardim Moreira.

O encontro destinou-se a apresentar cumprimentos e dar a conhecer melhor a organização ao PCP.

